



Caixa Económica Montepio Geral
Relatório e Contas 1º Semestre 2009



ÍNDICE

I – SUMÁRIO EXECUTIVO	3
II – ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE	5
III – ESTRUTURA DO GRUPO MONTEPIO E PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO DA CAIXA ECONÓMICA	12
IV – ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO	14
V – CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL	
1. Indicadores Globais.....	17
2. Variáveis de Gestão de Negócio.....	18
2.1. Canais de Distribuição	18
2.2. Oferta de Produtos e Serviços e Gestão de Clientes	20
2.3. Recursos Humanos.....	22
3. Evolução das Áreas de Negócio	25
3.1. Análise Individual do Negócio	25
3.1.1. Banca de Particulares e Pequenos Negócios.....	25
3.1.2. Banca de Empresas.....	27
3.2. <i>Cross-Selling</i>	29
3.2.1. Gestão de Activos	29
3.2.2. Seguros	31
3.3. Soluções Mutualistas	32
4. Análise e Gestão de Riscos	33
5. Análise Financeira e Prudencial.....	40
5.1. Análise Global do Balanço	40
5.2. Análise da Demonstração de Resultados.....	42
5.3. Gastos Operacionais e Eficiência	45
5.4. Rendibilidade.....	47
5.5. Análise Prudencial.....	48
5.6. Fundo de Pensões	49
6. Notações de <i>Rating</i>	50
7. Principais Riscos e Incertezas no Segundo Semestre	51
VI – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	53
VII – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS E RELATÓRIOS DE AUDITORIA	54
Balanços e Demonstrações de Resultados Consolidadas e Individuais	54
Notas às Demonstrações Financeiras e Relatórios de Revisão Limitada	58

I – SUMÁRIO EXECUTIVO

O quadro em que se desenvolveu a actividade bancária de retalho na primeira metade de 2009 foi fortemente condicionado pela actual conjuntura macroeconómica recessiva. Neste contexto, o Montepio centrou a sua actuação na adopção de medidas que permitam melhorar as condições de desenvolvimento da sua actividade e preparar a instituição para o período pós-crise, pondo em prática as Linhas de Orientação inscritas no seu Plano Estratégico 2009-2011. As principais medidas estão centradas no rigor na gestão da sua estrutura de custos, na recuperação, acompanhamento e controlo de créditos vencidos e, na diversificação do negócio para os segmentos estratégicos de particulares e de empresas.

Sintetiza-se a actividade da Caixa Económica no primeiro semestre de 2009:

- **Os Resultados Líquidos Consolidados foram de 29,2 milhões de euros, registando um aumento de 5,6 milhões de euros (+23,5%);**
- **O Activo Líquido Consolidado registou uma variação homóloga de +2,7%;**
- Os Indicadores de Rendibilidade registaram uma evolução favorável: **o ROE fixou-se em 6,60%** (face a 5,91% em Junho de 2008) e **o ROA atingiu os 0,34%** (0,29% em igual período do ano passado);
- **O Produto Bancário cresceu 18,3%**, tendo atingido o montante de 238,5 milhões de euros, ou seja, uma variação de 36,9 milhões de euros, com os seguintes contributos:
 - **Crescimento da Margem Financeira em 13,6%** (+21,9 milhões de euros), tendo alcançado o valor de 182,6 milhões de euros;
 - **Acréscimo de Comissões de Serviços Prestados a Clientes em 1,8%**, atingindo o valor de 35,3 milhões de euros;
 - **Resultados Financeiros Diversos** no montante de 20,5 milhões de euros, ou seja, uma variação positiva de 14,4 milhões de euros.
- **A redução dos Gastos Operacionais em 6,0%** (-7,7 milhões de euros), em conjugação com o forte aumento do Produto Bancário, resultou na melhoria significativa do Rácio de Eficiência **Cost to Income, que se fixou em 51,1%** (face a 64,3% em Junho 2008);
- A evolução registada no Crédito a Clientes reflecte a prossecução da estratégia de diversificação, centrada nos segmentos de Empresas, tendo o valor global da carteira apresentado uma variação de +0,6%, com os seguintes contributos:
 - No segmento de empresas, **registou-se um crescimento de 6,6%**;

- Como forma de apoiar o tecido empresarial português, e como resultado da estratégia de diversificação, **o crédito ao investimento progrediu 23,2%**;
- Merece ainda destaque o crédito concedido sob a forma de **leasing, renting e factoring, que apresentou uma expansão de 70,0%**;
- **Os Recursos de Clientes de Balanço progrediram 10,5%**, com destaque para os Depósitos de Empresas que, neste segmento, cresceram 21,6%;
- A rede de balcões em Portugal situou-se em 325 unidades, representando um crescimento homólogo de 12 balcões, sendo 5 neste primeiro semestre. O número de trabalhadores fixou-se em 2982, que compara com 2973 em Junho de 2008, e com 2972 em Dezembro de 2008;
- O valor de **Provisões e Imparidades, que se situou em 88,4 milhões de euros (+76,8%), foi o factor que mais pressionou os resultados do primeiro semestre. Ainda assim, o cash flow gerado foi mais do que suficiente para compensar este efeito.** No mesmo período, **o Rácio de Crédito e Juros Vencidos a mais de 90 dias fixou-se em 3,2%**, resultado do abrandamento no ritmo do crescimento da carteira de crédito e no aumento do incumprimento no contexto macroeconómico desfavorável, com influência na capacidade de cumprimento das empresas e das famílias;
- **O Rácio de Solvabilidade elevou-se para 12,2% (10,5% em Junho de 2008) e o Rácio Tier I alcançou o valor de 8,7% (7,4% em Junho de 2008), substancialmente acima do valor de 8%, respeitando a recomendação do Banco de Portugal que entrará em vigor a partir de 30 de Setembro de 2009.** Os Fundos Próprios de Base foram reforçados, essencialmente através do aumento do Capital Institucional no valor de 100 milhões de euros;
- As notações das Agências de *Rating* mantiveram-se no período em análise.

O relacionamento com os Associados teve os seguintes desenvolvimentos:

- Os fundos sob gestão referentes às diversas modalidades mutualistas totalizavam 2.201 milhões de euros e progrediram 8,7%, em termos homólogos;
- As modalidades mutualistas de Poupança Reforma evidenciaram um crescimento homólogo de 19,8%;
- O volume dos capitais recebidos em modalidades de capitalização ascendeu a 121,7 milhões de euros, significando um acréscimo homólogo de 30,7%.

II – ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

Enquadramento Macroeconómico

A conjuntura macroeconómica no primeiro semestre de 2009 ficou marcada pela continuação da crise financeira, e conseqüentemente, pela contracção da actividade económica a nível global, tendo como resultado, nomeadamente, a retracção do comércio internacional, cujos efeitos mais visíveis foram registados no último trimestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009. O aumento da incerteza nos mercados financeiros tem conduzido à reavaliação dos riscos a uma escala global e, por essa razão, ao estreitamento das condições de concessão de crédito, situação que tenderá, a ser gradualmente revertida, à medida que as condições evoluírem no sentido da estabilização. A conjuntura financeira afectou a economia real, na medida em que a confiança e as perspectivas de procura dos agentes económicos foram alteradas, por via do adiamento de decisões de consumo e de investimento, acompanhado por um reajustamento dos níveis de endividamento, no sentido de uma maior equilíbrio dos balanços das famílias, das empresas e das próprias instituições financeiras.

Nos EUA, depois de a economia ter registado, no 4ºT2008, uma contracção trimestral anualizada de 5,4%, o Produto Interno Bruto (PIB), no 1ºT2009, registou uma contracção ainda superior (-6,4%), igualando a observada no 1ºT1982. Neste sentido, o semestre terminado em Março de 2009 foi o pior desde o início de 1958. No 2ºT2009, e em linha com o que já vinha sendo sugerido pelos principais indicadores económicos mensais, a economia diminuiu significativamente o ritmo de contracção, tendo a primeira estimativa apontado para uma queda trimestral anualizada de 1,0%. Em consonância com a quebra da actividade, a taxa de desemprego subiu, em Junho (para 9,5%), pelo nono mês consecutivo, o valor mais elevado em 26 anos quando, em Dezembro, era de 7,2%. A dinâmica dos indicadores avançados sugere o regresso da economia ao crescimento durante o segundo semestre, mas com taxas de crescimento inferiores ao crescimento potencial, o que não deverá impedir que o desemprego continue a subir o que, *per si*, constitui o principal obstáculo à recuperação económica. Ao nível da evolução dos preços, depois de, em Dezembro, a inflação homóloga ter registado 0,1%, em Junho caiu para -1,4%, encontrando-se em terreno negativo pelo 4º mês consecutivo, tendo verificado a maior queda desde 1950. Tal deve-se essencialmente ao efeito da evolução dos preços da energia (-25,5%, em termos homólogos), situação comum à generalidade dos países. Efectivamente, os contratos de futuros do *Brent* atingiram o valor recorde de 147,50 dólares por barril, durante o dia 11 de Julho de 2008, tendo sofrido uma diminuição até ao final de 2008, para 45,59 dólares por barril. No primeiro semestre de 2009, os preços voltaram a subir (+52%), principalmente a partir de Março, encerrando o mês de Junho em 69,3 dólares por barril, ainda assim, menos 53% do que o valor recorde registado, sensivelmente, há um ano atrás. No entanto, a continuação da subida dos preços do petróleo, no quadro da já referida deterioração do mercado laboral, constitui também um importante factor de risco para a recuperação das economias.

Na Zona Euro, depois do PIB, no 4ºT2008, já ter contraído mais do que nos EUA (-1,8% ou -6,9%, em termos anualizados), o 1ºT2009 revelou ainda uma aceleração do ritmo de contracção, tendo descido 2,5% (-9,7%, em termos anualizados), que corresponde à maior contracção trimestral desde, pelo menos, 1970.

Igualmente em conformidade com o que já era sinalizado pelos indicadores macroeconómicos mensais, o 2º trimestre do ano revelou uma contracção bem menos negativa, tendo a economia caído 0,1% face ao trimestre anterior (-0,4%, em termos anualizados) e desagravando a variação homóloga negativa de -4,9% para -4,6%. Em linha com a forte quebra da actividade, a taxa de desemprego subiu de 8,2%, em Dezembro, para 9,4%, em Junho, o nível mais elevado desde o observado em Junho de 1999 (igualmente de 9,4%). Relativamente aos preços, a taxa de inflação homóloga caiu de 1,6%, em Dezembro, para -0,1%, em Junho, entrando pela primeira vez em terreno negativo desde o início da década de 70.

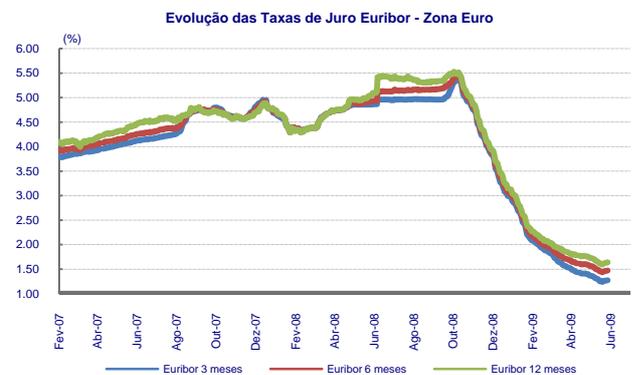
Em Portugal, o PIB estagnou em 2008, após um final de ano muito negativo, que levou a economia, a cair 1,8% no 4ºT2008, face ao trimestre anterior. No 1ºT2009, o PIB manteve o ritmo de contracção face ao trimestre anterior, mas com a respectiva contracção homóloga a ascender aos 3,9% (-2,0%, no 4ºT2008), o que representa a maior contracção homóloga da economia nacional desde, pelo menos 1977. Para o 2ºT2009, a estimativa rápida do INE aponta para uma expansão de 0,3% face ao trimestre anterior, depois de três trimestres consecutivos de contracção, registando um crescimento idêntico ao observado pelas duas maiores economias da Zona Euro (Alemanha e França). O crescimento da economia acabou por estar em linha com a evolução de alguns indicadores mensais, nomeadamente, a produção industrial, que foi, também, acompanhada de melhorias verificadas ao nível da confiança dos consumidores e dos empresários, um comportamento, de resto, comum aos EUA e à Zona Euro. Assim, em termos homólogos, assistiu-se a um desagravamento da contracção, em 0,2 p.p., para 3,7%. Do lado do mercado laboral, assistiu-se a um forte aumento da taxa de desemprego, tendo, de acordo com as estimativas do *Eurostat* (ajustada de sazonalidade), subido de 8,2%, em Dezembro, para 9,3%, em Junho, que corresponde ao nível mais elevado desde Março de 1986. Relativamente à inflação, em Junho, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação homóloga negativa pelo 4º mês consecutivo (-1,6%), inferior à observada em Dezembro (+0,8%).

O Banco de Portugal (BdP), projecta uma contracção de 3,5% do PIB, para 2009, que se traduz num quadro recessivo ao longo de todo o ano, caracterizado pela queda do investimento, das exportações e do consumo privado, em particular do consumo de bens duradouros, implicando um aumento da taxa de poupança dos particulares, situação que deverá potenciar o crescimento do *funding* interno por parte dos bancos nacionais. Em termos sectoriais, o BdP perspectiva uma contracção da actividade na indústria e, em menor dimensão, nos serviços, esta última, associada à diminuição do consumo das famílias e das exportações de serviços, em especial no turismo, devido ao comportamento desfavorável das economias dos principais países de origem de turistas com destino a Portugal. A retracção do consumo de bens duradouros fez-se sentir com elevada intensidade no primeiro semestre, tendo-se observado, no 1ºT2009, uma queda homóloga na ordem dos 20%, que deverá ter-se desagravado, ligeiramente, no 2ºT2009, a avaliar pela variação homóloga do indicador de consumo de bens duradouros do INE, que, no 2ºT2009, caiu 17,6%. Esta dinâmica está associada não só ao adiamento das decisões de consumo, mas, também, ao maior escrutínio na concessão de crédito e ao aumento dos *spreads* bancários. Efectivamente, entre Dezembro e Maio, verificou-se uma desaceleração dos empréstimos a particulares (de 4,6% para 2,5%), quer no crédito à habitação (de 4,3% para 2,7%), quer nos empréstimos para consumo (de 8,9% para

4.2%). Também os empréstimos às sociedades não financeiras abrandaram o crescimento de 10.7%, em Dezembro, para 7.2%, em Maio, pelo que os empréstimos bancários concedidos ao Sector privado não financeiro cresceram 4.6%, em termos homólogos, face aos 8.0% registados em Dezembro. Por outro lado, denota-se um aumento do rácio de incumprimento no crédito bancário, atingindo, em Maio, 2.80% do total do crédito concedido, quando, em Dezembro, o rácio era de 2.04%, enquanto nos particulares (incluindo emigrantes) subiu, no mesmo período, de 2.58% para 3.48%, o que corresponde ao valor mais elevado desde Novembro de 1999.

Mercado Monetário

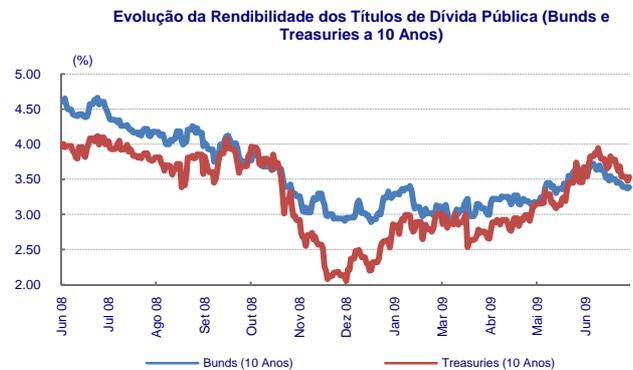
Nos EUA, num semestre em que a Reserva Federal (*Fed*) manteve a taxa dos *Fed Funds* no seu nível mínimo (entre 0,00% e 0,25%), as principais taxas no mercado apresentaram um movimento descendente, particularmente monótono a partir de meados de Março, reflectindo a diminuição do risco interbancário. O chamado *OIS Spread* (i.e. o diferencial entre as taxas de juro a 3 meses e os *swaps*, com o mesmo prazo, sobre as taxas *overnight*), que é considerado uma medida do risco no mercado interbancário, caiu de 121 pontos base (p.b.), no final de 2008, para 38 p.b., no final do 2ºT2009, atingindo valores que já não eram vistos desde o início de 2008. Assim, a taxa *Libor* do



Dólar a 3 meses desceu de 1,425% para 0,595%. Na Zona Euro, para além de se ter verificado, também, uma redução nos *OIS spreads*, o Banco Central Europeu (BCE) reduziu a taxa de juro de referência na Zona Euro (*Refi Rate*) em 150 p.b., colocando-a em 1,0%, o nível mais baixo de sempre. Além disso, as taxas reflectiram, também, a diminuição do valor esperado da taxa *overnight*. Acresce que também se registou um crescimento da oferta de fundos no mercado uma vez que, em Junho, o BCE realizou a primeira operação de cedência de liquidez com um prazo de 12 meses a uma taxa de juro igual à *Refi Rate*. Assim, as taxas *Euribor* apresentaram uma tendência descendente, atingindo mínimos históricos. A taxa *Euribor* a 6 meses acabou por terminar o mês de Junho nos 1,313%, cerca de 166 p.b. abaixo do verificado no início do ano, ao passo que as *Euribor* a 3 e a 12 meses diminuíram 179 p.b. e 155 p.b., respectivamente, para 1,099% e 1,504%. Até ao final do ano, não se espera que o BCE efectue uma inversão do ciclo monetário expansionista, pelo que o potencial de descida das taxas *Euribor* poderá advir, apenas, da redução do *OIS Spread*, atendendo a que, no final do 2ºT2009, ainda permanecia relativamente afastado da sua média histórica.

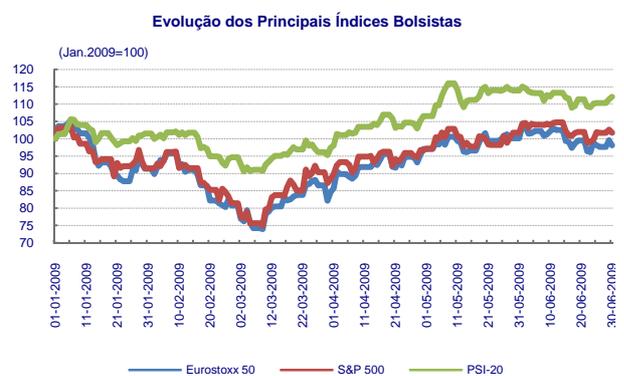
Mercado de Obrigações

Ao nível do mercado da dívida pública, assistiu-se no primeiro semestre, na Zona Euro, a um movimento de descida dos títulos de maturidades mais curtas, em resultado da política expansionista imprimida pelo BCE, enquanto as de maturidade mais longa reflectiram, por um lado, a diminuição da procura de dívida pública enquanto activo de refúgio, decorrente da diminuição da aversão ao risco, e, por outro, um aumento da oferta de dívida pública no mercado, devido às elevadas necessidades de financiamento dos governos para fazer face aos programas de combate à crise. Assim, a rentabilidade dos *Bunds* (Obrigações do Tesouro alemãs) a 2 anos diminuiu 39 p.b., no 1ºS2009, para 1,37%, ao passo que a dos *Bunds* a 10 anos subiu 44 p.b., para 3,39%. Nos EUA, apesar da Reserva Federal ter anunciado, na reunião de Março, um programa de aquisição de Dívida Pública americana (até 300 mil milhões de dólares), o que provocou, na altura, uma forte queda das taxas de longo prazo, assistiu-se a uma deslocação ascendente da *yield curve*, entre Dezembro e Junho, sobretudo nos prazos mais longos. Tal fica a dever-se, em parte, ao aumento dos receios dos investidores com as elevadas necessidades de financiamento do Governo norte-americano (cujo défice, em 2009, segundo estimativas do Governo, deverá atingir 12.9% do PIB), mas, também, à alteração das expectativas de inflação dos investidores, que fecharam o ano de 2008 a apontar para uma taxa de inflação média de 0% para os 10 anos seguintes, o que tinha implícito um cenário macroeconómico depressivo. Assim, durante o primeiro semestre, a *yield* dos *Treasuries* (Obrigações do Tesouro norte-americanas) a 2 anos subiu 34 p.b., para 1,11%, ao passo que a *yield* a 10 anos aumentou 132 p.b., para 3,53%



Mercado de Acções

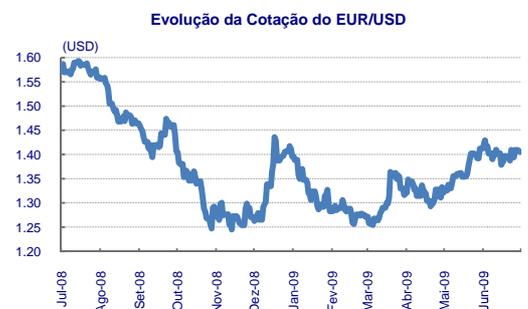
Até ao início de Março, assistiu-se a um forte aumento da aversão ao risco por parte dos investidores, impulsionado por uma vaga de dados macroeconómicos negativos mas, também, por preocupações relativamente ao sistema financeiro, o que conduziu os principais índices europeus e americanos a registarem quedas, desde o início do ano, superiores a 25%. No fundo, com os mercados a admitirem um cenário depressivo na economia mundial. Todavia, até ao final do semestre, foi-se verificando uma melhoria do sentimento, reflectindo os sinais de estabilização no sistema bancário (v.g., regresso aos lucros de grandes *players* internacionais, resultados dos *stress-tests* aos bancos americanos), as indicações dadas pelos governos no combate à crise (v.g., reunião do G-20), os resultados acima do esperado da maior parte das empresas (ainda que possam ter resultado de



expectativas demasiado pessimistas) e as melhorias das perspectivas económicas, patentes nos indicadores qualitativos de conjuntura. Ainda assim, os principais mercados accionistas mundiais terminaram os primeiros seis meses do ano com um comportamento misto. Nos EUA, o índice *Dow Jones* perdeu 3,8% no conjunto do semestre, o *S&P 500* subiu 1,8% e o *Nasdaq* avançou 16,4%. Na Europa, o *Eurostoxx 50* chegou ao final de Junho com uma perda de 1,9%, o *FTSE-100* diminuiu 4,2%, o *DAX* manteve-se praticamente inalterado, o *Ibex* ganhou 6,4%, o *CAC-40* desceu 2,4% e o *FTSE MIB* diminuiu 2,0%. Em Portugal, o *PSI-20* terminou o semestre com um ganho acumulado de 12,1%.

Mercado Cambial

Ao longo do primeiro semestre, assistiu-se a uma ligeira valorização da moeda única face ao dólar norte-americano (com o Euro a fixar-se em 1,4050 dólares, depois de ter iniciado o ano a valer 1,3953 dólares). No entanto, até ao início de Março, em resultado da predominância do clima de aversão ao risco, a moeda europeia foi bastante penalizada (porquanto o Dólar, nos últimos tempos, tem sido considerado uma moeda de refúgio), chegando a atingir 1,2543 dólares. O Euro acabou por ser impulsionado durante grande parte do 2ºT2009, decorrente sobretudo, da redução do clima de aversão ao risco a que se assistiu nesse período, bem como do próprio facto de o BCE ter interrompido o seu ciclo de cortes de taxas mais cedo do que o que o mercado estaria, eventualmente, à espera, com a *Fed*, por seu lado, a comprometer-se em manter as taxas de juro baixas durante um período alargado de tempo, aumentando as expectativas de manutenção do actual diferencial entre a *Refi Rate* e a taxa dos *Fed Funds*, teoricamente favorável à moeda única. Acresce que o mercado foi confrontado com declarações de responsáveis de diversos países, questionando o Dólar como moeda âncora do sistema financeiro internacional.



Fonte: Thomson Reuters.

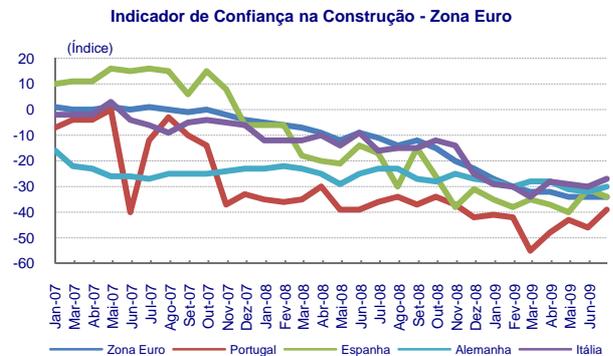
Mercado Imobiliário

Relativamente ao Mercado Imobiliário (que, recorde-se, assume uma boa quota-parte de responsabilidade na origem da actual recessão económica mundial), começou-se, finalmente, a vislumbrar alguns sinais de estabilização durante a primeira metade do ano, designadamente no segmento residencial (o mais afectado) e nas economias que tinham sido mais penalizadas na sequência do deflagrar da referida crise, as quais, de resto, correspondiam, também, às que haviam apresentado os maiores excessos de valorização no período pré-crise (tal como os EUA, o Reino Unido e alguns países da Zona Euro).

Os EUA foi um dos primeiros países a revelar sinais de uma possível estabilização do mercado, ainda no primeiro trimestre do ano, embora tornando-se mais evidentes no segundo trimestre, com os principais indicadores mensais para o sector (*v.g.*, Fogos Iniciados, Licenças de Construção, Vendas de Casas Novas, Vendas de Casas Usadas, Índice de Confiança na Construção de Habitações) a revelarem crescimentos entre Dezembro de 2008 e Junho de 2009, sendo as únicas excepções os Preços das Casas, onde, apesar dos últimos dados disponíveis para os dois índices mais acompanhados pelo mercado (*FHFA* e *S&P/Case*

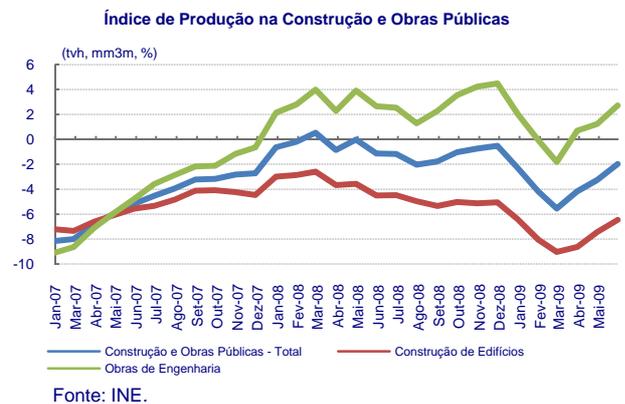
Shiller), ainda referentes a Maio, já comecem a sugerir crescimentos mensais dos preços, apenas um deles (o da *FHFA*) aponta para um acréscimo acumulado dos preços, no 1ºS2009.

Na Zona Euro, as dificuldades que o mercado imobiliário atravessa continuaram a ser evidentes na evolução dos indicadores de Confiança na Construção (calculados pela Comissão Europeia), os quais, apesar de terem dado conta de alguma melhoria da situação nos últimos meses, permaneceram a evidenciar uma quebra de confiança durante o primeiro semestre para a média dos países da Zona Euro, tendo-se assistido a uma melhoria da confiança (mas modesta)



apenas em Espanha, em Itália e em Portugal que, de resto, fazem parte do grupo de países que registaram as maiores quedas de confiança no período 2007-2008. Também ao nível da Produção na Construção se continua a assistir a uma contracção da actividade no sector, embora, tal como para a economia como um todo, se tenha verificado uma redução do ritmo de contracção (de -4,6%, em termos trimestrais, no 4ºT2008, para -2,2%, no 1ºT2009, e -0,7%, no 2ºT2009, mas ainda sem o dado de Junho).

Relativamente a Portugal, e não obstante a ligeira melhoria de confiança observada durante o primeiro semestre, os últimos dados disponíveis sobre o Valor Acrescentado Bruto (VAB) no sector da Construção, deram conta de mais uma forte contracção trimestral da actividade, no 1ºT2009, de -6,5% (-13,4%, em termos homólogos), depois das quedas observadas no 4ºT2008 e no 3ºT2008 (respectivamente, -10,6% e -4,5%, em termos homólogos). Verificou-se, no entanto, uma ligeira melhoria da situação nos últimos meses, com os dados relativos à Produção na Construção e Obras Públicas a revelarem-se compatíveis com um crescimento trimestral da actividade no sector, no 2ºT2009, em cerca de 1,3%



(ainda sem o dado de Junho), depois da contracção observada no trimestre anterior, dados que continuam a revelar-se mais desfavoráveis para o segmento da Construção de Edifícios (onde se inclui o segmento residencial, mais pressionado pela actual conjuntura económica e financeira desfavorável), vislumbrando-se a continuação de uma melhor dinâmica no segmento das Obras de Engenharia, decorrente do início da construção (ainda que parcial) das grandes obras públicas já anunciadas. Para a segunda metade do ano, os dados de Julho da Confiança da Construção e Obras Públicas (INE) revelaram o terceiro aumento consecutivo da confiança (e o mais elevado dos últimos três), resultado de um contributo positivo tanto da carteira de encomendas como das perspectivas de emprego, o que sugere a continuação de uma progressiva melhoria do sector. No entanto, as Perspectivas de Actividade (para os próximos três meses), divulgadas pelo INE numa base trimestral, voltaram a deteriorar-se, no 3ºT2009, pelo quarto trimestre

consecutivo, resultado de um movimento descendente na Construção de Edifícios (no segmento da Habitação, já que na Não-Residencial se assistiu a uma recuperação), tendo-se verificado uma melhoria nas Obras Públicas, após três trimestres consecutivos de quedas.

Enquadramento Regulamentar

A reposição da confiança e estabilidade do sistema financeiro determinou a produção de diversas medidas legislativas, tanto a nível da supervisão institucional e comportamental, como outras medidas financeiras, algumas de carácter transitório, como sejam a concessão extraordinária de garantias pessoais pelo Estado ao cumprimento de obrigações assumidas em contratos de financiamento por parte das instituições de crédito sediadas em Portugal, o alargamento dos critérios de elegibilidade dos activos a fornecer como garantia nas operações do Eurosistema e a moratória no reembolso dos empréstimos à habitação própria e permanente em caso de desemprego dos mutuários.

Na componente do reforço da solidez das Instituições financeiras, merece destaque a recomendação da conveniência das instituições disporem de um rácio de Fundos Próprios de Base (*Tier 1*) não inferior a 8%. O reforço do capital do Montepio em 100 milhões euros permitiu assegurar o cumprimento desta recomendação do BdP.

Nota ainda para as medidas associadas à observância dos princípios de bom governo societário das Instituições Financeiras, através da presença de administradores independentes e os deveres de transparência ao nível das remunerações dos titulares dos órgãos de administração e fiscalização, matéria que deverá ter novos desenvolvimentos decorrentes do grupo de trabalho constituído pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Ao nível da supervisão comportamental, observou-se um enfoque na protecção ao Cliente e ao aforrador, traduzido no aumento do limite da cobertura do sistema de garantia de depósitos, nos requisitos de informação a prestar sobre os produtos financeiros complexos (designadamente os ICAE) e na nova regulamentação do crédito ao consumo, Decreto-Lei nº133/2009 de 2 Junho, que promove a adopção das práticas de pedagogia financeira na relação das Instituições Financeiras com os Clientes.

Estão ainda em curso um conjunto de iniciativas a nível internacional, onde se enquadram a alteração prevista das regras contabilísticas dos Activos Financeiros, o reforço dos rácios de capital das Instituições de forma pro-cíclica e a aprovação de um regulamento sobre a actividade das Agências de *Rating* e para a actividade dos Fundos de Investimento Alternativos, designadamente os *Hedge Funds*. Prevê-se, também, uma melhoria na supervisão financeira na UE, através da criação de uma nova estrutura a nível europeu. No âmbito da mitigação de riscos, o Comité das Autoridades Europeias de Supervisão Bancária (CEBS) tem actualmente, em consulta pública, os documentos sobre técnicas de mitigação de risco operacional e sobre *Buffers* de liquidez. Espera-se, igualmente, desenvolvimentos na área da sustentabilidade, tendo em atenção a actual consulta pública da Comissão Europeia sobre as práticas responsáveis na concessão de empréstimos no espaço da União Europeia.

III – ESTRUTURA DO GRUPO MONTEPIO E PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO DA CAIXA ECONÓMICA

O Grupo Montepio é um grupo português de matriz mutualista – criador de soluções de protecção social e de promoção da qualidade da vida – cujo principal activo é a instituição de crédito anexa Caixa Económica.

A Caixa Económica (adiante designada por Montepio) dispõe de uma rede de distribuição própria ao serviço dos Associados e Clientes para promoção das soluções e actividades mutualistas, bem como para colocação de uma oferta alargada de serviços e produtos financeiros.

A Associação Mutualista é a entidade responsável pelo Centro Corporativo do Grupo, que controla as empresas que constituem as suas unidades estratégicas.

Enquadradas neste modelo organizacional, o Grupo Montepio detém participações em empresas especializadas em sectores complementares, como sejam os Seguros – Lusitania, e Lusitania Vida -, a Gestão de Activos - Montepio Gestão de Activos, os Fundos de Pensões - Futuro -, e a Saúde/Bem-estar – Residências Montepio.



Estas unidades estratégicas centram a sua actuação na geração de valor para o Associado:

- A Lusitania, seguradora de ramos reais, tem vindo a dar prioridade ao desenvolvimento da Banca Seguros e da actividade de *Assurfinance*, com um projecto recentemente lançado com o objectivo de promover a oferta bancária junto dos seus canais de distribuição;
- A Lusitania Vida, seguradora do ramo vida, actua de modo a complementar a actividade da Associação Mutualista e da Lusitania;
- A Montepio Gestão de Activos é a entidade especialista na gestão de fundos de investimento e gestão discricionária de carteiras;
- A Futuro é a entidade especialista na gestão de fundos de pensões;

- As Residências Montepio têm como objectivo o reforço da presença do Grupo no sector dos serviços de saúde e equipamentos sociais, promovendo o bem-estar e qualidade de vida, em especial, do segmento sénior.

Perímetro de Consolidação da Caixa Económica Montepio Geral:

Caixa Económica Montepio Geral;

Lusitania, Companhia de Seguros, SA;

Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA;

Banco Montepio Geral Cabo Verde, IFI, SA;

Norfin, Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos Imobiliários, SA;

HTA Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, SA;

Veículos de Titularização de Crédito Pelican *Mortgages n° 1 e n° 2*.

A diferença entre as contas individuais e as contas consolidadas resume-se a fluxos operados ao nível dos Resultados e da Situação Líquida, ou seja, os Resultados Consolidados foram inferiores aos individuais em 1,2 milhões de euros e, na Situação Líquida Consolidada, em 27,3 milhões de euros.

A diferença nos Resultados respeita, essencialmente, ao Fundo de Pensões (0,6 milhões de euros), aos *swaps* associados às operações de titularização (0,3 milhões de euros) e à participada HTA Hotéis Turismo Animação dos Açores (0,1 milhões de euros). Quanto à diferença na Situação Líquida, refere-se, principalmente, ao Fundo de Pensões (33 milhões de euros) e à Lusitania Seguros (2,3 milhões de euros).

(milhares de euros)

RUBRICAS	RESULTADOS LÍQUIDOS	SITUAÇÃO LÍQUIDA
1 - CEMG - Contas Individuais 30.Jun.2009	30.451	964.319
2 - Impacto da Consolidação das Participações Financeiras	-303	-2.855
2.1 - Consolidação Integral	-40	708
MG Cabo Verde	-40	708
2.2 - Equivalência Patrimonial	-263	-3.563
Lusitania - Seguros	-64	-2.300
Lusitania - Vida	-81	-897
NORFIN	-9	370
HTA Hotéis Turismo Animação dos Açores	-109	-736
3 - Outros Reajustamentos de Consolidação	-921	-24.469
Imparidade da Carteira Crédito		8.422
Fundo Pensões	-636	-33.018
Swaps associados às Operações de Titularização	-285	127
4 - CEMG - Contas Consolidadas 30.Jun.2009 (1+2+3)	29.227	936.995

IV – ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

O primeiro semestre de 2009 marca o início de um novo ciclo de planeamento estratégico no Montepio, com a implementação das Linhas de Orientação Estratégica 2009-2011 aprovadas no final de 2008, que definem respostas adequadas ao actual contexto, com vista a preparar o Grupo Montepio para o período pós- crise. A acentuar o cenário de elevada adversidade, caracterizado pela crise económica e financeira, o ambiente de negócios no sector bancário ficou marcado por factos que afectaram a reputação de algumas instituições, originando uma sistemática e intensa mediatização e escrutínio público de todo o sector.

O quadro de instabilidade financeira e de crise económica traduziu-se no aumento do desemprego e na deterioração da qualidade dos activos, particularmente no crédito, com o aumento das imparidades da carteira, devido ao agudizar das dificuldades das empresas e das famílias. Na vertente bancária, as respostas do Montepio a este contexto difícil e incerto centraram-se nas acções de contenção do incumprimento e de recuperação do crédito vencido, na redução dos custos e num maior escrutínio de novas operações de crédito.

A contenção na exposição aos riscos, em especial ao risco de crédito, com a redução da alavancagem financeira foi, aliás, uma resposta generalizada de todas as instituições do sector ao contexto de crise, o que provocou uma forte desaceleração da actividade bancária. De facto, apesar das taxas de juro terem atingido níveis extraordinariamente baixos neste período, observou-se uma acentuada diminuição do ritmo de crescimento do crédito, devido à adopção de critérios mais restritivos, a par de uma menor procura, atendendo às condicionantes da actividade económica, nomeadamente o adiamento de decisões de consumo e de investimento.

No domínio do incumprimento e do crédito vencido instituíram-se medidas de agilização e especialização da gestão destes créditos, em linha com as melhores práticas do sector, a par de uma mais apertada vigilância e controlo das operações de crédito, aumentando a frequência dos reportes, através de *watchlist*, das principais operações em risco.

Ao nível dos custos, foi adoptada uma política de gestão de grande rigor, em linha com o orçamento definido para 2009, tendo sido revisto o processo de gestão orçamental de custos e respectivo controlo.

Ainda que, num contexto tão adverso, para atingir objectivos de crescimento e rentabilidade de forma sustentada a prazo, foram definidas orientações de aprofundamento do modelo de negócio de banca universal de retalho doméstico, através da adopção de uma política de diversificação da carteira de crédito e das fontes de rendimentos para outros sectores fora do imobiliário, com perspectivas de evolução, dos segmentos dos empresários em nome individual, das microempresas e das PME.

Para preparar o futuro pós- crise, as Orientações Estratégicas preconizam um desenvolvimento do Grupo Montepio centrado na sua diferenciação de cariz mutualista, que se revela numa proposta de criação de valor para os Associados, para os Clientes e para a sociedade em geral, adequada à satisfação de

necessidades financeiras, de poupança, previdência e outras, e aos requisitos de ética empresarial e de sustentabilidade. O desenvolvimento das finalidades mutualistas das instituições que compõem o Grupo Montepio passa pelo alinhamento entre as suas unidades estratégicas, baseado na complementaridade da oferta e da distribuição e, ainda, em políticas integradas de gestão dos riscos, de contenção dos custos e de crescimento sustentado. Os objectivos de crescimento, definidos para as empresas do grupo, têm em vista obter uma dimensão crítica que permita melhorar a produtividade, a eficiência e a rendibilidade, traduzida em posições relativas nos diversos negócios onde o Montepio está presente, que contribuam para melhorar a capacidade de servir os Associados e Clientes de forma mais abrangente e mais competitiva. Com vista a atingir esse objectivo de dimensão e quota de mercado foi preparada, ao longo do semestre, uma operação de aquisição, pela Lusitania Companhia de Seguros, de uma participação maioritária na Real, Companhia de Seguros, detida até então pela Sociedade Lusa de Negócios. O negócio veio a concretizar-se já no início do segundo semestre, envolvendo um montante de 42,5 milhões de euros, dos quais 35 milhões de euros foram destinados ao reforço dos capitais próprios da Real.

Na Caixa Económica, que é a principal unidade do grupo, tanto em dimensão, como em capacidade comercial e de distribuição, o mutualismo e o relacionamento com as entidades do terceiro sector deverão ganhar maior protagonismo, tanto a nível da política comercial, como nas restantes políticas funcionais, assumindo-se como o principal *driver* estratégico. Para afirmar a centralidade estratégica do mutualismo, procedeu-se à reformulação da estrutura orgânica, passando a Associação Mutualista a assumir a sua posição como cabeça do Grupo Montepio, integrando o centro corporativo, que congrega as principais funções transversais ao grupo.

Pretende-se também que a actuação do Montepio, nos diversos domínios, seja suportada por recursos e processos de execução e de gestão qualificados em total conformidade com os requisitos e as melhores práticas, pelo que se definiram orientações estratégicas de desenvolvimento do sistema de controlo interno e do sistema de Governação, bem como da política de Responsabilidade Social. Nesta área, é de relevar, no primeiro semestre, os apoios que a Fundação Montepio concedeu a um conjunto expressivo de entidades da esfera da saúde e da solidariedade social, a que se juntaram a atribuição do Prémio Escolar Montepio e do Projecto Frota Solidária que se baseou na entrega de viaturas de transporte a 16 instituições de solidariedade social, aplicando assim as verbas de consignação fiscal. Refira-se, ainda, o desenvolvimento de acções no âmbito do Programa de Educação Financeira e do Programa de Voluntariado Empresarial, nas áreas da protecção ambiental, empreendedorismo, intervenção social e saúde.

A visão estratégica para o Grupo Montepio tem presente que, num contexto de crise e incerteza, é fundamental gerir os riscos e os desafios do curto prazo, mas não perder de vista o longo prazo, que trará novos paradigmas de crescimento e desenvolvimento na nova década que se aproxima.

Com as recentes evoluções no campo da regulação financeira, já se desenha uma nova abordagem da supervisão, baseada na reforma das instituições e numa maior cooperação e integração, a nível nacional e

internacional, a qual deverá implicar alterações nos processos de gestão e nos sistemas de controlo interno das instituições e nos seus modelos de governação.

A nível económico, também se vislumbram novos padrões de crescimento, assentes numa nova forma de utilização dos recursos, mais racional e eficiente e na procura de fontes renováveis. Garantir a sustentabilidade das instituições, dos sistemas e das sociedades é assim o dever e responsabilidade de todos os agentes económicos, sendo uma preocupação estratégica central do Grupo Montepio.

A visão do Montepio passa pela convicção de que, numa gestão orientada para o médio e longo prazo, o actual contexto de mudança constitui uma oportunidade para as instituições menos afectadas pela crise aproveitarem as oportunidades decorrentes dos processos de alienação de negócios de entidades concorrentes, contribuindo para a estabilização e consolidação do sector financeiro nacional.

V – CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL

1. Indicadores Globais

	(milhares de euros)		
INDICADORES	Jun 08	Dez 08	Jun 09
1. DIMENSÃO			
Activo Líquido	16 811 682	16 851 534	17 266 354
Varição	3.10%	-0.28%	2.70%
Recursos Próprios (Capital, Reservas e Resultados)	835 345	823 669	936 995
Trabalhadores - Quadro de Pessoal em Portugal (Unidades)	2 973	2 972	2 982
Balcões e Escritórios de Representação (Unidades)	319	326	331
Balcões (Unidades)	313	320	325
Escritórios de Representação (Unidades)	6	6	6
2. RENDIBILIDADE			
Resultado do Exercício	23 664	33 874	29 227
Produto Bancário	201 547	409 635	238 482
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	2.43%	2.43%	2.80%
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio (ROA)	0.29%	0.20%	0.34%
Resultado do Exercício / Capitais Próprios Médios (ROE)	5.91%	4.08%	6.60%
3. RISCO DE CRÉDITO			
Rácio de Crédito Vencido a mais de 90 dias	2.36%	2.34%	3.21%
Rácio de Crédito com incumprimento	2.74%	2.90%	3.96%
Rácio de Crédito com incumprimento líquido de provisões	1.31%	1.09%	1.90%
4. PRUDENCIAIS			
Rácio de Solvabilidade	10.53%	11.44%	12.20%
Rácio Adequação Fundos Próprios de Base (Tier 1)	7.43%	7.92%	8.70%
Rácio do Imobilizado Líquido (Imobilizado / Fundos Próprios)	10.74%	10.63%	10.29%
Provisões Crédito Total / Crédito e Juros Vencidos +3 meses	93.85%	110.21%	97.87%
Valor Fundo Pensões / Responsabilidades Passadas Totais	84.82%	84.82%	84.62%
Valor Fundo Pensões / Responsabilidades Mínimas	99.22%	100.00%	98.40%
5. NOTAÇÕES DE RATING (Curto Prazo : Longo Prazo)			
Fitch Ratings	F2 : A-	F2 : A-	F2 : A-
Moody's	P-1 : A2	P-1 : A2	P-1 : A2
6. EFICIÊNCIA			
Gastos de Funcionamento / Activo Líquido Médio	1.46%	1.40%	1.32%
Gastos de Funcionamento + Amortizações / Produto Bancário (<i>cost to income</i>)	64.28%	62.33%	51.08%
Efectivo Total em Portugal / Balcões (Unidades)	9.39	9.16	9.04
Gastos com Pessoal / Produto Bancário	39.22%	36.93%	31.44%

2. Variáveis de Gestão de Negócio

2.1. Canais de Distribuição

Os primeiros meses de 2009 foram caracterizados pela prossecução da estratégia definida para o desenvolvimento das formas de distribuição do Montepio. Esta estratégia conjuga formas e meios diversos de relacionamento com os Clientes e, ao nível da distribuição própria (directa), é suportada na melhoria da cobertura geográfica da rede de balcões, na disseminação de serviços especializados de atendimento (Gestores de Cliente) e nos canais de distribuição à distância. No que diz respeito ao recurso a outros canais de distribuição não próprios (indirectos), está na sua fase inicial o projecto *Assurfinance* que, em articulação com a companhia de seguros do Grupo Montepio - Lusitania -, visa promover a oferta bancária junto dos parceiros de negócio que trabalham com esta entidade.

Os canais de distribuição do Montepio englobavam, em 30 de Junho de 2009, uma rede física de 325 Balcões localizados em Portugal continental (297) e Regiões Autónomas (28), uma oferta de canais electrónicos complementares (Banca Telefónica, Banca na Internet, Banca Móvel e Rede de Auto-Serviço) e 6 escritórios de representação no estrangeiro.

Rede de Balcões

Para aproveitar o potencial de mercados locais, onde as propostas de valor do Montepio se revelam ajustadas, deu-se continuidade à abertura selectiva de balcões, num total de 5, durante o primeiro semestre. As áreas geográficas cobertas são criteriosamente seleccionadas, seguindo metodologias que permitem identificar locais com potencial de desenvolvimento económico e de negócio bancário, em especial nos segmentos de retalho de particulares e microempresas.

Para cada novo balcão é traçado um plano de negócio, adaptado às características locais, com o objectivo de encurtar o período de recuperação do investimento, e na perspectiva de níveis adequados de rentabilidade.



Rede de Distribuição Física em Dez. 2008 320

Balcões abertos em 2009 5

Évora	Montemor e Novo	Jan-09
Lisboa	Amadora - Vila Chã	Abr-09
Braga	Prado	Abr-09
Santarém	Ourense	Jun-09
Porto	Póvoa do Varzim	Jun-09

Rede de Distribuição em Jun. 2009 325



Escritórios Representação		6
Alemanha	Frankfurt	
Suíça	Geneve	
Reino Unido	London	
Estados Unidos América	Newark	
França	Paris	
Canada	Toronto	

Ao longo do primeiro semestre de 2009, observou-se, ainda, o incremento dos serviços especializados de atendimento, com um crescimento de 47% no número de Gestores de Cliente Premium, orientados para o segmento de Clientes Particulares com envolvimento expressivo ou potencial elevado (*Affluent*), e a duplicação do número de Gestores de Negócio, vocacionados para a gestão do segmento das microempresas.

Canais Electrónicos e à Distância

Os Canais Complementares para o segmento de Particulares (Net24, Phone24, Netmóvel24 e SMS24) atingiram, no primeiro semestre de 2009, o valor de 506 mil aderentes, representando um crescimento de 12% face ao período homólogo. No caso dos canais para empresas (Net24 Empresas, Phone24 Empresas, Netmóvel24 Empresas e SMS24 Empresas), registou-se um incremento de 34% no número de aderentes face a Junho de 2008.

No domínio da banca de auto-serviço (*self-service*) e dos pagamentos electrónicos, também se obteve um incremento da quota de mercado em número de máquinas Multibanco do Montepio instaladas na rede SIBS (Sociedade Interbancária de Serviços), a qual passou de 5,9%, em Junho de 2008, para 6,0%, em Junho de 2009. O desenvolvimento da rede de terminais de marca própria - Chave24 -, segue uma lógica de diversificação das soluções de automatização (dispensa de dinheiro, depósito inteligente, dispensa e depósito inteligente de cheques e actualizadores de cadernetas), com o objectivo de melhorar os níveis de serviço aos Clientes, de forma diferenciadora, e ao mesmo tempo, contribuir para a eficiência na gestão do atendimento nos balcões.

O parque de Terminais de Pagamento Automático (TPA) observou um aumento na quota de mercado, de 5,4%, em Junho de 2008, para 5,6% em Junho de 2009.

A actividade dos canais electrónicos complementares continua a assumir importância na eficiência da distribuição e no serviço prestado aos Clientes. O peso das operações migradas para os canais complementares foi de 70%, em termos de número total de operações processadas.

Outras formas de dinamização da distribuição que o Montepio tem vindo a dinamizar passam pela gestão de Protocolos, não só através da celebração de novos acordos, mas também através da revitalização de Protocolos antigos, estabelecidos com entidades com que o Montepio mantém relações.

O projecto *Assurfinance* Montepio-Lusitania, recentemente iniciado, conta actualmente com mais de três dezenas de promotores. É esperada uma intensificação do negócio gerado por esta forma de distribuição, com o alargamento da oferta a promover e o aumento das oportunidades de negócio.

O actual sítio público do Montepio continua a registar um nível de acesso e utilização significativos, atingindo uma média mensal de 1,7 milhão de visitantes e 23,7 milhões de páginas visitadas. Para os próximos meses, está prevista a sua reformulação tendo por objectivo dar continuidade à melhoria dos serviços prestados pelo Montepio através da Internet.

Os canais à distância do Montepio continuam a ser premiados

O sítio do Montepio foi, uma vez mais, considerado um dos 3 melhores sítios de Banca On-line nos Prémios Leitor PC Guia 2009 e o Contact Centre do Montepio foi, pelo quarto ano consecutivo, distinguido através da atribuição de bronze nos prémios da Associação Portuguesa de Contact Centres (APCC). Nos anos anteriores, o Montepio havia ganho os prémios de ouro, prata e bronze.

2.2. Oferta de Produtos e Serviços e Gestão de Clientes

Procurando cumprir com os objectivos inscritos nas Linhas de Orientação Estratégica, foram desenvolvidas, ao longo do primeiro semestre, acções de adaptação da oferta, com destaque para as das condições de *pricing* ajustado do risco, em função dos segmentos de Clientes, e de gestão da relação comercial.

Segmentos de Particulares

No primeiro semestre de 2009, registou-se um aumento de 0,7% no número de Clientes Particulares, como resultado do trabalho de especialização da rede de distribuição no tratamento de segmentos estratégicos.

Tendo por base a segmentação que classifica os Clientes em três grandes grupos: *Mass Market*, *Mass-Affluent* e *Affluent*, deu-se continuidade ao alargamento da oferta para os segmentos *Affluent* e *Mass-Affluent*, através do lançamento de produtos exclusivos, sobretudo ao nível das aplicações financeiras.

No que respeita a produtos de captação de recursos, foram desenvolvidas acções de promoção de depósitos a prazo, para aplicações a curto e médio prazo, para os segmentos de *Mass Market* e *Affluent*. Foi também alargada a oferta de depósitos exclusivos dos canais à distância. Neste domínio, houve uma particular preocupação na gestão do preço, com o ajustamento das taxas de juro dos depósitos a prazo e de poupança de carteira, tendo em conta a evolução do contexto do mercado.

Merece especial destaque a campanha de poupanças para o subsegmento de menores, através da edição comemorativa do “Mealheiro Montepio”. Com esta campanha, pretende-se fortalecer a presença neste segmento etário, como forma de rejuvenescer a base de Clientes e fortalecer a posição competitiva, dando cumprimento à tradição do Montepio no contributo que tem dado, ao longo da sua história, para o incentivo à poupança e para a literacia financeira dos cidadãos, desde a sua juventude.

No âmbito dos seguros, salienta-se o lançamento, em parceria com a Seguradora Lusitania do Grupo Montepio, de dois novos seguros: “Seguro Montepio Voluntariado” (dirigido a todas as Instituições que contam com a colaboração de voluntários) e o “Seguro Montepio Caçador” (dirigido a caçadores).

A preocupação com os temas do desenvolvimento sustentado e da consciencialização dos indivíduos para a preservação do ambiente e diversificação de fontes energéticas tem estado presente na disponibilização de novas soluções de crédito. Merece destaque a adesão ao Protocolo do Ministério das Finanças e da Administração Pública e do Ministério da Economia e Inovação no âmbito das energias renováveis, em que o Estado comparticipa a aquisição de painéis solares para edifícios habitacionais. Nesse sentido, foi criada uma linha de crédito de incentivo à aquisição de painéis solares como forma de promover a micro-geração de energia junto das famílias.

No domínio do crédito automóvel, foram estabelecidas parcerias visando a criação de soluções atractivas direccionadas aos Clientes dos segmentos de *Mass Market* e *Affluent*.

Quanto ao negócio dos cartões bancários, foi criado o programa de fidelização do cartão Mega, denominado Super Vantagens. Desenvolveu-se, ainda, um cartão *co-branded*, com a Federação Portuguesa de Caça (Fençaça), destinado a caçadores (mesmo que não possuam relação comercial com o Montepio). A carteira de cartões de crédito atingiu os 188 386 cartões, representando um acréscimo de 2,9% face a Dezembro de 2008 (Particulares e Empresas).

Segmento de Empresas

Com o objectivo de prosseguir a orientação de diversificação da actividade de crédito, promovendo o aumento da quota no mercado junto dos segmentos de microempresas e PME dos sectores de actividade elegíveis no Plano Estratégico, foi colocado um forte empenho na captação de novos Clientes destas áreas. Como resultado de uma maior focalização nestes segmentos, registou-se, no primeiro semestre, um aumento homólogo de 5,6% no número de Clientes Empresas.

Nesse sentido, e no que diz respeito à actividade de crédito para empresas, desenvolveram-se acções específicas para dinamização da oferta de linhas de crédito especializado, de que se destacam o Protocolo com o BEI – Banco Europeu de Investimento para o apoio a projectos de PME e as linhas de crédito protocoladas em vigor: Protocolo com as Sociedades de Garantia Mútua; Protocolo Bancário ITP2007 – Turismo; Linha de Crédito PME Investe II/ QREN – Montepio; Linha de Crédito PME Investe III – Montepio; Protocolo com o IFAP – Apoio ao Sector Agrícola, Florestal e Agro-Industrial. Juntam-se, ainda, diversos protocolos específicos em vigor para as Regiões Autónomas da Madeira e Açores.

Ao nível da dinamização da captação de recursos junto das empresas, salienta-se o lançamento de duas séries de dois depósitos a prazo, “Montepio Negócios” e “Montepio Negócios TOP”, visando distinguir a oferta dirigida a “Empresários em Nome Individual” e “Microempresas”, da oferta dirigida às restantes empresas de maior dimensão.

No negócio de cartões, registou-se um incremento nos novos cartões *Business* e *Business Trade*, meios de pagamento destinados especificamente às necessidades de gestão de pagamentos e de tesouraria dos segmentos de empresas.

Qualidade e Satisfação

O Montepio participou, uma vez mais, no *European Consumer Satisfaction Index* (desenvolvido pelo Instituto Português de Qualidade e pela Universidade Nova de Lisboa), obtendo uma classificação para a satisfação acima da média do sector bancário.

Passou ainda a ser divulgado junto da rede comercial informação sobre a qualidade de atendimento de cada balcão, através da publicação interna de um barómetro regular, permitindo contribuir para melhorar o atendimento e a gestão dos Clientes.

Sendo a qualidade de serviço prestada ao Cliente uma das preocupações constantes no Montepio, foram desenvolvidas diversas acções de formação, designadamente através de *e-learning*, em produtos e técnicas de abordagem ao Cliente, com o objectivo de dotar a rede comercial de um melhor conhecimento acerca da abordagem comercial adequada às necessidades e expectativas de cada Cliente.

No primeiro semestre, foi desenvolvido o projecto «Resultados», visando melhorar a eficiência por via da redução de tarefas administrativas na rede comercial. As medidas em curso permitem o aumento de disponibilidade para acção comercial em 19%, em termos médios, e uma redução de carga administrativa em 25%.

Tendo presente a importância da comunicação interna, foi ainda lançada uma nova intranet, que fornece aos colaboradores do Montepio, novas funcionalidades e uma utilização mais simples e rápida dos seus conteúdos, bem como uma melhor utilização de recursos audiovisuais para acções de comunicação e de formação.

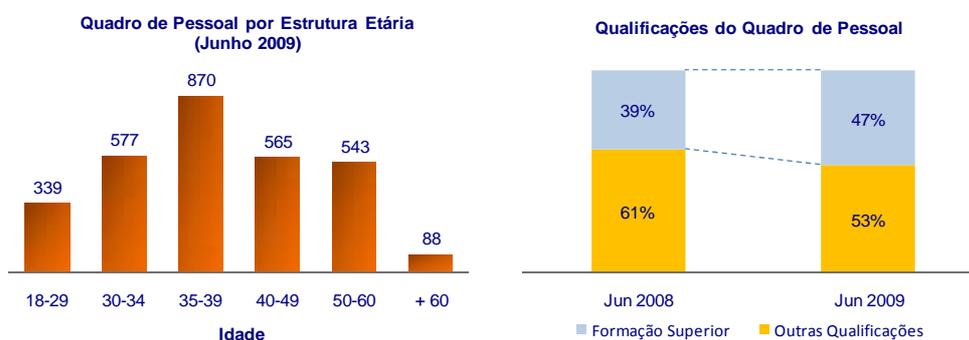
2.3. Recursos Humanos

No final de Junho de 2009, o quadro de pessoal atingiu 2 982 trabalhadores, representando um aumento homólogo de, apenas 9 trabalhadores. Dado o aumento da rede de balcões, verificou-se uma diminuição do indicador de número médio de trabalhadores por balcão, de 9,4 para 9,0.

Quadro de Pessoal	Jun 08	Dez 08	Jun 09	Variacão N.º	%
Quadro Total	2 973	2 972	2 982	9	0.3
Homens	54%	53%	53%	-1.0	p.p.
Mulheres	46%	47%	47%	1.0	p.p.
N.º Balcões	313	320	325	12	3.8
Efectivo Total / N.º Balcões	9.39	9.16	9.04		

Assente numa política de qualificao e optimizao dos recursos e numa avaliao criteriosa, em termos de admissão e seleco de novos trabalhadores, o quadro de pessoal, no final de Junho de 2009 apresentou as seguintes características:

- 74% dos trabalhadores pertenciam à rede comercial;
- Média etária de 40 anos e uma antiguidade média de 14,7 anos;
- 53% do sexo masculino e 47% do sexo feminino;
- Aumento do número de trabalhadores com habilitaes superiores, que passou a representar 47% do quadro face a 39% no período homólogo.



A melhoria das qualificaes e competências do quadro de pessoal tem sido uma constante no Montepio, de que foi testemunho o facto de se terem ultrapassado as 130 mil horas de formao no primeiro semestre, envolvendo 2175 participantes e utilizando metodologias de *e-learning* e de *b-learning* em diversas matérias com destaque para o «Aconselhamento Financeiro a Clientes», «Riscos Operacionais e Riscos de Actividade», «Crédito Especializado» e «Decisões de Financiamento e Análise de Crédito».

Salienta-se ainda que, durante o primeiro semestre, a avaliao de objectivos foi incorporada no Sistema de Gestão de Desempenho, bem como a continuao da implementao do novo modelo de gestão dos balcões, englobando os trabalhadores com funes de gestão de carteiras de Clientes.

Em 2009, alterou-se o modelo de definio de incentivos comerciais, enfocando-se na gestão de preço e do risco de crédito, com a incorporao de Indicadores Chave de Desempenho relativos a risco e gestão do preço nos objectivos de cada unidade de negócio, bem como a estabilidade/crescimento das carteiras de negócio.

Passou a ser disponibilizada diariamente à rede comercial uma nova ferramenta de acompanhamento do desempenho comercial, com maior relevo para o cumprimento das diversas rubricas de negócio.

Foram igualmente realizados simulacros relativos aos Planos de Emergência Internos dos grandes edifícios e a conclusão de um estudo epidemiológico referente aos dados resultantes dos exames periódicos de vigilância de saúde, que pretende sustentar intervenções preventivas.

3. Evolução das Áreas de Negócio

No primeiro semestre de 2009, o Montepio viu os seus principais negócios evoluir de forma positiva, mesmo num contexto adverso. Foi reforçada a sua posição enquanto Banco de Retalho de cariz aforrador: os Recursos de Clientes de Balanço aumentaram 963,3 milhões de euros (+10,5%), enquanto o crédito registou uma variação de +0,6% num total de 87,9 milhões de euros.

Os recursos de clientes de retalho e institucionais permaneceram como a principal fonte de *funding*, seguida do *wholesale funding* e das titularizações (em Março foi concluída a operação de titularização *Pelican Mortgages n. 5*). Os recursos ao Mercado Monetário Interbancário (MMI) e ao Banco Central Europeu (BCE) foram utilizados como fontes complementares, seguindo uma lógica de racionalidade na gestão do preço e das características inerentes às fontes de financiamento da actividade.

O MMI permaneceu com reduzida actividade no início do ano, tendo os montantes de tomadas e cedências aumentado ao longo do semestre, à medida que o mercado foi retomando alguns sinais de confiança.

(milhares de euros)

	Jun 08	Dez 08	Jun 09	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Total do Crédito a Clientes	15 116 652	15 393 813	15 204 539	87 887	0.6
Total de Recursos de Clientes	9 165 862	9 602 683	10 129 121	963 259	10.5

3.1. Análise Individual do Negócio

3.1.1. Banca de Particulares e Pequenos Negócios

No primeiro semestre de 2009, o Montepio conquistou cerca de 11 mil novos Clientes. Esta dinâmica de crescimento esteve associada ao trabalho de definição de segmentos estratégicos realizado no âmbito do Plano Estratégico 2009-2011, cujas acções começam a produzir resultados.

Para o crescimento do Segmento de Particulares e Pequenos Negócios contribuiu, de forma decisiva, a aposta feita pelo Grupo Montepio no aumento do número de Gestores de Clientes *Premium* e de Gestores de Negócio, do qual resultou:

- Crescimento da carteira de recursos, com uma variação de 2,3% face ao período homólogo de 2008, fruto da disponibilização de uma oferta variada de produtos destinados à captação de poupanças para diferentes perfis de Clientes;

(milhares de euros)

	Jun 08	Dez 08	Jun 09	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Depósitos de Particulares e Pequenos Negócios	6.565.050	6.779.922	6.713.322	148.272	2,3
Particulares	5.472.877	5.609.789	5.757.152	284.275	5,2
Comerciantes e Prof. Liberais	47.832	52.828	50.261	2.429	5,1
Instituições sem Fins Lucrativos	1.044.341	1.117.305	905.909	-138.432	-13,3
Depósitos de Empresas	984.435	975.620	1.196.871	212.436	21,6
Depósitos de Outros Segmentos	471.451	553.821	1.121.179	649.728	137,8
Títulos colocados em Clientes	1.124.091	1.272.343	1.119.260	-4.831	-0,4
TOTAL	9.145.027	9.581.706	10.150.632	1.005.605	11,0

- Aumento do crédito, com um nível acrescido de selectividade, resultando em mais 17,1 milhões de euros de crédito individual e mais 23,5 milhões de euros em pequenos negócios, em linha com a estratégia desenvolvida.

(milhares de euros)

	Jun 08	Dez 08	Jun 09	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Particulares e Pequenos Negócios					
Total da Carteira de Crédito	9.998.813	10.184.455	9.929.778	-69.035	-0,7
Particulares	9.766.409	9.934.383	9.673.871	-92.538	-0,9
do qual:					
Habitação	8.476.183	8.420.974	8.352.193	-123.990	-1,5
Individual	368.116	374.945	385.241	17.125	4,7
Pequenos Negócios	232.403	250.072	255.907	23.504	10,1
Por Memória:					
Garantias e Avals	20.864	20.428	19.214	-1.650	-7,9

3.1.2. Banca de Empresas

No primeiro semestre de 2009, o Montepio continuou a diversificação da actividade da área de Empresas, com especial incidência nas Pequenas e Médias Empresas. Nesse sentido, registou-se, no segmento, um crescimento, face ao período homólogo, de 21,6%.

Os resultados deste segmento basearam-se em três pilares fundamentais:

- **Crescimento significativo do número de Clientes dos segmentos estratégicos**, através do atendimento especializado proporcionado pela Rede de Empresas e pelos seus Gestores de Clientes Empresas, em conjunto com as áreas de risco e financeira;
- **Aumento do posicionamento do Montepio como primeiro Banco dos Clientes Empresas**. Para atingir este objectivo, foram desenvolvidas propostas de valor através do alargamento de soluções na carteira de oferta;
- **Reforço do *share-of-wallet* em Clientes dos segmentos estratégicos**, através da colocação de produtos de empresas do Grupo.

(milhares de euros)

	Jun 08	Dez 08	Jun 09	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Empresas					
Total da Carteira de Crédito	4 521 668	4 692 674	4 819 125	297 457	6.6
do qual:					
Construção	2 161 828	2 154 768	2 101 493	-60 335	-2.8
Investimento	1 138 262	1 248 346	1 402 254	263 992	23.2
Rácio de Crédito e Juros Vencidos	3.3%	3.2%	5.0%	1.7 p.p.	
Por Memória:					
Garantias e Avais	348 224	383 993	386 891	38 667	11.1

O Montepio aumentou o seu apoio ao tecido empresarial português, obtendo uma taxa de crescimento no crédito a empresas, de 6,6%. Para esta evolução contribuiu o crédito ao investimento, com um aumento de 264,0 milhões de Euros, ou seja, +23,2% face ao período homólogo. Este aumento do crédito ao investimento é o resultado da estratégia de diversificação implementada pelo Montepio, para a qual contribuiu o estabelecimento de protocolos com entidades estatais.

As actividades de crédito especializado (*Leasing, Factoring e Renting*) registaram crescimentos expressivos face ao período homólogo de 2008. A carteira aumentou 107,4 milhões de Euros (+70,0%), na qual se destaca o contributo do *leasing* imobiliário, com uma variação de 40,6 milhões de Euros (+53,9%).

O desconto de facturas (*factoring*) aumentou 32,7 milhões de euros, +141,0% face ao período homólogo de 2008.

(milhares de euros)

	Jun 08	Dez 08	Jun09	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Leasing	129.044	171.181	202.618	73.574	57,0
Auto	18.454	24.093	28.882	10.428	56,5
Equipamento	35.347	48.845	57.936	22.589	63,9
Imobiliário	75.243	98.243	115.800	40.557	53,9
Factura Ok - Desconto de Facturas	23.156	54.242	55.815	32.659	141,0
Renting	1.126	1.988	2.268	1.142	101,4
TOTAL	153.326	227.411	260.701	107.375	70,0

3.2. Cross-Selling

3.2.1. Gestão de Activos

O Montepio terminou o primeiro semestre do ano de 2009 com uma carteira de recursos de desintermediação, colocados pela sua rede de distribuição, de 1.069 milhões de euros. Esta carteira é gerida pelas empresas do Grupo, especializadas na gestão de fundos de investimento, de fundos de pensões e de seguros de capitalização. A variação homóloga, negativa em 171,5 milhões de euros, deveu-se essencialmente ao desempenho desfavorável dos mercados no ano de 2008, afectando maioritariamente os Fundos de Investimento Mobiliário (-26,4%). Não obstante, o desempenho compara favoravelmente com o do sector, cuja variação, no período em análise, foi de -31,4% (Fonte: APFIPP).

(milhares de euros)

	Jun 08		Dez 08		Jun 09		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor		Valor	%
Fundos de Investimento Mobiliário	494 780	39.9	318 552	31.3	364 398	34.1	-130 382	-26.4
Fundos de Tesouraria	265 214	21.4	184 856	18.2	227 436	21.3	-37 778	-14.2
Fundos de Obrigações	8 411	0.7	5 746	0.6	5 003	0.5	-3 408	-40.5
Fundos de Acções	95 501	7.7	60 180	5.9	62 839	5.9	-32 662	-34.2
Fundos de Fundos	125 654	10.1	67 770	6.6	69 120	6.4	-56 534	-45.0
Fundos de Investimento Imobiliário	308 234	24.9	299 675	29.4	301 671	28.2	-6 563	-2.1
Fundos de Pensões Abertos	208 665	16.8	193 188	19.0	189 475	17.7	-19 190	-9.2
Seguros de Capitalização	228 795	18.4	206 102	20.3	213 466	20.0	-15 329	-6.7
TOTAL	1 240 474	100.0	1 017 517	100.0	1 069 010	100.0	-171 464	-13.8

Fundos de Investimento

No final do primeiro semestre de 2009, os activos sob gestão do mercado de fundos de investimento mobiliário nacional fixaram-se em 14.193 milhões de euros, valor sensivelmente idêntico ao registado em Dezembro de 2008. A recuperação gradual dos mercados financeiros observada nestes primeiros seis meses do ano, bem como, o restabelecimento do interesse dos investidores por este tipo de activos, explicou a inversão da tendência de quebra acentuada do mercado, que teve início no primeiro semestre de 2007 e se manteve no decorrer de todo o ano de 2008, ano em que os activos sob gestão regrediram 44,3%.

Fundos de Investimento Mobiliário

milhões euros



Neste quadro de estagnação do mercado, os Fundos de Investimento Mobiliário geridos pela Montepio Gestão de Activos atingiram um crescimento assinalável dos activos sob gestão de 14,4%, no primeiro semestre de 2009, que contrasta com os -26,4% homólogos. Este crescimento, nos primeiros seis meses do ano, resultou maioritariamente do aumento das subscrições líquidas no fundo Montepio Tesouraria e da forte valorização da generalidade dos fundos de acções.

O ajustamento da oferta de fundos de investimento às necessidades dos Clientes e ao contexto de mercado constituem a preocupação do Montepio e da Montepio Gestão de Activos, pelo que se assinala, neste primeiro semestre do ano, a aprovação de um novo fundo especial de investimento orientado para o mercado monetário – o Montepio Monetário *Plus*.

Fundos de Pensões

Os Fundos de Pensões abertos, comercializados pelo Montepio, são geridos pela sociedade gestora de fundos de pensões do Grupo, a Futuro, que desempenha um papel complementar à oferta da Associação Mutualista (que é especialmente vocacionada para investimentos em activos de baixo risco). A oferta de fundos de pensões abertos da Futuro é constituída por fundos dirigidos aos segmentos de empresas, sendo os fundos Plano Poupança Reforma (PPR) e Plano Poupança Acções (PPA) vocacionados para os segmentos de particulares.

A carteira de fundos de pensões da Futuro, que incorpora activos de maior risco foi, à semelhança dos fundos de investimento, afectada pela crise nos mercados financeiros.

Em Junho de 2009, os activos sob gestão dos fundos de pensões comercializados aos balcões do Montepio situavam-se em 189,5 milhões de euros, o que representa uma redução dos montantes sob gestão de 9,2%, face ao período homólogo, e de 1,9%, no ano de 2009. A evolução positiva dos mercados financeiros permitiu, contudo, a recuperação das cotações de todos os fundos para valores acima dos registados em 31 de Dezembro de 2008.



No final do primeiro semestre de 2009, o total dos activos sob gestão dos Fundos de Pensões da Futuro ascendia a 1.002 milhões de euros.

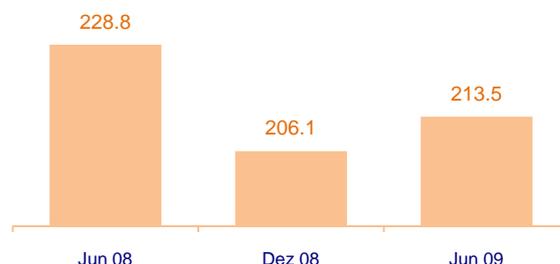
Procurando atender às mais elevadas exigências pela qualidade na prestação de serviços, em Abril de 2009 foi confirmada a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade da Futuro, agora de acordo com os requisitos da nova edição da norma NP EN ISO 9001:2008.

Seguros de Capitalização

Os seguros de capitalização da Lusitania Vida completam a oferta de produtos de poupança de longo prazo do Montepio, em complemento à oferta da Associação Mutualista. Tendo presente este objectivo de diversificação, foi lançado, no início do ano, um novo produto, o Seguro de Capitalização Remuneração Anual.

Seguros de Capitalização

milhões euros



Em Junho de 2009, a carteira de seguros de capitalização da Lusitania Vida, comercializados pelo Montepio, ascendia a 213,5 milhões de euros, 3,6% acima do valor de Dezembro de 2008, mas ainda inferior em 6,7% à carteira de Junho de 2008.

3.2.2. Seguros

	(milhares de euros)							
	Jun 08		Dez 08		Jun 09		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vida	22 607	71.6	45 472	71.4	23 777	71.1	1 170	5.2
Não Vida	8 966	28.4	18 220	28.6	9 650	28.9	684	7.6
TOTAL	31 573	100.0	63 692	100.0	33 427	100.0	1 854	5.9

Os seguros Vida-Risco, desenvolvidos pela Lusitania Vida, têm vindo a complementar a oferta de produtos de risco da Associação Mutualista, alargando assim a oferta do Grupo nesta área de negócio. Em Junho de 2009, o volume de prémios cobrados pela rede registou um crescimento homólogo de 5,2%, fixando-se em 23,8 milhões de euros.

Os seguros dos Ramos Não Vida, desenvolvidos em parceria com a Lusitania, mantiveram uma elevada relevância na agenda comercial da rede de distribuição do Montepio, pelo que, neste primeiro semestre, prolongou-se a Campanha de Oferta da primeira anuidade da cobertura de Conteúdo para os Clientes subscritores do Seguro Multiriscos Montepio Edifício, e foram lançados dois novos seguros: o Seguro Montepio Voluntariado e o Seguro Montepio Caçador. O primeiro, dirigido a todas as Instituições que contam com a colaboração de voluntários, é um produto inovador no mercado, que se destina a responder às necessidades de protecção de um segmento de Clientes que tem vindo a aumentar significativamente nos últimos anos. Por sua vez, o Seguro Montepio Caçador oferece, para além da Responsabilidade Civil Obrigatória, dois Planos de Coberturas à escolha do Cliente com garantias distintas que vão ao encontro das necessidades de segurança e protecção dos Clientes Caçadores.

Consequentemente, os prémios dos seguros Não Vida cobrados pelo Montepio no primeiro semestre, ascenderam a 9,7 milhões de euros, ou seja, +7,6% acima do valor atingido em igual período do ano anterior.

3.3. Soluções Mutualistas

No final do mês de Junho, a Associação Mutualista contava com cerca de 437 mil Associados, beneficiários de soluções mutualistas de poupança, de médio e longo prazo, e de previdência. Os fundos sob gestão totalizavam 2.201 milhões de euros, mais 8,7% do que em Junho do ano anterior. Esta evolução reflecte o elevado ritmo de crescimento observado pela generalidade das modalidades mutualistas.

De entre as modalidades de capitalização, os Capitais de Reforma e as emissões de séries do “Montepio Capital Certo”, continuaram a dominar a oferta mutualista, representando 74,0% do total. Neste período é, igualmente, de destacar o desempenho das modalidades de reforma, com um acréscimo de 19,8%, em termos homólogos, que reflecte o esforço bem sucedido da rede comercial na sensibilização dos Clientes em idade activa para a necessidade de poupar para a reforma cada vez mais cedo.

No primeiro semestre, o volume de capitais recebidos pelas modalidades de capitalização ascendeu a 121,7 milhões de euros, valor 30,7% superior ao recebido no primeiro semestre do ano anterior (93,1 milhões de euros).

Modalidades Mutualistas de Capitalização

milhões euros



Modalidades Mutualistas de Protecção

milhões euros



(milhares de euros)

	Jun 08		Dez 08		Jun 09		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Modalidades Mutualistas de Capitalização	1 564 429	77.2	1 630 837	77.1	1 697 043	77.1	132 614	8.5
Capitais de Reforma e Montepio Capital Certo	1 507 219	74.4	1 564 702	74.0	1 629 396	74.0	122 177	8.1
Modalidades Colectivas	7 777	0.4	8 025	0.4	8 421	0.4	644	8.3
Poupança Reforma	49 433	2.4	58 110	2.7	59 226	2.7	9 793	19.8
Modalidades Mutualistas de Protecção	461 092	22.8	483 918	22.9	504 042	22.9	42 950	9.3
TOTAL	2 025 521	100.0	2 114 755	100.0	2 201 085	100.0	175 564	8.7

4. Análise e Gestão de Riscos

O reflexo das condições de mercado nos processos de decisão sobre a actividade coloca a gestão de riscos no topo das prioridades do Montepio. Neste sentido, foi reforçada a monitorização dos riscos de liquidez e de contraparte, tendo-se igualmente procedido ao alinhamento do *pricing* das operações de crédito à evolução dos níveis de risco e dos custos de *funding*.

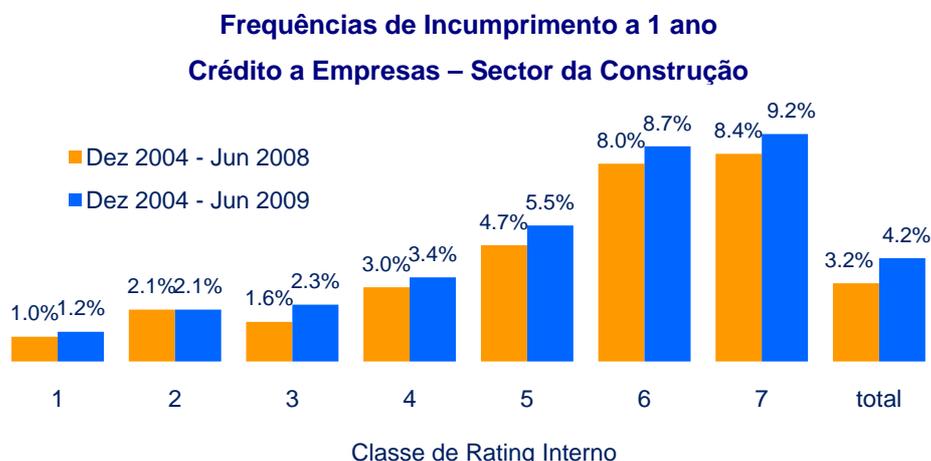
Foi igualmente intensificado o escrutínio na concessão de crédito nas principais linhas de negócio e reforçado o acompanhamento do crédito a empresas, submetendo-se semanalmente uma *watchlist* a apreciação do Conselho de Crédito.

Em acréscimo, foram desenvolvidos procedimentos de análise da adequação dos capitais próprios, que constituíram a base dos reportes efectuados do Processo de Auto-Avaliação dos Capitais Próprios e de Disciplina de Mercado.

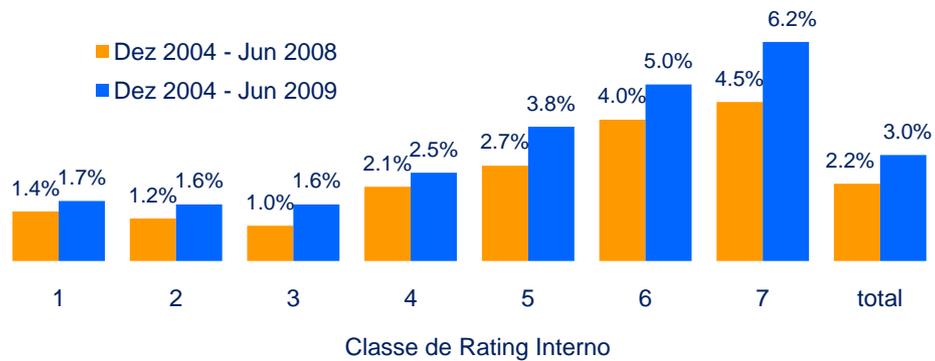
Risco de Crédito

No desfavorável contexto macroeconómico, registou-se uma deterioração dos níveis de risco de crédito, com agravamento das frequências de incumprimento das várias carteiras. A magnitude deste efeito é reduzida em consequência das políticas conservadoras de investimento e de concessão de crédito, com reforço da utilização de ferramentas de medição e acompanhamento do risco. Os efeitos da recessão são ainda mitigados pelo facto do grau de colateralização da carteira de crédito ser elevado, com 84% do valor agregado desta carteira a dispor de garantia real associada.

As frequências de incumprimento históricas nas carteiras de crédito a empresas registaram um aumento, comparativamente ao ano anterior, em particular nas classes de mais elevado risco no sector da construção (que representam igualmente um peso minoritário nas carteiras).

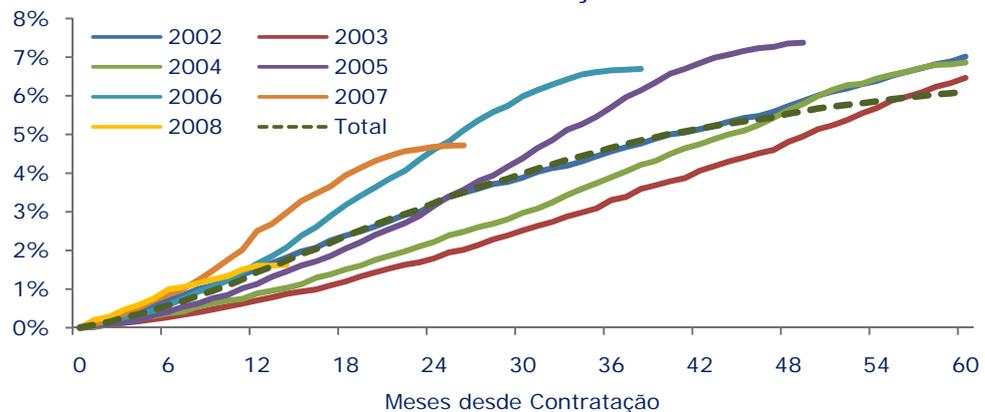


Frequências de Incumprimento a 1 ano Crédito a Empresas - Outros Sectores

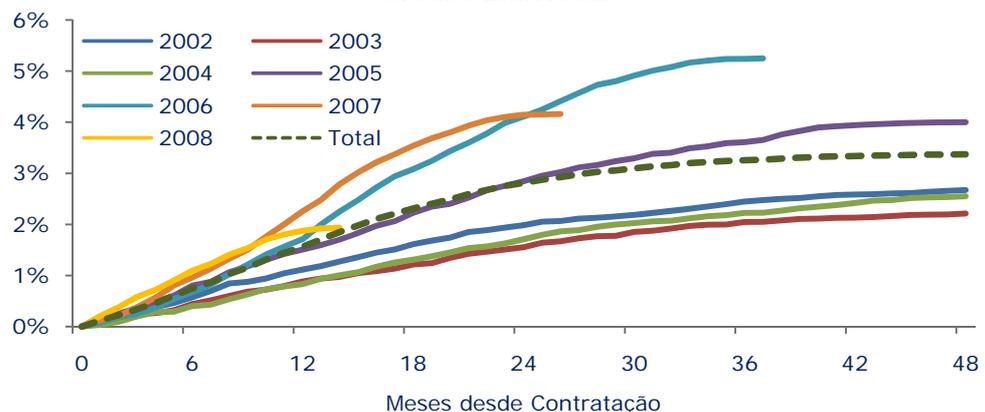


Na carteira de crédito a particulares, não obstante o aumento observado no incumprimento, verifica-se também que a imposição de critérios mais exigentes de concessão de crédito permitiu reduzir os níveis de incumprimento para créditos concedidos em 2008, especialmente no crédito à habitação.

Frequências de Incumprimento Crédito à Habitação



Frequências de Incumprimento Crédito Individual



Ao longo do primeiro semestre de 2009, veio-se assistindo a uma evolução do nível de incumprimento no total do sector bancário nacional e, conseqüentemente, à deterioração da qualidade da carteira de crédito. Assim, o saldo do crédito e juros vencidos para o total do sector bancário aumentou, em termos homólogos, 62%, em Maio de 2009 (informação disponível até à presente data, segundo as Estatísticas Monetárias e Financeiras publicadas pelo Banco de Portugal). No Montepio, apesar do agravamento face a 2008, o crédito e juros vencidos apresentou um nível de crescimento inferior, de 36,3%, tendo atingido o montante de 560 milhões de euros em Junho de 2009.

O crédito e juros vencidos há mais de 3 meses, que representava 84,9% do total, ascendia a 475,1 milhões de euros, correspondendo a 3,2% da carteira de crédito bruto.

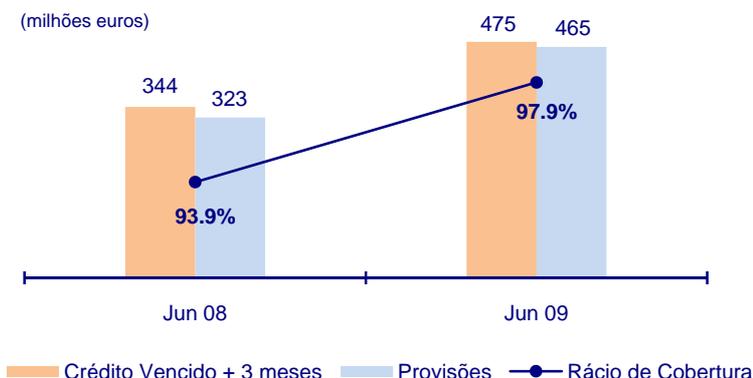
Principais Indicadores de Crédito e Juros Vencidos – Actividade Individual

(milhares de euros)

Indicadores	Jun 08	Dez 08	Jun 09	Variação	
				Valor	%
Crédito a Clientes Bruto	14 604 908	14 949 067	14 819 284	214 376	1.5
Crédito e Juros Vencidos	410 766	427 336	559 925	149 159	36.3
Crédito Vencido há mais de 3 meses	343 968	350 341	475 132	131 164	38.1
Crédito Vencido há mais de 12 meses	289 708	286 536	377 474	87 766	30.3
Provisões Totais para Crédito	322 821	386 103	465 010	142 189	44.0
Riscos Gerais de Crédito	99 394	101 240	100 824	1 430	1.4
Crédito Vencido e Cobrança Duvidosa	223 427	284 863	364 186	140 759	63.0
Rácios de Crédito Vencido em % do Crédito Total					
Rácio Crédito e Juros Vencidos há mais de 3 meses	2.36	2.34	3.21	0.85p.p.	
Rácio Crédito e Juros Vencidos há mais de 12 meses	1.98	1.92	2.55	0.57p.p.	
Rácio do Crédito com incumprimento (a)	2.74	2.90	3.96	1.22p.p.	
Rácio do Crédito com incumprimento líquido de provisões (a)	1.31	1.09	1.90	0.59p.p.	
Cobertura do Crédito Vencido por Provisões (%)					
Crédito Vencido há mais de 3 meses	93.85	110.21	97.87	4.02p.p.	
Crédito Vencido há mais de 12 meses	111.43	134.75	123.19	11.76p.p.	

(a) De acordo com a Instrução n.º 16/2004, do Banco de Portugal.

As provisões totais para crédito atingiram 465,0 milhões de euros, tendo observado um acréscimo homólogo de 142,2 milhões de euros (+44,0%). O reforço de provisionamento para riscos de crédito permitiu melhorar os rácios de cobertura do saldo do crédito e juros vencidos há mais de 3 meses, de 93,9% em Junho de 2008, para 97,9%, em Junho de 2009. O saldo de crédito e juros vencidos há mais de 12 meses estava coberto por provisões em 123,2%, ou seja, +11,8 p.p. em termos homólogos.

COBERTURA POR PROVISÕES DO CRÉDITO E JUROS VENCIDOS COM MAIS DE 3 MESES DE ATRASO

Risco em Activos Financeiros

A carteira de investimento do Montepio registou um acréscimo de 169,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2009, tendo atingido o valor de 997,5 milhões de euros. Esta evolução decorreu essencialmente do aumento de exposição a papel comercial (+131,7%) e a obrigações de taxa fixa (+311,9%). As obrigações mantiveram-se predominantes na carteira, com o valor desta classe de activos a atingir 729,3 milhões de euros, em Junho de 2009, contra 709,6 milhões no final de 2008. As obrigações de taxa variável continuaram a assumir o peso maioritário no total da carteira de investimento, representando 64,5%. Assim, o risco de taxa de juro continuou a situar-se a níveis reduzidos, mantendo-se mais de 80% do portfolio de obrigações da carteira de investimento com duração inferior a seis meses.

Estrutura da Carteira de Investimento por Tipo de Activos

(milhares de euros)

Tipo de Activos	Dez 08		Jun 09		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Obrigações	709 569	85.7	729 262	73.1	19 693	2.8
- Taxa Variável	688 794	83.2	643 697	64.5	-45 097	-6.5
- Taxa Fixa	20 775	2.5	85 565	8.6	64 790	311.9
Papel Comercial	113 031	13.7	261 867	26.3	148 836	131.7
Acções	5 343	0.6	6 341	0.6	998	18.7
Total	827 943	100.0	997 470	100.0	169 527	20.5

Estrutura da Carteira de Obrigações por Classes de Duração

(milhares de euros)

Duração	Dez 08		Jun 09		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
< 6 meses	638 252	89.9	592 221	81.2	-46 031	-7.2
6 meses a 1 ano	6 926	1.0	17 886	2.5	10 960	158.2
1 ano a 3 anos	23 108	3.3	34 561	4.7	11 453	49.6
3 anos a 5 anos	26 302	3.7	71 756	9.8	45 454	172.8
5 anos a 10 anos	14 800	2.1	12 388	1.7	-2 412	-16.3
> 10 anos	181	0.0	450	0.1	269	148.6
Total	709 569	100.0	729 262	100.0	19 693	2.8

A componente de obrigações da carteira de investimento manteve um reduzido nível de risco de crédito, dado que, continuou concentrada em classes de *rating investment grade* (98,4% em Junho de 2009, face a 98,1% no final de 2008).

Estrutura da Carteira de Obrigações por Classes de *Rating*

(milhares de euros)

Classes de Rating	Dez 08		Jun 09		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AAA	70 289	9.9	48 400	6.6	-21 889	-31.1
AA+	51 119	7.2	76 065	10.5	24 946	48.8
AA	77 035	10.9	75 313	10.3	-1 722	-2.2
AA-	134 843	19.0	102 677	14.1	-32 166	-23.9
A+	79 697	11.2	101 435	13.9	21 738	27.3
A	150 150	21.2	111 018	15.2	-39 132	-26.1
A-	88 567	12.5	135 777	18.6	47 210	53.3
BBB+	25 365	3.6	44 716	6.1	19 351	76.3
BBB	10 802	1.5	10 277	1.4	-525	-4.9
BBB-	8 017	1.1	11 752	1.6	3 735	46.6
BB+	5 319	0.7	5 489	0.8	170	3.2
BB	758	0.1	1 461	0.2	703	92.7
CCC	0	0.0	35	0.0	35	-
D	2 522	0.4	1 350	0.2	-1 172	-46.5
NR	5 086	0.7	3 497	0.5	-1 589	-31.2
Total	709 569	100.0	729 262	100.0	19 693	2.8

Riscos Estruturais de Balanço

A identificação, medição e controlo do risco de taxa de juro da carteira bancária do Montepio fazem parte das funções da Direcção de Análise e Gestão de Riscos. A gestão do risco de taxa de juro tem como referência os princípios recomendados pelo *Bank for International Settlements (BIS)*.

De acordo com a metodologia prevista na Instrução n.º 19/2005 do Banco de Portugal (BdP), o impacto sobre a situação líquida decorrente de uma deslocação paralela de ± 200 pontos base (p.b.) da curva de rendimentos é de 1%. A sensibilidade da carteira bancária do Montepio ao risco de taxa de juro encontra-se

assim dentro dos limites orientadores definidos pelo BIS em “*Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk*”.

Em Junho de 2009, o *gap* de *repricing* acumulado a 12 meses foi estimado em 2.043 milhões de euros, prevendo-se um impacto na margem financeira de ± 20 milhões de euros no caso de uma alteração instantânea das taxas de juro em ± 100 p.b.

A adequada gestão do risco de liquidez assumida pelo Montepio permite assegurar uma estrutura de financiamento do balanço adequada à maturidade dos seus activos, diversificar as suas fontes de financiamento e manter um conjunto de activos de elevada liquidez que permita, por exemplo, recorrer ao Banco Central Europeu (BCE) como fonte adicional de liquidez. Neste sentido, ao longo do primeiro semestre de 2009, salientam-se como principais factos de política de gestão de liquidez:

- Realização de uma nova operação de titularização de créditos à habitação realizada em Março, no valor de mil milhões de euros;
- Novas emissões de dívida sénior colocadas junto de Clientes;
- Aumento do Capital Institucional em 100 milhões de euros, aprovado em Assembleia Geral e realizado em Março de 2009.

De acordo com os reportes regulares efectuados ao BdP, o Montepio tem apresentado *gaps* acumulados positivos para os doze meses seguintes, evidenciado deste modo uma adequada situação de liquidez de curto prazo dado que esses *gaps* traduzem o plano de tesouraria com a incorporação da amortização de dívida considerada para esse período. Assim, no final de Junho de 2009, o *gap* dinâmico de liquidez acumulado até aos 12 meses seguintes era de 2,28 mil milhões de euros.

Gaps Dinâmicos de Posição de Liquidez em 30 de Junho de 2009

(milhões de euros)

Posições à data de referência + Valores Previsionais	Intervalos Temporais				
	À Vista e até 1 semana	Superior a 1 semana e até 1 mês	Superior a 1 mês e até 3 meses	Superior a 3 meses e até 6 meses	Superior a 6 meses e até 12 meses
Mismatches Acumulados	2 413	3 548	3 325	2 492	2 280

O Montepio tem vindo a realizar exercícios de *stress testing* (testes de esforço), contemplando os seus principais riscos. Estes exercícios foram também integrados no processo de auto-avaliação da adequação do capital interno (ICAAP - *Internal Capital Adequacy Assessment Process*).

As análises realizadas, considerando diversas situações extremas ao nível do risco de crédito, da evolução das taxas de juro, das condições de liquidez e de risco operacional, permitiram confirmar a adequação dos níveis de fundos próprios detidos.

Assim, no âmbito do risco de crédito, tendo presente a relação de longo prazo entre as probabilidades de incumprimento dos vários segmentos de negócio, o PIB e as taxas de juro de curto prazo, e tendo como referência a posição de balanço a 31 de Dezembro de 2008, concluiu-se que os vários cenários adversos considerados conduziram a uma redução do rácio de solvabilidade entre 0,5 e 2,5 pontos percentuais, permitindo manter este indicador em níveis significativamente acima do valor mínimo estabelecido. Estas conclusões foram corroboradas pelas previsões de evolução dos rácios de capital até ao final de 2009, tomando em consideração diversos cenários de evolução da actividade e a sensibilidade a diversos choques adversos, a partir da posição de balanço a 30 de Junho.

Adicionalmente, ao nível dos riscos financeiros e de balanço, o impacto dos testes realizados foi igualmente moderado, seja ao nível dos resultados, seja em relação aos *gaps* de liquidez.

Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de perdas resultantes de deficiências ou falhas dos processos internos, recursos humanos, sistemas ou de factores externos. O sistema de gestão de risco operacional baseia-se na identificação, avaliação, acompanhamento, medição e sua mitigação. Além da existência de uma unidade de estrutura orgânica específica, o modelo de gestão funciona de forma descentralizada, com interlocutores nas diversas unidades orgânicas do Grupo.

Ao nível do Plano de Continuidade de negócio concluiu-se durante o primeiro semestre de 2009 as duas primeiras fases do Projecto, respectivamente a fase de Avaliação (*Business Impact Analysis* e requisitos de Continuidade de Negócio) e a fase de Desenho (identificação das opções de recuperação de instalações e de sistemas).

5. Análise Financeira e Prudencial

5.1. Análise Global do Balanço

Não obstante o desfavorável contexto de mercado, o Montepio apresenta uma taxa de crescimento do seu activo de 2,7%, a que corresponde uma variação de 454,7 milhões de euros.

(milhares de euros)

	Jun 08		Dez 08		Jun 09		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1-Activo Líquido	16 811 682	100.0	16 851 534	100.0	17 266 354	100.0	454 672	2.7
Caixa e Disponibilidades	322 275	1.9	369 244	2.2	212 553	1.2	-109 722	-34.0
Aplicações em Instituições de Crédito	358 303	2.1	166 823	0.9	650 293	3.8	291 990	81.5
Crédito a Clientes (Bruto)	15 116 652	89.9	15 393 813	91.5	15 204 539	88.1	87 887	0.6
Activos Financeiros Equiparados a Títulos (1)	1 056 077	6.3	1 044 853	6.2	1 250 915	7.2	194 838	18.4
Imparidade e Amortizações	-481 153	-2.8	-566 914	-3.4	-657 306	-3.8	-176 153	36.6
Diversos Activos	439 528	2.6	443 715	2.6	605 360	3.5	165 832	37.7
2-Passivo e Capital	16 811 682	100.0	16 851 534	100.0	17 266 354	100.0	454 672	2.7
Recursos de Bancos Centrais e de Outras Int.Crédito	1 113 043	6.6	1 597 259	9.5	1 426 924	8.3	313 881	28.2
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos (2)	9 165 862	54.5	9 602 683	57.1	10 129 121	58.6	963 259	10.5
Débitos Representados Títu. e Pas.Subordinados(3)	4 901 747	29.2	4 176 016	24.8	3 967 833	23.0	-933 914	-19.1
Passivos Financ.Associados a Activos Transferidos	580 907	3.4	485 186	2.8	514 359	3.0	-66 548	-11.5
Diversos Passivos	214 778	1.3	166 721	0.9	291 122	1.7	76 344	35.5
Capital	835 345	5.0	823 669	4.9	936 995	5.4	101 650	12.2
3 -Crédito Clientes/Recursos Clientes (%)	164.9		160.3		150.1		-14.8p.p.	

(1) = Inclui activos financ. detidos para negociação, activos financ. ao justo valor, activos financ. disponíveis para venda e investimentos detidos até à maturidade.

(2) = Engloba depósitos e outros recursos e empréstimos não subordinados e subordinados colocados em clientes.

(3) = Não inclui os empréstimos não subordinados e subordinados colocados em clientes.

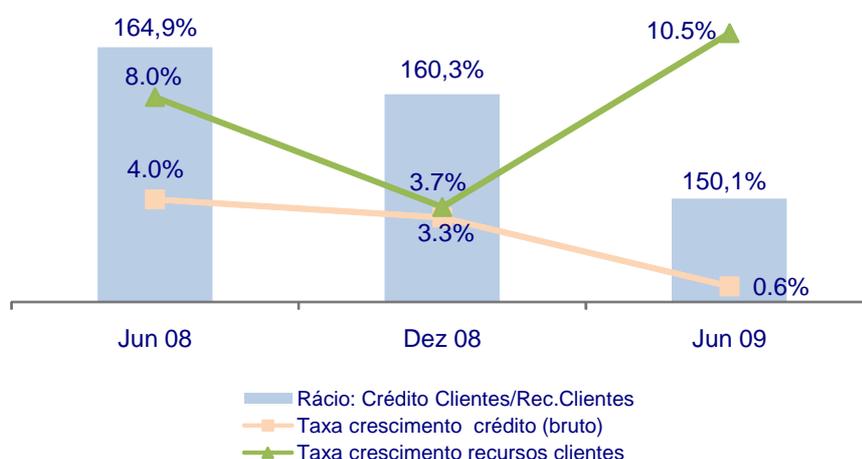
É de realçar que a evolução favorável das principais variáveis de balanço foi conseguida num contexto de elevada incerteza dos mercados, tendo subjacente a implementação de uma adequada gestão ao nível do preço, de um maior escrutínio das operações de crédito e de rigorosos princípios de adequação de capital.

No período em análise, os activos que evidenciaram uma evolução mais expressiva foram as Aplicações em Instituições de Crédito, com uma variação positiva de 292 milhões de euros (+81,5%), os Activos Financeiros Equiparados a Títulos, que registaram um acréscimo de 194,8 milhões de euros (+18,4%) e o Crédito a Clientes que registou uma taxa de crescimento de +0,6% mas que, nos segmentos de empresas, teve uma progressão assinalável, em linha com as orientações estratégicas de diversificação da actividade para os segmentos estratégicos de microempresas e PME.

Tendo em conta a instabilidade registada nos mercados financeiros internacionais, caracterizada por escassez de liquidez e, conseqüentemente, com *spreads* de crédito a níveis mais elevados, o conjunto das aplicações foi financiado, essencialmente, através de recursos financeiros de adequada maturidade e de ajustamento favorável dos *spreads* a novas situações de mercado mais favoráveis. Assim, os Recursos de Bancos Centrais e de Outras Instituições de Crédito registaram um aumento de 313,9 milhões de euros

(+28,2%), incluindo principalmente, financiamentos junto do BCE e do Banco Europeu de Investimentos (BEI). Por sua vez, os Recursos Globais de Clientes evidenciaram um acréscimo de 963,3 milhões de euros (+10,5%) e, como forma de reforçar a solidez e fazer face a uma conjuntura de maiores riscos, o Capital registou um aumento de 101,7 milhões de euros (+12,2%).

Considerando os elevados níveis de *spreads* registados nos mercados externos de financiamento, o Montepio optou por não proceder à emissão de novos empréstimos no âmbito do seu programa de EMTN (*Euro Medium Term Notes*), pelo que o valor dos Débitos Representados por Títulos e Passivos Subordinados registou uma diminuição de 933,9 milhões de euros (-19,1%). Por outro lado, para consolidar os níveis de liquidez e para reforçar a carteira de activos elegíveis de financiamento junto do BCE, foi concretizada uma operação de Titularização, no montante de 1.000 milhões de euros.



A política seguida de recursos e aplicações permitiu consolidar o maior crescimento nos Recursos de Clientes (+10,5%), com um impacto assinalável na melhoria do rácio de Crédito a Clientes/Recursos de Clientes (-14,8 p.p.).

5.2. Análise da Demonstração de Resultados

O Resultado Líquido Consolidado do primeiro semestre situou-se em 29,2 milhões de euros, registando um crescimento, face ao período homólogo, de 23,5%, ou seja, +5,6 milhões de euros face a Junho de 2009.

(milhares de euros)

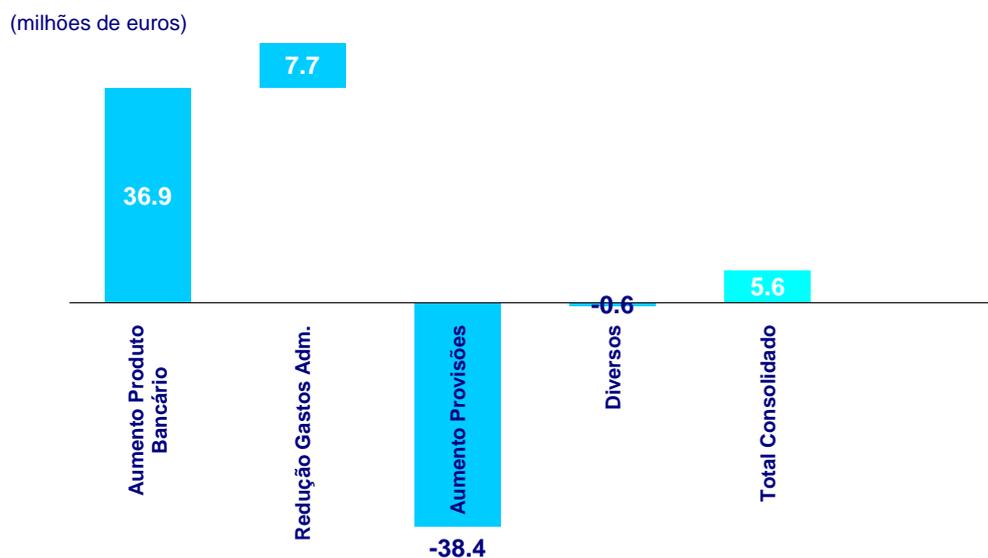
	Jun 08		Dez 08		Jun 09		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Margem Financeira	160 682	79.7	334 496	81.7	182 615	76.6	21 933	13.6
Serviços Prestados a Clientes (Comissões)	34 687	17.2	70 984	17.3	35 326	14.8	639	1.8
Produto Bancário Comercial	195 369	96.9	405 480	99.0	217 941	91.4	22 572	11.6
Resultado de Mercados (a)	-1 591	-0.8	-16 594	-4.1	6 033	2.5	7 624	479.2
Rendimento de Participações Financeiras	515	0.3	882	0.2	716	0.3	201	39.0
Outros Resultados	7 254	3.6	19 867	4.9	13 792	5.8	6 538	90.1
Produto Bancário	201 547	100.0	409 635	100.0	238 482	100.0	36 935	18.3
Gastos com Pessoal	79 045	39.2	151 260	36.9	74 979	31.4	-4 066	-5.1
Gastos Gerais Administrativos	42 016	20.9	85 696	20.9	37 405	15.7	-4 611	-11.0
Amortizações	8 490	4.2	18 370	4.5	9 426	4.0	936	11.0
Gastos Operacionais	129 551	64.3	255 326	62.3	121 810	51.1	-7 741	-6.0
Resultado Bruto	71 996	35.7	154 309	37.7	116 672	48.9	44 676	62.1
Provisões Líq. e Imparidade Liq. Reversões	49 999	69.4	123 058	79.7	88 393	75.8	38 394	76.8
Crédito	44 141		97 855		86 060		41 919	95.0
Títulos	2 698		20 248		1 374		-1 324	-49.1
Outras	3 160		4 955		959		-2 201	-69.7
= Resultado Operacional	21 997	30.6	31 251	20.3	28 279	24.2	6 282	28.6
Resultados por Equivalência Patrimonial	1 667		2 623		948		-719	-43.1
= Resultado Consolidado do Exercício	23 664		33 874		29 227		5 563	23.5

(a) Inclui rendimento de ações e de outros títulos de rendimento variável, excepto de participações financeiras.

Contribuíram favoravelmente para a variação do resultado consolidado o crescimento do Produto Bancário em 36,9 milhões de euros (+18,3%) e a aplicação de uma gestão rigorosa dos custos, que se traduziu numa redução dos Gastos Operacionais de 7,7 milhões de euros (-6,0%).

Os efeitos negativos da crise económica, que se mantêm presentes no mercado, estão na origem da evolução da Imparidade do Crédito, que registou um acréscimo homólogo de 38,4 milhões de euros (+76,8%). Não obstante, a evolução muito positiva do Resultado Bruto (+62,1%) mais do que compensou essa contrariedade.

Variação dos Resultados Líquidos Consolidados

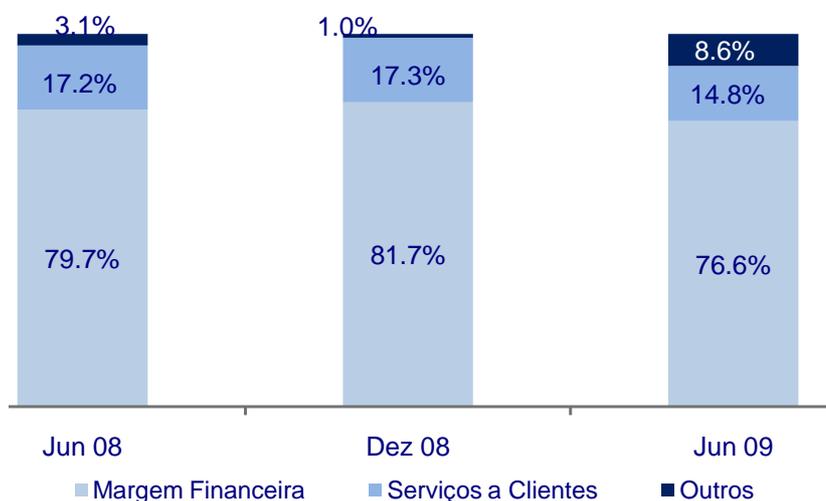


Produto Bancário

O Produto Bancário, que se situou em 238,5 milhões de euros, registou um acréscimo de 36,9 milhões de euros (+18,3%). Tal deveu-se essencialmente aos resultados positivos obtidos com a actuação nos Mercados Financeiro e Cambial, que registaram uma variação de +7,6 milhões de euros (+479,2%), decorrente da valorização dos *swaps* de cobertura de operações do passivo e do activo.

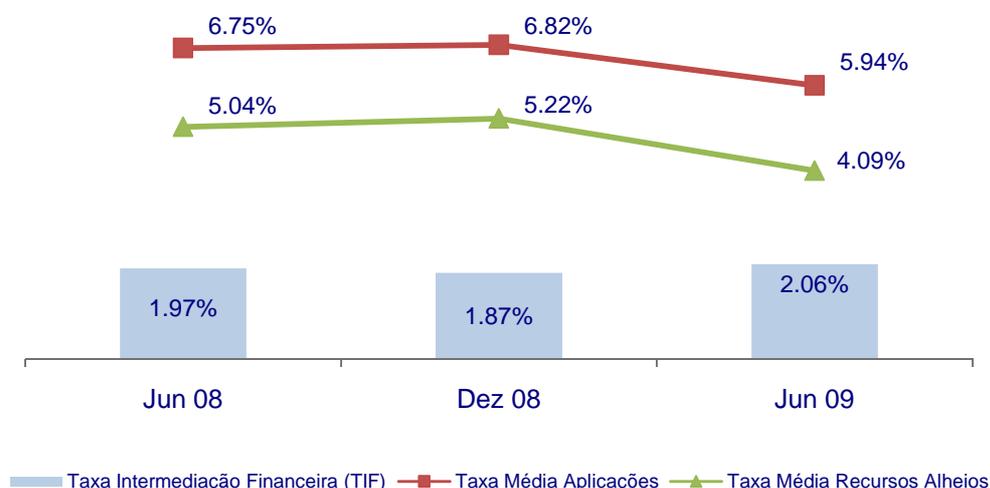
O maior crescimento do conjunto das rubricas não relacionadas com juros (+36,7%) do que o registado na Margem Financeira (+13,6%) foi determinante para a diminuição da dependência do Produto Bancário em relação à Margem Financeira, ou seja, o peso dessas rubricas no Produto Bancário passou de 20,3%, em Junho de 2008, para 23,4%, em Junho de 2009.

Formação do Produto Bancário



Margem Financeira

A Margem Financeira atingiu o valor de 182,6 milhões de euros e registou uma expansão de 21,9 milhões de euros (+13,6%). Tal fica a dever-se ao acréscimo do volume de negócios em 2,8% e à gestão adequada das taxas de juro, sobretudo, do lado do passivo financeiro, em que a taxa de juro média dos Recursos Alheios apresentou uma redução de 1,13 p.p. desde Dezembro de 2008 que foi superior à diminuição verificada no mesmo período, na taxa de juro média das Aplicações Financeiras, ou seja, 0,88 p.p..

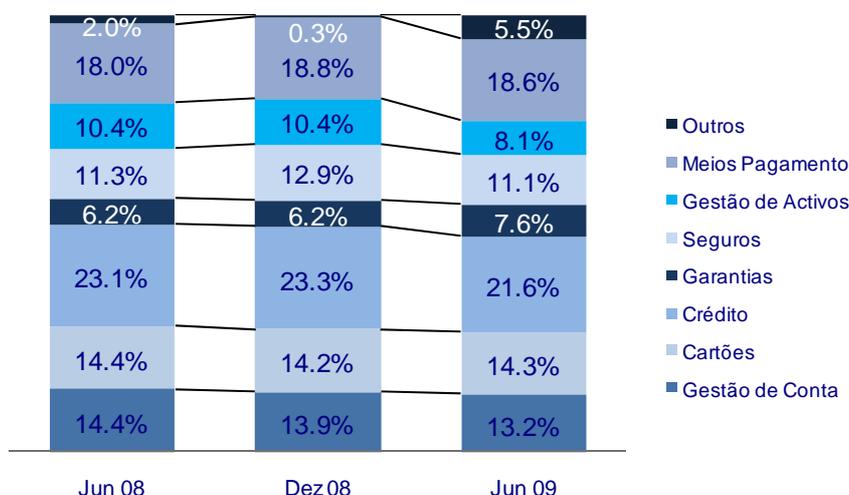


Resultante da adequada gestão das taxas de juro e do efeito positivo que as taxas de referência do mercado tiveram na valorização dos instrumentos de cobertura de risco de taxas de juro (*Interest Rate Swaps*), a Taxa de Intermediação Financeira fixou-se em 2,06% e apresentou um acréscimo homólogo de 0,09 p.p.

Resultado de Serviços Prestados a Clientes (comissões)

As condições dos mercados condicionaram o desempenho nas actividades geradoras de comissões, designadamente na evolução da carteira de fundos. Por outro lado, a desaceleração no crédito a particulares, nomeadamente no crédito à habitação, retraiu as receitas provenientes de novas operações de crédito. Ainda assim, regista-se um crescimento homólogo de comissões de 1,8%, devido à evolução favorável dos serviços referentes a Garantias Prestadas e a Meios de Pagamento.

Estrutura das Comissões



5.3. Gastos Operacionais e Eficiência

Os Gastos Operacionais situaram-se em 121,8 milhões de euros, registando assim uma redução de 7,7 milhões de euros (-6,0%). Tal contenção tem vindo a ser possível através da adopção de medidas que visam melhorar a eficiência interna, bem como a aplicação de uma gestão orçamental e de controlo de custos transversal a toda a organização.

	Jun 08		Dez 08		Jun 09		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos com Pessoal	79 045	61.0	151 260	59.2	74 979	61.6	-4 066	-5.1
Gastos Gerais Administrativos	42 016	32.4	85 696	33.6	37 405	30.7	-4 611	-11.0
Gastos de Funcionamento	121 061	93.4	236 956	92.8	112 384	92.3	-8 677	-7.2
Amortizações	8 490	6.6	18 370	7.2	9 426	7.7	936	11.0
Gastos Operacionais	129 551	100.0	255 326	100.0	121 810	100.0	-7 741	-6.0
Produto Bancário	201 547		409 635		238 482		36 935	18.3
RÁCIOS								
Gastos com o Pessoal / Produto Bancário	39.22%		36.93%		31.44%		-7.78	p.p.
Gastos Gerais Administrativos / Produto Bancário	20.85%		20.92%		15.68%		-5.17	p.p.
Amortizações / Produto Bancário	4.21%		4.48%		3.95%		-0.26	p.p.
Cost-to-Income (Gastos Operacionais / Produto Bancário)	64.28%		62.33%		51.08%		-13.20	p.p.
Rácio de Eficiência (Gastos de Funcionamento / Produto Bancário)	60.07%		57.85%		47.12%		-12.95	p.p.

O que mais contribuiu para a diminuição dos Gastos Operacionais foram, por um lado, os Gastos Gerais Administrativos, com um decréscimo de 4,6 milhões de euros (-11,0%). Por outro lado, os Gastos com Pessoal registaram uma quebra de 4,1 milhões de euros (-5,1%) e as Amortizações apresentaram um crescimento homólogo de 11,0%.

Na vertente dos Gastos Gerais Administrativos, as áreas que mais contribuíram para o resultado obtido foram a Publicidade (-85%), Deslocações (-24%), Consultoria (-24%) e Comunicações (-8,9%). Na componente de Gastos com Pessoal, a redução observada esteve associada à diminuição dos Encargos Sociais Obrigatórios, no valor de 7 milhões de euros (-28%), referente à contribuição total para o Fundo de

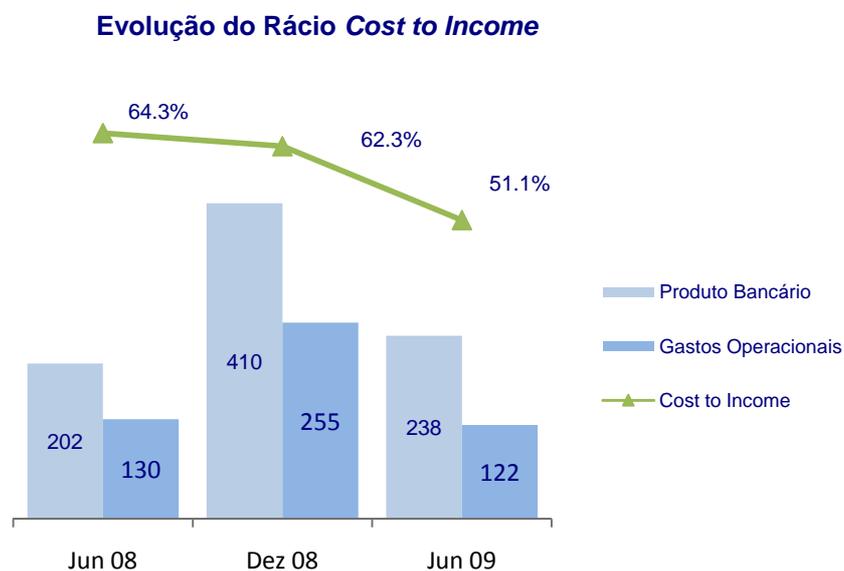
Pensões que apresentou uma diminuição de 51%, e ao decréscimo na Remuneração dos Órgãos de Gestão, no montante de 0,5 milhões de euros (-53%).

Esta redução das diversas componentes dos Gastos Administrativos, a par de um aumento muito expressivo do Produto Bancário (+18,3%), permitiu uma melhoria muito significativa de todos os indicadores de eficiência e de produtividade.

O *Cost to Income*, como sendo o principal indicador de desempenho ao nível da eficiência, registou uma melhoria de 13,2 p.p., fixando-se nos 51,1%, em Junho de 2009.

Releva-se o valor alcançado para o rácio dos Gastos de Funcionamento em relação ao Produto Bancário que se situou em 47,1%, no final de Junho de 2009.

Das três componentes de gastos que integram o cálculo do *Cost to Income*, a que teve um maior contributo para a evolução favorável do indicador foi a de Gastos com Pessoal, que registou uma melhoria de 7,8 p.p., dado que o seu peso no total do produto bancário passou de 39,2%, em Junho de 2008, para 31,4%, em Junho de 2009.



Imparidade e Provisões

Não obstante as medidas tomadas tendentes a manter um nível crescente de recuperação e de controlo de créditos vencidos, o total da Imparidade e Provisões cresceu a um ritmo significativo devido às dificuldades financeiras das empresas e das famílias no cumprimento do serviço da dívida.

(milhares de euros)

	Jun 08		Dez 08		Jun 09		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imparidade Líquida de Crédito	44 141	88.3	97 855	79.5	86 060	97.4	41 919	95.0
Constituição	174 876		426 070		220 804		45 928	26.3
Reversões e Recuperações	130 735		328 215		134 744		4 009	3.1
Imparidades Líquidas de Títulos	2 698	5.4	20 248	16.4	1 374	1.5	-1 324	-49.1
Constituição	2 698		20 321		1 443		-1 255	-46.5
Reversões e Recuperações	0		73		69		69	
Imparidades Líquidas de Outros Activos	3 049	6.1	4 770	3.9	913	1.0	-2 136	-70.1
Constituição	3 049		5 322		915		-2 134	-70.0
Reversões e Recuperações	0		552		2		2	
Provisões Líquidas de Outros Activos	111	0.2	185	0.2	46	0.1	-65	-58.6
Constituição	174		248		46		-128	-73.6
Reversões e Recuperações	63		63		0		-63	-100.0
Total das Provisões e Imparidade Líquidas	49 999	100.0	123 058	100.0	88 393	100.0	38 394	76.8
Constituição	180 797		451 961		223 208		42 411	23.5
Reversões e Recuperações	130 798		328 903		134 815		4 017	3.1

Assim, o total da Imparidade e Provisões situou-se em 88,4 milhões de euros (+76,8%), com a Constituição de novas imparidades e provisões a registar o valor de 223,2 milhões de euros (+23,5%) e as Reversões e Recuperações a atingir o valor de 134,8 milhões de euros (+3,1%). O valor da Imparidade Líquida de Crédito representou 97,4% (88,3% em Junho de 2008) do total da Imparidade e Provisões, com um acréscimo de 41,9 milhões de euros (+95,0%). As Imparidades para Títulos e para Outros Activos apresentaram reduções de 49,1% e de 70,1%, respectivamente.

5.4. Rendibilidade

Face à evolução positiva registada nas diversas componentes da Demonstração de Resultados e do Balanço, todos os indicadores de rendibilidade apresentaram evoluções favoráveis, sendo de destacar a rendibilidade do activo (ROA), que se situou em 0,34% (0,29% em Junho de 2008) e a rendibilidade dos capitais próprios (ROE), que se fixou em 6,60% (5,91% em Junho de 2008).

	Jun 08	Dez 08	Jun 09	Variação
Resultados / Activo Líquido Médio (ROA)	0.29%	0.20%	0.34%	0.05p.p.
Resultados / Capitais Próprios Médios (ROE)	5.91%	4.08%	6.60%	0.69p.p.
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	2.43%	2.43%	2.80%	0.37p.p.

O *cash-flow* total registou o valor de 127,0 milhões de euros e foi superior ao do período homólogo do ano anterior em 54,6%, impulsionado, sobretudo, pelo valor da Imparidade e Provisões, que se reflectiu negativamente no Resultado Consolidado do Exercício e que representou 69,6% do *cash-flow* total.

Evolução e Estrutura do Cash-Flow

(milhares de euros)

	Jun 08		Dez 08		Jun 09		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Cash-Flow Total	82 153	100.0%	175 302	100.0%	127 046	100.0%	44 893	54.6
Amortizações	8 490	10.3%	18 370	10.5%	9 426	7.4%	936	11.0
Imparidades e Provisões Líquidas	49 999	60.9%	123 058	70.2%	88 393	69.6%	38 394	76.8
Resultado do Exercício	23 664	28.8%	33 874	19.3%	29 227	23.0%	5 563	23.5

5.5. Análise Prudencial

No primeiro semestre, o Montepio reforçou os níveis de solvabilidade, cumprindo com as exigências das entidades supervisoras e, particularmente, antecipando a recomendação do Banco de Portugal para os níveis do rácio *Tier I*.

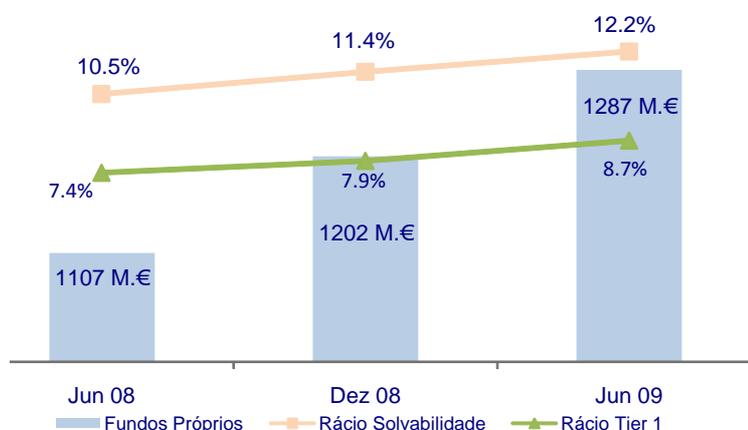
(milhares de euros)

	Jun 08	Jun 09	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
1. Fundos Próprios Elegíveis	1.107.372	1.287.331	179.959	16,25
<i>Capital Institucional</i>	660.000	760.000	100.000	15,15
<i>Reservas (Legal e Estatutárias)</i>	216.985	225.876	8.891	4,10
<i>Resultados Transitados</i>	-41.120	-27.967	13.153	-31,99
<i>Deduções aos FPB</i>	-54.573	-40.188	14.385	-26,36
Fundos próprios de base (FPB)	781.292	917.721	136.429	17,46
Fundos próprios complementares	334.561	378.266	43.705	13,06
Deduções	-8.481	-8.656	-175	2,06
2. Requisitos Mínimos de Fundos Próprios	841.442	844.247	2.805	0,33
3. Rácios				
Solvabilidade	10,53%	12,20%	1,67 p.p.	
Tier 1 (recomendação BdP: 8% a partir 30 Setembro p.f.)	7,43%	8,70%	1,27 p.p.	
Imobilizado (limite máximo: 100%)	10,74%	10,29%	-0,45 p.p.	

O Rácio de Solvabilidade em base consolidada elevou-se para 12,2%, e foi superior em 1,67 p.p. ao registado em igual período do ano anterior.

O Rácio *Tier I* atingiu o valor de 8,70% (o valor recomendado pelo Banco de Portugal é de 8%, em vigor a partir do próximo dia 30 de Setembro) e registou um incremento de 1,27 p.p., em relação a Junho de 2008.

Evolução do Rácio de Solvabilidade



5.6. Fundo de Pensões

Para o cálculo das responsabilidades do Fundo de Pensões do Montepio foram considerados os seguintes pressupostos:

- Taxa de desconto de 5,75%;
- Taxa de crescimento salarial de 3,0%;
- Taxa de crescimento das pensões de 2,0%;
- Tábua de mortalidade TV 88/90, para homens e para mulheres.

(milhares de euros)						
	Jun 08	Dez 08	Jun 09	Variação		
	Valor	Valor	Valor	Valor	%	
1	Responsabilidades passadas totais	510 824	514 212	535 846	25 022	4.9
2	Responsabilidades dispensadas de financiamento	74 153	78 216	75 060	907	1.2
3	Responsabilidades mínimas a cobrir (1-2)	436 671	435 996	460 786	24 115	5.5
4	Valor do Fundo	433 286	436 148	453 416	20 130	4.6
5	Coberturas					
	Responsabilidades Mínimas (4/3)	99.22%	100.00%	98.40%		-0.82.p.p.
	Responsabilidade Total (4/1)	84.82%	84.82%	84.62%		-0.2p.p.
6	Movimentos efectuados no Valor do Fundo:					
6.1	Contribuições recebidas (+)	12 203	36 648	12 076	-127	-1.0
6.2	Rendimento efectivo dos activos (+)	-15 104	-29 217	13 412	28 516	188.8
6.3	Encargos (-)	97	114	93	-4	-4.1
6.4	Pensões pagas (-)	6 618	14 070	8 127	1 509	22.8
6.5	Variação do valor do fundo no período (6.1+6.2-6.3-6.4)	-9 616	-6 753	17 268	26 884	-279.6

Em 30 de Junho de 2009, o valor do fundo era de 453,4 milhões de euros e registou uma variação homóloga de 20,1 milhões de euros (+4,6%), assegurando um nível de financiamento das responsabilidades mínimas com pensões em 98,4%. A variação do Valor do Fundo foi de 17,3 milhões de euros, em relação a 31 de Dezembro de 2008, e o que mais penalizou o valor do fundo foram as Pensões Pagas, que cresceram 22,8%, em termos homólogos.

6. Notações de *Rating*

Anualmente, o Montepio é avaliado, para efeitos de notação de *rating*, por duas das mais prestigiadas agências de *rating* a nível mundial, a Moody's e a Fitch Ratings. As notações de *rating* atribuídas são as seguintes:

Agências de Rating	Curto Prazo	Longo Prazo	Outlook
Fitch Ratings	F2	A-	Estável
Moody's	P-1	A2	Estável

Durante o mês de Maio, decorreram as habituais reuniões de revisão anual do *rating* com as duas referidas agências.

Já no decurso do segundo semestre, em Agosto, a Fitch Ratings reafirmou as notações de *rating* anteriormente atribuídas, de Curto Prazo ("F2") e Longo Prazo ("A-"), mantendo igualmente o *Outlook* em "Estável". Segundo a agência, estas notações reflectem o relativo baixo risco da carteira de crédito hipotecário do Montepio, a sua boa base de capital, razoáveis níveis de rentabilidade e a melhoria da liquidez.

7. Principais Riscos e Incertezas no Segundo Semestre

Apesar de alguns sinais recentes que apontam para uma redução do nível de severidade, não se espera que o segundo semestre de 2009 traga o fim da crise económica, a qual, de acordo com as previsões dos diversos organismos nacionais e internacionais se deverá sentir ainda em 2010. Crê-se que o processo de recuperação da economia será lento e difícil, perspectivando-se um padrão de crescimento futuro a níveis baixos.

Mantêm-se riscos elevados associados ao valor incerto de muitos activos reais e financeiros, ao prolongamento do processo de desalavancagem das instituições financeiras, ao aumento do desemprego *versus* elevado endividamento, às eventuais tensões sociais e ao desequilíbrio das contas públicas, os quais induzem muitas interrogações sobre o ritmo da recuperação, não obstante os importantes esforços de estímulo das políticas monetária e orçamental. A retracção económica penaliza o crescimento dos negócios nas diversas vertentes, particularmente no crédito, com o aumento do incumprimento, conseqüentemente, a constituição de provisões. Este aspecto constitui a maior preocupação e prioridade da gestão do Montepio, atendendo à natureza histórica do seu negócio e do seu contributo na composição do activo. Tal implica uma necessidade acrescida de gerar «*cash flow*» suficiente para garantir níveis aceitáveis de rendibilidade, mesmo após ocorrer às necessidades de provisões formuladas pelo contexto.

Embora se perspetive a sua estabilização até final do ano, a orientação das taxas de juro de referência, por parte do BCE e a sua disseminação às taxas Euribor, que constituem os indexantes para as diversas operações, é um dos aspectos da maior importância para a evolução, não só dos proveitos como dos custos financeiros, directos e indirectos, dos depósitos, da dívida titulada e, igualmente determinante dos resultados provenientes de operações de cobertura de risco de taxa de juro (maioritariamente, *Interest Rate Swaps*), associados a essas emissões de dívida.

No início do segundo semestre tem-se observado uma reposição gradual das condições de funcionamento dos mercados financeiros, traduzida na gradual retoma de emissões de dívida, a par da redução gradual dos níveis dos *spreads*, ainda que de padrão substancialmente mais elevado quando comparado com o período pré-crise de *subprime*. Nesse sentido, seguindo uma política de gestão prudente da sua liquidez, não se expondo a níveis de preço elevados, o Montepio entendeu avançar com uma emissão de dívida, após mais de dois anos de interregno. Aproveitando esta janela de oportunidade, realizou em Julho, uma operação de emissão e colocação de 1000 milhões de euros de Obrigações Hipotecárias a 3 anos, em linha com o seu plano de financiamento. A operação caracterizou-se por uma grande aceitação no mercado internacional tendo a procura excedido em 2,5 vezes a oferta, o que permitiu fixar o seu preço em 105 *bps* acima da taxa *Mid-Swap*, abaixo do preço de referência inicial. Tal deveu-se ao reconhecimento, por parte dos investidores, da solidez do Montepio e do seu rigor na gestão das suas fontes de financiamento.

Outro dos riscos e incertezas reside nos impactos da acentuada competição no sector bancário, num contexto de retracção da procura, que poderá colocar maiores dificuldades ao adequado ajustamento dos

spreads ao risco de crédito das operações, sem comprometer as posições competitivas e os níveis das quotas de mercado. Espera-se que a eficaz gestão de preço das operações activas e passivas e a evolução mais favorável do custo do *funding*, bem como a gradual concretização da estratégia de aumento da penetração nos segmentos de diversificação, permitam sustentar o nível actual de evolução da Margem Financeira.

VI – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A presente declaração é feita nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

É da responsabilidade do Conselho de Administração a elaboração do relatório de gestão e a preparação das demonstrações financeiras e que estas apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Instituição, o resultado das operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detectar eventuais erros ou irregularidades.

Confirmamos, tanto quanto é o nosso conhecimento e nossa convicção, que:

- toda a informação financeira individual e consolidada contida nos documentos de prestação de contas, referente ao primeiro semestre de 2009, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Instituição;
- o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Instituição e contém uma descrição dos principais riscos e suas perspectivas, em conformidade com os requisitos legais.

Lisboa, 6 Agosto de 2009

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Armando Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia - *Presidente*

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

VII – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS E RELATÓRIOS DE AUDITORIA

BALANÇOS E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

BALANÇO CONSOLIDADO DA CAIXA ECONÓMICA EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(milhares de euros)

	2009		2008
	Activo Bruto	Imparidade e Amortizações	Activo Líquido
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	88 951		88 951
Disponibilidades em outras instituições de crédito	123 602		123 602
Activos financeiros detidos para negociação	66 212		66 212
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 939		3 939
Activos financeiros disponíveis para venda	1 140 824	26 338	1 114 486
Aplicações em instituições de crédito	650 293	61	650 232
Crédito a clientes	15 204 539	462 829	14 741 710
Investimentos detidos até à maturidade	39 940		39 940
Derivados de cobertura	11 215		11 215
Activos não correntes detidos para venda	121 798	24 780	97 018
Outros activos tangíveis	191 397	103 383	88 014
Activos intangíveis	51 654	36 442	15 212
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	20 032		20 032
Outros activos	209 264	3 473	205 791
TOTAL DE ACTIVO	17 923 660	657 306	17 266 354
PASSIVO			
Recursos de bancos centrais	800 122		800 122
Passivos financeiros detidos para negociação	22 016		22 016
Recursos de outras instituições de crédito	626 802		626 802
Recursos de clientes e outros empréstimos	9 009 861		9 009 861
Responsabilidades representadas por títulos	4 705 223		4 705 223
Passivos financeiros associados a activos transferidos	514 359		514 359
Derivados de cobertura	3 827		3 827
Provisões	1 714		1 714
Outros passivos subordinados	381 870		381 870
Outros passivos	263 565		263 565
TOTAL DE PASSIVO	16 329 359		16 329 359
CAPITAL			
Capital	760 000		760 000
Reservas de reavaliação	- 48 456		- 48 456
Outras reservas e resultados transitados	196 224		196 224
Resultado do exercício	29 227		29 227
TOTAL DO CAPITAL	936 995		936 995
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL	17 266 354		17 266 354

Lisboa, 6 Agosto de 2009

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Armindo Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia - Presidente

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008

(milhares de euros)

	2009	2008
Juros e rendimentos similares	492 659	539 576
Juros e encargos similares	310 044	378 894
MARGEM FINANCEIRA	182 615	160 682
Rendimentos de instrumentos de capital	716	515
Rendimentos de serviços e comissões	41 525	40 634
Encargos com serviços e comissões	6 199	5 947
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	4 542	- 2 289
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	440	- 20
Resultados de reavaliação cambial	1 051	718
Resultados de alienação de outros activos	315	697
Outros resultados de exploração	13 477	6 557
PRODUTO DA ACTIVIDADE	238 482	201 547
Custos com pessoal	74 979	79 045
Gastos gerais administrativos	37 405	42 016
Depreciações e amortizações	9 426	8 490
Provisões líquidas de anulações	46	111
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	86 060	44 141
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	1 374	2 698
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	913	3 049
Resultados de associados e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	948	1 667
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	29 227	23 664

Lisboa, 6 Agosto de 2009

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Armindo Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia - Presidente

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

BALANÇO INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO de 2009 e 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(milhares de euros)

	2009		2008	
	Activo Bruto	Imparidade e Amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido
ACTIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	88 951		88 951	254 742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	105 680		105 680	92 125
Activos financeiros detidos para negociação	65 968		65 968	56 899
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 939		3 939	4 031
Activos financeiros disponíveis para venda	3 073 375	32 578	3 040 797	1 886 107
Aplicações em instituições de crédito	650 293	61	650 232	166 781
Crédito a clientes	14 856 523	364 187	14 492 336	14 724 822
Investimentos detidos até à maturidade	39 940		39 940	39 912
Derivados de cobertura	11 215		11 215	7 045
Activos não correntes detidos para venda	121 798	24 780	97 018	92 312
Outros activos tangíveis	191 283	103 373	87 910	85 847
Activos intangíveis	51 654	36 442	15 212	14 776
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	30 597		30 597	30 626
Outros activos	168 543	3 474	165 069	103 354
TOTAL DE ACTIVO	19 459 759	564 895	18 894 864	17 559 379
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais	800 122		800 122	852 803
Passivos financeiros detidos para negociação	21 900		21 900	35 886
Recursos de outras instituições de crédito	913 596		913 596	1 073 122
Recursos de clientes e outros empréstimos	8 730 627		8 730 627	8 009 242
Responsabilidades representadas por títulos	4 351 165		4 351 165	4 670 942
Passivos financeiros associados a activos transferidos	2 369 129		2 369 129	1 450 122
Derivados de cobertura	3 827		3 827	1 801
Provisões	102 538		102 538	102 908
Outros passivos subordinados	381 870		381 870	386 872
Outros passivos	255 771		255 771	118 385
TOTAL DE PASSIVO	17 930 545		17 930 545	16 702 083
CAPITAL				
Capital	760 000		760 000	660 000
Reservas de reavaliação	-47 800		-47 800	- 39 660
Outras reservas e resultados transitados	221 668		221 668	201 645
Resultado do exercício	30 451		30 451	35 311
TOTAL DE CAPITAL PRÓPRIO	964 319		964 319	857 296
TOTAL DE PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	18 894 864		18 894 864	17 559 379

Lisboa, 6 Agosto de 2009

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE
Armindo Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia - Presidente

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL EM 30 JUNHO DE 2009 E 2008

(milhares de euros)

	2009	2008
Juros e rendimentos similares	525 247	550 593
Juros e encargos similares	343 174	390 300
MARGEM FINANCEIRA	182 073	160 293
Rendimentos de instrumentos de capital	2 484	1 585
Rendimentos de serviços e comissões	41 525	40 634
Encargos com serviços e comissões	6 199	5 947
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	4 826	-2 415
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	440	- 20
Resultados de reavaliação cambial	1 034	749
Resultados de alienação de outros activos	315	697
Outros resultados de exploração	13 477	6 557
PRODUTO BANCÁRIO	239 975	202 133
Gastos com pessoal	74 343	79 044
Gastos gerais administrativos	37 364	41 990
Amortizações do exercício	9 424	8 490
Provisões líquidas de reposições e anulações	- 370	2 522
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	86 476	41 730
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	1 374	2 698
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	913	3 049
RESULTADO	30 451	22 610

Lisboa, 6 Agosto de 2009

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE
 Armindo Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia - Presidente

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

VII – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS E RELATÓRIOS DE AUDITORIA

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIOS DE REVISÃO LIMITADA

Caixa Económica Montepio Geral

**Demonstrações Financeiras
Consolidadas Intercalares**

30 de Junho de 2009 e 2008

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009, da Caixa Económica Montepio Geral, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 17.266.354 milhares de euros e um total de capital próprio de 936.995 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 29.227 milhares de euros), nas Demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do período de seis meses findo naquela data e nas correspondentes Notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada em conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

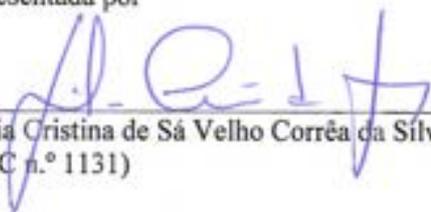
5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira consolidada;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira consolidada;
 - se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e
- b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante no Relatório de Gestão intercalar com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

PARECER

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 7 de Agosto de 2009

**KPMG & Associados, Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, S.A.**
representada por


Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes
(ROC n.º 1131)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- NOTAS EXPLICATIVAS

(Páginas 4 a 100)

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração dos Resultados Consolidados para os períodos findos em 30 de Junho de 2009 e 2008

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	30 de Junho 2009	30 de Junho 2008
Juros e rendimentos similares	3	492.659	539.576
Juros e encargos similares	3	310.044	378.894
Margem financeira		182.615	160.682
Rendimentos de instrumentos de capital	4	716	515
Rendimentos de serviços e comissões	5	41.525	40.634
Encargos com serviços e comissões	5	(6.199)	(5.947)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6	4.542	(2.289)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	440	(20)
Resultados de reavaliação cambial	8	1.051	718
Resultados de alienação de outros activos		315	697
Outros resultados de exploração	9	11.737	4.946
Total de proveitos operacionais		236.742	199.936
Custos com pessoal	10	74.979	79.045
Gastos gerais administrativos	11	37.405	42.016
Depreciações e amortizações	12	9.426	8.490
Total de custos operacionais		121.810	129.551
Imparidade do crédito	13	84.320	42.530
Imparidade de outros activos	14	2.287	5.747
Outras provisões	15	46	111
Resultado operacional		28.279	21.997
Resultados por equivalência patrimonial	16	948	1.667
Resultado líquido do período		29.227	23.664

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral para os períodos findos em 30 de Junho de 2009 e 2008

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Nota	30 de Junho 2009	30 de Junho 2008
Reserva de justo valor			
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	39	(56.204)	(23.717)
Resultado líquido do período		29.227	23.664
Total de rendimento integral do período		(26.977)	(53)

Caixa Económica Montepio Geral

Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	30 de Junho 2009	31 de Dezembro 2008
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	88.951	254.742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	123.602	114.502
Aplicações em instituições de crédito	19	650.232	166.781
Crédito a clientes	20	14.741.710	15.009.892
Activos financeiros detidos para negociação	21	70.039	59.118
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	22	3.939	4.031
Activos financeiros disponíveis para venda	23	1.114.486	918.562
Derivados de cobertura	24	10.092	7.727
Investimentos detidos até à maturidade	25	39.940	39.912
Investimentos em associadas e outras	26	20.032	16.813
Outros activos tangíveis	27	88.014	85.950
Activos intangíveis	28	15.212	14.776
Outros activos	29	300.105	158.728
Total do Activo		17.266.354	16.851.534
Passivo			
Recursos de bancos centrais	30	800.122	852.803
Recursos de outras instituições de crédito	31	626.802	744.456
Recursos de clientes	32	9.009.861	8.330.340
Responsabilidades representadas por títulos	33	4.705.223	5.061.487
Passivos financeiros detidos para negociação	21	25.843	37.692
Derivados de cobertura	24	569	1.234
Provisões	34	1.714	1.668
Outros passivos subordinados	35	381.870	386.872
Outros passivos	36	777.355	611.313
Total do Passivo		16.329.359	16.027.865
Situação Líquida			
Capital	37	760.000	660.000
Reservas de justo valor	39	(56.204)	(48.064)
Outras reservas e resultados transitados	38 e 39	203.972	177.859
Resultado líquido do exercício		29.227	33.874
Total da Situação Líquida		936.995	823.669
		17.266.354	16.851.534

Contas extrapatrimoniais (Nota 40)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Caixa Económica Montepio Geral

Mapa de alterações na Situação Líquida Consolidada para os períodos findos em 30 de Junho de 2009 e 2008

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total da situação líquida	Capital	Reserva geral e especial	Outras reservas	Reservas de justo valor	Resultados acumulados
Saldos em 1 de Janeiro de 2008	835.733	635.000	200.825	5.506	(7.973)	2.375
Outros movimentos registados directamente na situação líquida:						
Alterações de justo valor	(15.744)	-	-	-	(15.744)	-
Distribuição de resultados	(25.758)	-	-	-	-	(25.758)
Aumento de capital	25.000	25.000	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	(5.089)	-	-	(3.511)	-	(1.578)
Resultado líquido do período	23.664	-	-	-	-	23.664
Total de ganhos e perdas reconhecidos no período	837.806	660.000	200.825	1.995	(23.717)	(1.297)
Constituição de reservas						
Reserva geral	-	-	12.949	-	-	(12.949)
Reserva especial	-	-	3.211	-	-	(3.211)
Saldos em 30 de Junho de 2008	837.806	660.000	216.985	1.995	(23.717)	(17.457)
Reservas de justo valor	(24.347)	-	-	-	(24.347)	-
Resultado líquido do período	10.210	-	-	-	-	10.210
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	823.669	660.000	216.985	1.995	(48.064)	(7.247)
Outros movimentos registados directamente na situação líquida:						
Alterações de justo valor (Nota 39)	(8.140)	-	-	-	(8.140)	-
Aumento de capital (Nota 37)	100.000	100.000	-	-	-	-
Distribuição de resultados (Nota 41)	(11.272)	-	-	-	-	(11.272)
Equivalência patrimonial	3.511	-	-	5.754	-	(2.243)
Resultado líquido do período	29.227	-	-	-	-	29.227
Total de ganhos e perdas reconhecidos no período	936.995	760.000	216.985	7.749	(56.204)	8.465
Constituição de reservas						
Reserva geral	-	-	7.125	-	-	(7.125)
Reserva especial	-	-	1.766	-	-	(1.766)
Saldos em 30 de Junho de 2009	936.995	760.000	225.876	7.749	(56.204)	(426)

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados para os períodos findos em 30 de Junho de 2009 e 2008

(Valores expressos em milhares de Euros)

	30 de Junho 2009	30 de Junho 2008
<i>Fluxos de caixa de actividades operacionais</i>		
Juros recebidos	528.409	483.297
Comissões recebidas	41.455	40.725
Pagamento de juros	(307.629)	(307.659)
Pagamento de comissões	(5.571)	(5.056)
Despesas com pessoal e fornecedores	(108.310)	(112.216)
Recuperação de crédito e juros	1.741	1.611
Outros pagamentos e recebimentos	152.032	(21.450)
	<hr/> 302.127	<hr/> 79.252
<i>(Aumentos) / diminuições de activos operacionais</i>		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	(294.966)	(23.129)
Outros activos	(143.440)	(14.917)
	<hr/> (438.406)	<hr/> (38.046)
<i>(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais</i>		
Recursos para com clientes	695.089	(334.802)
Recursos para com instituições de crédito	(963.392)	7.227
Recursos de Bancos Centrais	800.000	450.000
	<hr/> 531.697	<hr/> 122.425
	<hr/> 395.418	<hr/> 163.631
<i>Fluxos de caixa de actividades de investimento</i>		
Dividendos recebidos	716	515
(Compra) / Venda de activos financeiros de negociação	(21.504)	(9.954)
(Compra) / Venda de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	92	207
(Compra) / Venda de activos financeiros disponíveis para venda	(205.438)	(59.893)
(Compra) / Venda de derivados de cobertura	(2.145)	(1.203)
(Compra) / Venda de activos financeiros detidos até à maturidade	63	(13.827)
(Compra) / Venda de investimentos em associadas	29	938
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	147.411	87.633
Alienação de imobilizações	479	-
Aquisição de imobilizações	(11.966)	(10.117)
	<hr/> (92.263)	<hr/> (5.701)
<i>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</i>		
Distribuição de resultados	(11.272)	(25.757)
Aumento de capital	100.000	25.000
Emissão de obrigações de caixa e títulos subordinados	(141.253)	146.546
Reembolso de obrigações de caixa e títulos subordinados	(248.060)	(267.000)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	(11.850)	13.157
	<hr/> (312.435)	<hr/> (108.054)
Variação líquida em caixa e equivalentes	(9.280)	49.876
Caixa e equivalentes no início do período	<hr/> 204.402	<hr/> 177.629
Caixa (nota 17)	89.900	86.799
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 18)	114.502	90.830
Caixa e equivalentes no fim do exercício	<hr/> <hr/> 195.122	<hr/> <hr/> 227.505

Caixa Económica Montepio Geral

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares 30 de Junho de 2009

1 Políticas contabilísticas

1.1 Bases de apresentação

A Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por “CEMG”) é uma instituição de crédito, anexa e detida pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 24 de Março de 1844. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, que regulamenta a actividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua actividade. Porém, a CEMG pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal, o que na prática se traduz na possibilidade de realizar a universalidade das operações bancárias.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas da Caixa Económica Montepio Geral (“CEMG”) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas na União Europeia.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares da CEMG agora apresentadas reportam-se ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009, e foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia e em vigor nessa data. As demonstrações financeiras consolidadas intercalares agora apresentadas foram preparadas em conformidade com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e não incluem toda a informação requerida para as demonstrações financeiras completas anuais que serão apresentadas com referência a 31 de Dezembro de 2009.

As políticas contabilísticas utilizadas pela CEMG na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas intercalares referentes a 30 de Junho de 2009 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2008.

No primeiro semestre de 2009, a CEMG adoptou:

- as alterações à IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras, o qual exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz como obrigatória a Demonstração do rendimento integral. Decorrente destas alterações a CEMG apresentou a Demonstração do rendimento integral dos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2009 e 2008;

- as alterações à IAS 16 - Activos fixos tangíveis, à IAS 19 - Benefícios dos empregados, à IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos, à IAS 28 - Investimentos em associadas, à IAS 32 - Instrumentos Financeiros: apresentação – instrumentos financeiros “puttable” e obrigações decorrentes de liquidação, à IAS 38 - Activos intangíveis, à IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura e à IAS 40 - Propriedades de investimento. A adopção das alterações destas normas não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da CEMG;
- a IFRS 8 - Segmentos Operacionais o qual define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade.

Durante o exercício de 2008, a CEMG adoptou as alterações à IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de informações relativa à transferência de activos financeiros entre categorias, publicadas pelo IASB em Outubro de 2008. Decorrente destas alterações, a CEMG adaptou a sua política contabilística referente a transferências entre categorias. A adopção destas alterações não teve efeito nas demonstrações financeiras consolidadas da CEMG.

Adicionalmente, a CEMG adoptou ainda em 2008 o IFRIC 14 – IAS 19 – Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e a sua interacção. A adopção destas interpretações não teve qualquer efeito nas demonstrações financeiras consolidadas da CEMG.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondadas ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas intercalares de acordo com as IFRS requer que a CEMG efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na nota 1.22.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 6 de Agosto de 2009.

1.2 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados da CEMG e das suas subsidiárias, e os resultados atribuíveis à CEMG referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas da CEMG, relativamente a todos os períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Participações financeiras em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a CEMG exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a CEMG detém o poder de exercer a maioria ou a totalidade dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a CEMG detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja igual ou inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que a CEMG assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível à CEMG sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos da CEMG até que as perdas atribuídas a interesses minoritários anteriormente absorvidas pela CEMG sejam recuperadas.

Investimentos financeiros em associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais a CEMG detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a CEMG exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas da CEMG pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que a CEMG adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

A existência de influência significativa por parte da CEMG é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre a CEMG e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão;
- fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível à CEMG do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada, de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis à CEMG iguala ou excede o valor contabilístico da operação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se a CEMG tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Entidades de finalidade especial (“SPE’s”)

A CEMG consolida pelo método integral determinados SPE’s, constituídos especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que a CEMG exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios estabelecidos na SIC 12 – Consolidação de entidades de finalidade especial, os quais se resumem como segue:

- As actividades do SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio da CEMG e por forma a que esta obtenha os benefícios dessas actividades;
- A CEMG detém os poderes de tomada de decisão, conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades do SPE;
- A CEMG tem direitos para obter a maioria dos benefícios do SPE estando consequentemente exposto aos riscos inerentes às actividades do SPE;
- A CEMG retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos ao SPE ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas da CEMG, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Os ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação da CEMG nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiquem existência de imparidade.

1.3 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

1.4 Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

A CEMG classifica como derivados para gestão de risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados correspondem ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

i) Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- à data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- a eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

ii) Cobertura de justo valor (fair value hedge)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

iii) Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, a CEMG executa teste prospectivos na data de início e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

iv) Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente, quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

1.5 Crédito a clientes

O Crédito a clientes inclui os empréstimos originados pela CEMG, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito a clientes é desreconhecido em balanço quando (i) os direitos contratuais da CEMG relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) a CEMG transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante a CEMG ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

A CEMG avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se com imparidade quando exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com a IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

i) Análise individual

Inicialmente, a CEMG avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, a CEMG utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição de cada cliente junto da CEMG e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- a existência de credores privilegiados;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido de imparidade. Para um crédito com taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva anual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados de um crédito com garantias reais, corresponde aos fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

ii) Análise colectiva

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pela CEMG. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pela CEMG de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos.

1.6 Outros activos financeiros

i) Classificação

A CEMG classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A CEMG designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A nota 22 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, que a CEMG tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a CEMG tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

ii) Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a CEMG se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da CEMG ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a CEMG tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a CEMG tenha transferido o controlo sobre os activos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a CEMG estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição. Os instrumentos financeiros detidos pela CEMG nestas circunstâncias, encontram-se incluídos na carteira de activos financeiros disponíveis para venda e correspondem a instrumentos de capital emitidos por entidades não cotadas e relativamente às quais não foram identificadas transacções recentes no mercado. No entanto, a CEMG efectua uma análise detalhada destes instrumentos com o objectivo de identificar eventuais perdas por imparidade, atendendo nomeadamente à performance económica e financeira das entidades e à sua capacidade de cumprirem com as suas responsabilidades.

iv) Transferências entre categorias

A CEMG apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

As transferências entre estas categorias são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

Durante o mês de Outubro de 2008, o IASB emitiu uma alteração à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de informações. Esta alteração à IAS 39 veio permitir, em circunstâncias raras, que uma entidade transfira activos financeiros não derivados da categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados (com excepção de activos financeiros reconhecidos inicialmente ao justo valor através de resultados), para as categorias de activos financeiros detidos até à maturidade, activos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes. Esta alteração veio também permitir a transferência da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

As transferências para a (i) categoria de activos financeiros detidos até à maturidade só podem ser efectuadas desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade e para a (ii) categoria de crédito a clientes desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros num futuro previsível e os mesmos não sejam transaccionáveis num mercado activo.

v) Imparidade

A CEMG avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

1.7 Activos cedidos com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação, não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na nota 1.6.

1.8 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

A CEMG designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pela CEMG, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, a CEMG estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito.

Caso a CEMG recompre dívida emitida, esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

1.9 Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.10 Aplicações por recuperação de crédito

As aplicações por recuperação de crédito incluem imóveis e títulos resultantes da resolução de contratos de crédito a clientes. Estes activos são classificados na rubrica Outros activos, e são registados no seu reconhecimento inicial pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas pela CEMG.

Subsequentemente, estes activos são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor actual deduzido dos custos esperados de venda, e não são amortizados. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício. A CEMG obtém avaliações regulares, efectuadas por peritos, das aplicações por recuperação de crédito.

1.11 Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis da CEMG encontram-se valorizados ao custo, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para as IFRS (1 de Janeiro de 2004), a CEMG elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado mensurado de acordo com as IFRS, ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles possam resultar benefícios económicos futuros para a CEMG. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento	4 a 10

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 - Imparidade dos activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

1.12 Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela CEMG necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela CEMG, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

1.13 Locações

A CEMG classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

- Como locatário

Os pagamentos efectuados pela CEMG à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

- Como locador

Os activos detidos sob locação operacional são registados no balanço de acordo com a natureza do activo.

Os proveitos decorrentes das rendas facturadas aos clientes de locação operacional são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato.

Os custos, incluindo a depreciação, incorridos na obtenção do proveito de locação são reconhecidos numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato na demonstração dos resultados. Os custos directos iniciais incorridos pelos locadores ao negociar e aceitar uma locação operacional devem ser adicionados à quantia escriturada do activo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação na mesma base do proveito da locação.

A política de depreciação para activos locados depreciáveis é consistente com a política de depreciação normal do locador para activos semelhantes, conforme política contabilística 1.11.

A CEMG procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Locações financeiras

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos, enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.14 Benefícios a empregados

Plano de benefícios definidos

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (“ACT”).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são os abrangidos pelo “Plano ACT - Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário” e pelo “Plano ACTQ - Acordo Colectivo dos Quadros do Sector Bancário”.

A CEMG financia as suas responsabilidades através do fundo de pensões gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Os planos de pensões existentes na CEMG correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades da CEMG com pensões de reforma são calculadas semestralmente, na data de em 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, pela CEMG, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Os ganhos e perdas actuariais determinados semestralmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor, nos termos definidos para a IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do período que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do Fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. A CEMG determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 24 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite (corredor), não são reconhecidos em resultados.

Em cada período, a CEMG reconhece como um custo, na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo e (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor, e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

A CEMG efectua pagamentos ao fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data do balanço, a CEMG avalia, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pela CEMG a assistência médica pelo Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS, entidade autónoma que é gerida pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo da CEMG, a verba correspondente a 6,50% do total das remunerações efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações da CEMG com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com a IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (bónus) quando atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

1.15 Fiscalidade

A CEMG encontra-se isenta de Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), nos termos da alínea a) do número 1 do artigo 10º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de Dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

1.16 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a CEMG tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

1.17 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes, para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e rendimentos similares, são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito concedido são considerados os seguintes aspectos:

- os juros de créditos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura, prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- a contagem dos juros relativos a crédito vencido há mais de 90 dias, que não esteja coberto por garantia real, é interrompida sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerarem, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados por forma a resolver um eventual *mismatch* contabilístico é reconhecida nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

1.18 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

1.19 Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

1.20 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

1.21 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

1.22 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela CEMG são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da CEMG e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela CEMG é apresentada nas notas 1.1 a 1.21 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela CEMG poderiam ser diferentes, caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma adequada a posição financeira da CEMG e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A CEMG determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual a CEMG recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

(i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição (20% em Junho de 2008) ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses (seis meses em Junho de 2008);

(ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Perdas por imparidade no crédito a clientes

A CEMG efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na nota 1.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida, é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Investimentos detidos até à maturidade

A CEMG classifica como investimentos detidos até à maturidade os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, de acordo com os requisitos da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimentos e Mensuração. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, a CEMG avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso a CEMG não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação, para activos financeiros disponíveis para venda de toda a carteira, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão da CEMG. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (“SPE’s”)

A CEMG utiliza SPE’s com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos e por motivos de liquidez.

A CEMG não consolida os SPE’s em que não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se a CEMG está exposta aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (nota 1.2).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pela CEMG requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação da CEMG fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

2 Margem financeira, resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira, dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e em activos financeiros disponíveis para venda, quer na rubrica de juros e rendimentos similares, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
Margem financeira	182.615	160.682
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda	4.982	(2.309)
	<u>187.597</u>	<u>158.373</u>

3 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009			Jun 2008		
	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000	De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000	De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000
<i>Juros e rendimentos similares:</i>						
Juros de crédito	333.081	-	333.081	420.813	-	420.813
Juros de outras aplicações	1.182	-	1.182	9.876	-	9.876
Juros de depósitos	1.188	-	1.188	3.157	-	3.157
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	34.025	-	34.025	33.123	-	33.123
Juros de investimentos detidos até à maturidade	754	-	754	852	-	852
Juros de derivados de cobertura	2.837	-	2.837	4.018	-	4.018
Juros de activos financeiros detidos para negociação	-	115.695	115.695	-	63.708	63.708
Outros juros e rendimentos similares	3.897	-	3.897	4.029	-	4.029
	376.964	115.695	492.659	475.868	63.708	539.576
<i>Juros e encargos similares:</i>						
Juros de depósitos	112.125	-	112.125	138.787	-	138.787
Juros de títulos emitidos	72.375	-	72.375	126.553	-	126.553
Juros de empréstimos	4.720	-	4.720	7.569	-	7.569
Juros de outros recursos	14.548	-	14.548	10.879	-	10.879
Juros de derivados de cobertura	2.197	-	2.197	4.596	-	4.596
Juros de passivos financeiros detidos para negociação	-	93.613	93.613	-	73.064	73.064
Outros juros e encargos similares	10.466	-	10.466	17.446	-	17.446
	216.431	93.613	310.044	305.830	73.064	378.894
Margem Financeira	160.533	22.082	182.615	170.038	(9.356)	160.682

4 Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica no montante de Euros 716.000 (30 de Junho de 2008: Euros 515.000) refere-se a dividendos de participações financeiras.

5 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
<i>Rendimentos de serviços e comissões:</i>		
Por serviços bancários prestados	29.147	28.274
Por garantias prestadas	3.472	2.769
Por operações realizadas por conta de terceiros	4.479	5.096
Outros proveitos de serviços e comissões	4.427	4.495
	<hr/> 41.525	<hr/> 40.634
<i>Encargos com serviços e comissões:</i>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	5.752	5.539
Por operações realizadas com títulos	218	168
Outros custos com serviços e comissões	229	240
	<hr/> 6.199	<hr/> 5.947
Resultados líquidos de serviços e comissões	<hr/> <hr/> 35.326	<hr/> <hr/> 34.687

6 Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009			Jun 2008		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Activos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	25	-	25	70	118	(48)
De outros emissores	567	1	566	14	133	(119)
Acções	565	23	542	130	475	(345)
	<u>1.157</u>	<u>24</u>	<u>1.133</u>	<u>214</u>	<u>726</u>	<u>(512)</u>
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	64.927	63.649	1.278	1.952	1.944	8
Contratos sobre taxas de juro	166.738	152.278	14.460	75.908	87.700	(11.792)
Contratos sobre créditos (CDS)	4.684	4.207	477	3.472	3.322	150
Outros	14.061	27.522	(13.461)	39.089	29.502	9.587
	<u>250.410</u>	<u>247.656</u>	<u>2.754</u>	<u>120.421</u>	<u>122.468</u>	<u>(2.047)</u>
	<u>251.567</u>	<u>247.680</u>	<u>3.887</u>	<u>120.635</u>	<u>123.194</u>	<u>(2.559)</u>
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	-	-	-	221	336	(115)
Derivados de cobertura						
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	433	646	(213)	2.025	929	1.096
Recursos de clientes	165	686	(521)	1.315	946	369
Débitos representados por títulos	933	1.688	(755)	477	2.760	(2.283)
Outros passivos	22.842	20.698	2.144	21.779	20.576	1.203
	<u>24.373</u>	<u>23.718</u>	<u>655</u>	<u>25.596</u>	<u>25.211</u>	<u>385</u>
	<u>275.940</u>	<u>271.398</u>	<u>4.542</u>	<u>146.452</u>	<u>148.741</u>	<u>(2.289)</u>

7 Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009			Jun 2008		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
	Euros '000					
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	55	1	54	173	12	161
De outros emissores	462	47	415	37	69	(32)
Acções	10	26	(16)	-	48	(48)
Outros títulos de rendimento variável	2	15	(13)	91	192	(101)
	529	89	440	301	321	(20)

8 Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009			Jun 2008		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
	Euros '000					
Reavaliação cambial	20.894	19.843	1.051	37.970	37.252	718

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.3.

9 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
<i>Outros proveitos de exploração:</i>		
Prestação de serviços	1.931	1.962
Reembolso de despesas	751	904
Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem	3.934	4.469
Dívida readquirida	6.742	-
Outros	1.639	882
	<hr/> 14.997	<hr/> 8.217
<i>Outros custos de exploração:</i>		
Impostos	76	38
Donativos e quotizações	151	138
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	874	943
Outros	2.159	2.152
	<hr/> 3.260	<hr/> 3.271
Outros resultados líquidos de exploração	<hr/> <hr/> 11.737	<hr/> <hr/> 4.946

10 Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
Remunerações	54.243	52.029
Contribuições para o SAMS	3.159	3.136
Encargos sociais obrigatórios	3.887	3.929
Outros encargos com o fundo de pensões	11.794	18.503
Outros custos	1.896	1.448
	<hr/> 74.979	<hr/> 79.045

Os benefícios de saúde – SAMS incluem o montante de Euros 352.721 (30 de Junho de 2008: Euros 285.827) relativo ao custo do ano com benefícios de saúde pós-emprego, o qual foi determinado com base no estudo actuarial efectuado (ver nota 43).

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da CEMG, durante o primeiro semestre de 2009, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	455	2.474	2.929
Custos com pensões de reforma e SAMS	-	542	542
Remunerações variáveis	3	87	90
	<u>458</u>	<u>3.103</u>	<u>3.561</u>

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da CEMG, durante o primeiro semestre de 2008, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	744	2.395	3.139
Custos com pensões de reforma e SAMS	381	81	462
Remunerações variáveis	5	610	615
	<u>1.130</u>	<u>3.086</u>	<u>4.216</u>

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Directores de primeira linha da CEMG.

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, o valor do crédito concedido pela CEMG ao pessoal chave da gestão ascendia a Euros 5.801.000 e Euros 5.039.000, respectivamente.

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço da CEMG durante o primeiro semestre de 2009 e do exercício de 2008, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	Jun 2009	Dez 2008
Direcção e coordenação	129	128
Chefia e gerência	521	569
Técnicos	648	520
Específicos	150	162
Administrativos	1.411	1.472
Auxiliares	78	80
	<u>2.937</u>	<u>2.931</u>

11 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
Rendas e alugueres	12.078	11.825
Serviços especializados		
Informática	1.954	1.376
Trabalho independente	1.951	1.728
Outros serviços especializados	6.639	7.821
Publicidade e publicações	838	5.428
Comunicações e expedição	3.748	4.334
Água, energia e combustíveis	1.778	1.975
Conservação e reparação	2.002	1.401
Transportes	1.723	1.514
Seguros	1.575	1.278
Deslocações, estadias e despesas de representação	597	828
Material de consumo corrente	709	894
Formação	447	459
Outros gastos administrativos	1.366	1.155
	<u>37.405</u>	<u>42.016</u>

12 Depreciações e amortizações

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
<i>Activos intangíveis:</i>		
<i>Software</i>	3.899	3.640
<i>Outros activos tangíveis:</i>		
Imóveis	1.633	1.630
Equipamento:		
Mobiliário e material	309	299
Máquinas e ferramentas	49	56
Equipamento informático	2.588	1.801
Instalações interiores	648	912
Equipamento de transporte	6	9
Equipamento de segurança	96	61
Locação operacional - <i>Renting</i>	198	82
	<u>5.527</u>	<u>4.850</u>
	<u>9.426</u>	<u>8.490</u>

13 Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
Crédito vencido concedido a clientes:		
Dotação do período	220.757	174.769
Reversão do período	(134.715)	(130.621)
Recuperações de crédito e juros	(1.741)	(1.611)
	<u>84.301</u>	<u>42.537</u>
Aplicações em instituições de crédito:		
Dotação do período	49	107
Reversão do período	(30)	(114)
	<u>19</u>	<u>(7)</u>
	<u><u>84.320</u></u>	<u><u>42.530</u></u>

14 Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
Imparidade para aplicações por recuperação de crédito:		
Dotação do período	915	3.049
Reversão do período	(2)	-
	<u>913</u>	<u>3.049</u>
Imparidade para títulos:		
Dotação do período	1.443	2.698
Reversão do período	(69)	-
	<u>1.374</u>	<u>2.698</u>
	<u><u>2.287</u></u>	<u><u>5.747</u></u>

15 Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos:		
Dotação do período	46	174
Reversão do período	-	(63)
	<u>46</u>	<u>111</u>

16 Resultados por equivalência patrimonial

Os contributos na rubrica de rendimento de imobilizações financeiras pelo método de apropriação por equivalência patrimonial são analisados como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
Lusitania - Companhia de Seguros, S.A.	199	641
Lusitania Vida - Companhia de Seguros, S.A.	745	1.057
Norfin - Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	113	104
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	(109)	(135)
	<u>948</u>	<u>1.667</u>

17 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Caixa	71.520	89.900
Banco de Portugal	17.431	164.842
	<u>88.951</u>	<u>254.742</u>

A rubrica Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm como objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Em 30 de Junho de 2009, a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 1,71% (31 de Dezembro de 2008: 4,14%).

18 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Em instituições de crédito no país	18.040	22.451
Em instituições de crédito no estrangeiro	15.911	48.875
Valores a cobrar	89.651	43.176
	<u>123.602</u>	<u>114.502</u>

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

19 Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Aplicações sobre instituições de crédito no país		
Em bancos centrais	250.000	-
Depósitos	246	590
Aplicações de muito curto prazo	14.202	14.372
Outras aplicações	40.110	26.385
	<hr/> 304.558	<hr/> 41.347
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	105	110
Aplicações de muito curto prazo	300.000	120.337
Outras aplicações	45.630	5.029
	<hr/> 345.735	<hr/> 125.476
	650.293	166.823
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito	(61)	(42)
	<hr/> <hr/> 650.232	<hr/> <hr/> 166.781

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 30 de Junho de 2009, vencem juros à taxa média anual de 0,49% (31 de Dezembro de 2008: 2,99%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde a CEMG opera.

A análise da rubrica Aplicações em instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Até 3 meses	649.943	155.539
3 meses até 6 meses	-	9.394
6 meses até 1 ano	-	1.190
Mais de 5 anos	245	590
Duração indeterminada	105	110
	<hr/> 650.293	<hr/> 166.823

Os movimentos ocorridos no período como perdas por imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito são analisados como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
<i>Imparidade para riscos de crédito</i>		
<i>sobre instituições de crédito:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	42	45
Dotação do período	49	107
Reversão do período	(30)	(114)
	61	38
Saldo em 30 de Junho	61	38

20 Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Crédito interno:</i>		
A empresas		
Empréstimo	1.135.738	1.053.448
Créditos em conta corrente	2.523.033	2.617.830
Locação financeira	170.353	144.270
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	115.130	139.958
Factoring	57.287	54.169
Descobertos em depósitos à ordem	5.687	6.907
Outros créditos	645.235	814.634
 A particulares		
Habitação	9.172.392	9.320.901
Locação financeira	30.967	27.283
Consumo e outros créditos	788.625	786.963
	<u>14.644.447</u>	<u>14.966.363</u>
 <i>Crédito ao exterior:</i>		
A empresas		
Descobertos em depósitos à ordem	167	114
	<u>14.644.614</u>	<u>14.966.477</u>
 <i>Crédito e juros vencidos:</i>		
Menos de 90 dias	84.793	76.995
Mais de 90 dias	475.132	350.341
	<u>559.925</u>	<u>427.336</u>
	15.204.539	15.393.813
 Imparidade para riscos de crédito	<u>(462.829)</u>	<u>(383.921)</u>
	<u>14.741.710</u>	<u>15.009.892</u>

Em 30 de Junho de 2009, esta rubrica incluía cerca de Euros 2.369.581.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 1.451.019.000) relativos a créditos que foram objecto de securitização e, que de acordo com a política contabilística 1.5, não foram objecto de desreconhecimento.

A partir de 2009, na sequência da Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a CEMG passou a abater ao activo apenas os créditos vencidos provisionados a 100% que após uma análise económica sejam considerados como incobráveis por se concluir que não existem perspectivas da sua recuperação. A aplicação deste critério teve um impacto no valor do crédito vencido e respectiva imparidade associada relevado no Balanço que aumentaram em Euros 27.952.000 aproximadamente.

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na nota 42.

A rubrica Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias, inclui os designados “créditos arrematados” no montante de Euros 5.197.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 6.298.000). Os “créditos arrematados” correspondem a dívidas vencidas há mais de três anos em que se extinguiu o vínculo contratual com o anterior mutuário em virtude de arrematação ou adjudicação da caução, declaração de falência ou dação, mas que ainda se encontram pendentes de diligências judiciais.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua totalidade a contratos de crédito a taxa variável.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de cliente, para o período findo em 30 de Junho de 2009, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1	De 1 a	Mais de	Indeterminado	Total
	Ano	5 anos	5 anos	Euros '000	Euros '000
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Crédito com garantias reais	428.194	2.254.534	9.925.895	452.349	13.060.972
Crédito com outras garantias	542.337	190.099	147.521	47.380	927.337
Crédito sem garantias	383.356	225.455	288.544	57.292	954.647
Crédito ao sector público	2.178	354	54.660	456	57.648
Crédito sobre o estrangeiro	167	-	-	-	167
Crédito em locação	54	88.251	113.015	2.448	203.768
	1.356.286	2.758.693	10.529.635	559.925	15.204.539

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1	De 1 a	Mais de	Indeterminado	Total
	ano	5 anos	5 anos	Euros '000	Euros '000
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Crédito com garantias reais	711.496	2.529.886	10.028.463	363.590	13.633.435
Crédito com outras garantias	627.711	77.820	128.858	18.782	853.171
Crédito sem garantias	305.976	118.244	209.682	42.528	676.430
Crédito ao sector público	25	454	56.195	342	57.016
Crédito sobre o estrangeiro	114	-	-	-	114
Crédito em locação	51	66.306	105.196	2.094	173.647
	1.645.373	2.792.710	10.528.394	427.336	15.393.813

O crédito em locação, em 30 de Junho de 2009, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

Crédito em locação				
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Total Euros '000
Rendas vincendas	38.643	101.196	84.734	224.573
Juros vencidos	(6.413)	(15.973)	(17.945)	(40.331)
Valores residuais	683	7.462	8.933	17.078
	<u>32.913</u>	<u>92.685</u>	<u>75.722</u>	<u>201.320</u>

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2008, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

Crédito em locação				
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Total Euros '000
Rendas vincendas	35.673	87.604	95.332	218.609
Juros vencidos	(8.586)	(24.105)	(27.942)	(60.633)
Valores residuais	532	8.244	4.801	13.577
	<u>27.619</u>	<u>71.743</u>	<u>72.191</u>	<u>171.553</u>

A análise da rubrica Crédito e juros vencidos por tipo de crédito, é a seguinte:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Crédito com garantias reais	452.349	363.590
Crédito com outras garantias	47.380	18.782
Crédito sem garantias	57.292	42.528
Crédito ao sector público	456	342
Crédito em locação	2.448	2.094
	<u>559.925</u>	<u>427.336</u>

A análise da rubrica Crédito e juros vencidos, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Empresas:</i>		
Construção/Produção	131.416	88.952
Investimento	48.824	33.682
Tesouraria	55.946	28.032
Outras finalidades	3.904	620
<i>Particulares:</i>		
Habituação	256.926	226.752
Crédito ao consumo	8.777	4.969
Outras finalidades	27.863	21.331
<i>Sector Público Administrativo</i>	456	390
<i>Outros Segmentos</i>	25.813	22.608
	<u>559.925</u>	<u>427.336</u>

Os movimentos por imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
<i>Imparidade para riscos de crédito:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	383.921	298.047
Dotação do período	220.757	174.769
Reversão do período	(134.715)	(130.621)
Utilização de imparidade	(7.134)	(23.508)
Saldo em 30 de Junho	<u>462.829</u>	<u>318.687</u>

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos.

O quadro seguinte apresenta por classes de incumprimento, a desagregação da análise de crédito e juros vencidos e a imparidade para riscos de crédito existente em 30 de Junho de 2009:

	Classes de incumprimento					Total
	Até 3 meses	3-6 meses	6-12 meses	1-3 anos	Mais 3 anos	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Crédito vencido com garantia	68.399	28.114	54.060	238.233	113.827	<u>502.633</u>
Imparidade existente	614	2.819	13.272	135.876	99.233	<u>251.814</u>
Crédito vencido sem garantia	17.105	6.776	7.997	16.493	8.921	<u>57.292</u>
Imparidade existente	4.738	1.822	5.266	16.493	8.921	<u>37.240</u>
Total de crédito vencido	85.504	34.890	62.057	254.726	122.748	<u>559.925</u>
Total da imparidade para crédito vencido	5.352	4.641	18.538	152.369	108.154	289.054
Total da imparidade para crédito vincendo associado ao vencido e outros	101.083	1.102	6.244	55.081	10.265	<u>173.775</u>
Total da imparidade para riscos de crédito	106.435	5.743	24.782	207.450	118.419	<u>462.829</u>

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é analisada como segue:

	Jun 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Crédito com garantias reais	387.272	307.037
Crédito com outras garantias	32.727	17.785
Crédito sem garantias	42.830	59.099
	<u>462.829</u>	<u>383.921</u>

A anulação de crédito por utilização da respectiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
Crédito com garantias reais	3.667	14.602
Crédito com outras garantias	1.383	5.012
Crédito sem garantias	2.084	3.894
	<u>7.134</u>	<u>23.508</u>

As utilizações da imparidade para riscos de crédito correspondem a *write-offs* efectuados durante o primeiro semestre de 2009.

A análise da recuperação de crédito e de juros, efectuada no decorrer do período entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2009 e durante o exercício de 2008, ascendeu ao montante de Euros 1.741.000 e Euros 4.324.000, respectivamente, relacionada com a recuperação de crédito com garantias reais, conforme mencionado na nota 13.

A análise do justo valor dos colaterais associados à carteira de crédito sobre clientes é apresentada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Crédito com imparidade:</i>		
Individualmente significativos:		
Títulos e outros activos financeiros	78.911	87.878
Imóveis residenciais (Cred. Habitação)	5.749	5.074
Outros imóveis (Construção Civil)	1.969.763	2.262.535
Outras garantias	4.917	12.769
	<u>2.059.340</u>	<u>2.368.256</u>
Análise paramétrica:		
Títulos e outros activos financeiros	51.638	27.287
Imóveis residenciais (Cred. Habitação)	2.441.779	2.297.683
Outros imóveis (Construção Civil)	1.164.877	638.349
Outras garantias	36.807	11.469
	<u>3.695.101</u>	<u>2.974.788</u>
<i>Crédito sem imparidade:</i>		
Títulos e outros activos financeiros	445.756	471.790
Imóveis residenciais (Cred. Habitação)	13.738.462	13.387.574
Outros imóveis (Construção Civil)	4.066.747	4.622.961
Outras garantias	84.482	84.403
	<u>18.335.447</u>	<u>18.566.728</u>
	<u>24.089.888</u>	<u>23.909.772</u>

21 Activos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica Activos e passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Activos financeiros detidos para negociação:</i>		
Títulos		
Acções	1.495	1.200
Obrigações	3.077	3.172
	<u>4.572</u>	<u>4.372</u>
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	65.467	54.746
	<u>70.039</u>	<u>59.118</u>
<i>Passivos financeiros detidos para negociação:</i>		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	25.843	37.692
	<u>25.843</u>	<u>37.692</u>

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor de acordo com a política contabilística 1.6. Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 30 de Junho de 2009 e a 31 de Dezembro de 2008, os títulos desta carteira encontram-se cotados.

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 30 de Junho de 2009 é como segue:

	Jun 2009				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Acções de empresas					
Nacionais	-	-	-	753	753
Estrangeiros	-	-	-	742	742
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.495</u>	<u>1.495</u>
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações					
De outros emissores	200	498	2.379	-	3.077
	<u>200</u>	<u>498</u>	<u>2.379</u>	<u>1.495</u>	<u>4.572</u>

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2008 é analisada como segue:

	Dez 2008				Total Euros '000
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Acções de empresas					
Nacionais	-	-	-	14	14
Estrangeiros	-	-	-	1.186	1.186
	-	-	-	1.200	1.200
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações					
De outros emissores	-	1.666	1.506	-	3.172
	-	1.666	1.506	1.200	4.372

O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em 30 de Junho de 2009, pode ser analisado como segue:

Produto derivado	Activo / Passivo financeiro associado	Jun 2009						
		Derivado			Activo / Passivo associado			
		Nocional Euros '000	Justo valor Euros '000	Variação de justo valor no ano Euros '000	Justo valor Euros '000	Variação de justo valor no ano Euros '000	Valor de balanço Euros '000	Valor de reembolso na maturidade Euros '000
<i>Interest rate swap</i>	Emissão de obrigações	630.000	17.554	(8.901)	12.186	10.517	315.000	315.000
<i>Interest rate swap</i>	Depósitos	752.252	2.936	(1.886)	962	24	86.800	86.800
<i>Interest rate swap</i>	Recursos	1.336.129	17.675	(11.262)	14.534	1.211	721.927	721.927
<i>Interest rate swap</i>	Titularização	5.803.728	2.472	1.559	-	-	-	-
<i>Swap cambial</i>	Emissão de dívida	386.285	(376)	(2.426)	-	1.128	-	-
Futuros	-	63	10	(12)	-	-	-	-
Opções	Depósitos a prazo e recursos	79.876	(50)	22	-	-	-	-
<i>Credit Default Swaps</i>	-	83.075	(596)	335	-	-	-	-
		9.071.408	39.625	(22.571)	27.682	12.880	1.123.727	1.123.727

O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2008, pode ser analisado como segue:

Dez 2008								
Produto derivado	Activo / Passivo financeiro associado	Derivado			Activo / Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de	Justo valor	Variação de	Valor de	Valor de
		Euros '000	Euros '000	justo valor no ano	Euros '000	justo valor no ano	balanço	reembolso
		Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	na maturidade
				Euros '000				Euros '000
<i>Interest rate swap</i>	Emissão de obrigações	450.000	8.652	(8.865)	1.669	5.986	315.000	315.000
<i>Interest rate swap</i>	Depósitos	277.388	832	(2.848)	939	2.387	168.619	168.619
<i>Interest rate swap</i>	Recursos	1.550.151	6.413	(21.083)	13.323	30.756	954.640	954.640
<i>Interest rate swap</i>	Titularização	1.926.961	4.033	(4.820)	-	-	-	-
<i>Currency interest rate swap</i>	Emissão de dívida	151.020	(2.585)	4.044	(1.128)	(2.664)	10.360	10.360
Futuros	-	2.130	(2)	-	-	-	-	-
Opções	Depósitos a prazo e recursos	81.206	(28)	69	-	-	-	-
<i>Credit Default Swaps</i>	-	172.934	(261)	208	-	-	-	-
		4.611.790	17.054	(33.295)	14.803	36.465	1.448.619	1.448.619

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 30 de Junho de 2009, é a seguinte:

Jun 2009						
	Nocionais com prazo remanescente			Justo valor		
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total	Activo	Passivo
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
<i>Swap</i> taxa de juro	426.852	809.900	7.315.357	8.552.109	64.148	23.681
Opções	4.319	10.409	65.148	79.876	434	484
Contratos sobre taxas de câmbio:						
<i>Swap</i> taxa de juro	350.943	35.342	-	386.285	211	418
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	63	-	-	63	10	-
Contratos sobre crédito:						
<i>Credit default swaps</i>	2.500	1.000	79.575	83.075	664	1.260
	784.677	856.651	7.460.080	9.101.408	65.467	25.843

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	Dez 2008					
	Nacionais com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
<i>Swap</i> de taxa de juro	252.388	909.300	3.042.812	4.204.500	51.180	31.250
Opções	251	6.341	74.614	81.206	630	658
Contratos sobre taxas de câmbio:						
<i>Swap</i> de taxa de juro	115.772	35.248	-	151.020	11	2.596
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	2.130	-	-	2.130	-	2
Contratos sobre crédito:						
<i>Credit default swaps</i>	43.000	2.500	127.434	172.934	2.925	3.186
	<u>413.541</u>	<u>953.389</u>	<u>3.244.860</u>	<u>4.611.790</u>	<u>54.746</u>	<u>37.692</u>

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados incluem a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1.4 no montante de Euros 3.103.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 5.333.000).

22 Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica no montante de Euros 3.939.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 4.031.000) é totalmente composto por obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores.

A opção da CEMG em designar estes activos ao justo valor através de resultados, à luz da IAS 39, está de acordo com a estratégia documentada de gestão de risco da CEMG, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

A 30 de Junho de 2009 e a 31 de Dezembro de 2008, a carteira de títulos incluídos nos activos financeiros ao justo valor através de resultados encontra-se cotada e com uma maturidade superior a um ano.

23 Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009				Valor de balanço Euros '000
	Custo ⁽¹⁾ Euros '000	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade Euros '000	
		Positiva Euros '000	Negativa Euros '000		
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	20.035	223	-	-	20.258
Estrangeiros	998	-	(43)	-	955
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	149.107	556	(2.430)	(884)	146.349
Estrangeiros	722.637	1.308	(56.206)	(20.118)	647.621
Papel comercial	285.358	-	-	(998)	284.360
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Acções de empresas:					
Nacionais	5.452	142	(31)	(321)	5.242
Estrangeiros	2.326	566	-	(788)	2.104
Unidades de participação	11.116	261	(550)	(3.230)	7.597
	1.197.029	3.056	(59.260)	(26.339)	1.114.486

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

	Dez 2008				Valor de balanço Euros '000
	Custo ⁽¹⁾ Euros '000	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade Euros '000	
		Positiva Euros '000	Negativa Euros '000		
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	4	-	-	-	4
Estrangeiros	1.076	-	(38)	-	1.038
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	67.725	80	(2.266)	(189)	65.350
Estrangeiros	765.866	346	(45.927)	(19.688)	700.597
Papel comercial	138.153	-	-	(998)	137.155
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Acções de empresas:					
Nacionais	5.334	-	(23)	(91)	5.220
Estrangeiros	2.246	-	-	(810)	1.436
Unidades de participação	11.209	35	(271)	(3.211)	7.762
	991.613	461	(48.525)	(24.987)	918.562

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

Conforme descrito na política contabilística apresentada na nota 1.6 a carteira de activos disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo as variações de justo valor registadas por contrapartida de capitais próprios, conforme nota 39.

Os movimentos por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
<i>Imparidade para títulos:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	24.987	4.813
Dotação do período	1.443	2.698
Reversão do período	(69)	-
Utilizações	(22)	-
Saldo em 30 de Junho	26.339	7.511

Durante o primeiro semestre de 2009, e conforme referido na nota 1.6 foram reconhecidas perdas por imparidade, no montante de Euros 1.351.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 20.174.000), associadas a títulos de rendimento fixo em resultado da queda prolongada do valor da sua cotação.

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 30 de Junho de 2009, é a seguinte:

	Jun 2009				Total Euros '000
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	-	-	20.258	-	20.258
Estrangeiros	-	-	955	-	955
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	-	11.561	134.788	-	146.349
Estrangeiros	27.343	114.619	495.091	10.568	647.621
Papel comercial	252.941	31.419	-	-	284.360
	280.284	157.599	651.092	10.568	1.099.543
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Acções de empresas:					
Nacionais	-	-	2.756	2.486	5.242
Estrangeiras	-	-	-	2.104	2.104
Unidades de participação	-	-	-	7.597	7.597
	-	-	2.756	12.187	14.943
	280.284	157.599	653.848	22.755	1.114.486

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	Dez 2008				Total Euros '000
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	-	-	-	4	4
Estrangeiros	-	-	1.038	-	1.038
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	-	-	60.325	5.025	65.350
Estrangeiros	29.257	71.136	588.350	11.854	700.597
Papel comercial	101.280	35.875	-	-	137.155
	<u>130.537</u>	<u>107.011</u>	<u>649.713</u>	<u>16.883</u>	<u>904.144</u>
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Acções de empresas:					
Nacionais	-	-	2.757	2.463	5.220
Estrangeiras	-	-	-	1.436	1.436
Unidades de participação	-	1.852	-	5.910	7.762
	<u>-</u>	<u>1.852</u>	<u>2.757</u>	<u>9.809</u>	<u>14.418</u>
	<u>130.537</u>	<u>108.863</u>	<u>652.470</u>	<u>26.692</u>	<u>918.562</u>

A CEMG reconhece imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda sempre que se verifique uma quebra prolongada ou significativa no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta avaliação implica julgamento, no qual a CEMG tem em consideração entre outros factores, a volatilidade dos preços dos títulos.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros, os seguintes factores foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade:

- Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% (20% em Junho de 2008) face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses (6 meses em Junho de 2008);
- Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Conforme descrito na política contabilística apresentada na nota 1.6 a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida da reserva de justo valor e de imparidade nos montantes de Euros 56.204.000 e de Euros 24.988.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 48.064.000 e de Euros 24.987.000), respectivamente.

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	Jun 2009			Dez 2008		
	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>						
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	20.258	-	20.258	4	-	4
Estrangeiros	955	-	955	1.038	-	1.038
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	31.017	115.332	146.349	31.227	34.123	65.350
Estrangeiros	581.729	65.892	647.621	700.597	-	700.597
Papel comercial	-	284.360	284.360	-	137.155	137.155
<i>Títulos de rendimento variável:</i>						
Acções de empresas:						
Nacionais	434	4.808	5.242	166	5.054	5.220
Estrangeiros	1.806	298	2.104	1.278	158	1.436
Unidades de participação	6.145	1.452	7.597	7.762	-	7.762
	642.344	472.142	1.114.486	742.072	176.490	918.562

24 Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Activo:</i>		
Swap de taxa de juro	5.829	4.759
Swap cambial	4.263	2.968
	10.092	7.727
<i>Passivo:</i>		
Swap de taxa de juro	488	1.008
Swap cambial	81	226
	569	1.234

A CEMG contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se a CEMG está exposta às variações de justo valor, ou a variações de *cash-flows* ou se encontra perante coberturas de transacções futuras.

A CEMG realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

O ajustamento efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Recursos de outras instituições de crédito	2.637	(1.510)
Responsabilidades representadas por títulos	3.938	(796)
Recursos de clientes	919	897
	<u>7.494</u>	<u>(1.409)</u>

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 30 de Junho de 2009, é a seguinte:

	Jun 2009							
	Nacionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Inferior a três Meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
<i>Swap</i> de taxa de juro	-	84.000	183.000	267.000	-	4.983	3.948	8.931
<i>Swap</i> cambial	-	35.118	-	35.118	-	592	-	592
	<u>-</u>	<u>119.118</u>	<u>183.000</u>	<u>302.118</u>	<u>-</u>	<u>5.575</u>	<u>3.948</u>	<u>9.523</u>

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	Dez 2008							
	Nacionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
<i>Swap</i> de taxa de juro	-	-	204.000	204.000	-	-	3.751	3.751
<i>Swap</i> cambial	-	34.405	-	34.405	-	2.742	-	2.742
	<u>-</u>	<u>34.405</u>	<u>204.000</u>	<u>238.405</u>	<u>-</u>	<u>2.742</u>	<u>3.751</u>	<u>6.493</u>

As operações de cobertura de justo valor em 30 de Junho de 2009 podem ser analisadas como segue:

Jun 2009							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional Euros '000	Justo valor do derivado ⁽²⁾ Euros '000	Var. justo valor do derivado no ano Euros '000	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾ Euros '000	Varição do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾ Euros '000
<i>Swap</i> de taxa de juro	Títulos	Taxa de juro	63.000	32	(32)	-	-
<i>Swap</i> de taxa de juro	Depósitos de clientes	Taxa de juro	84.000	1.683	(1.683)	919	423
<i>Swap</i> de taxa de juro	Recursos	Taxa de juro	120.000	3.627	(3.470)	2.637	213
<i>Swap</i> de taxa de juro	EMTN	Taxa de juro	-	-	3.593	-	-
<i>Swap</i> cambial	Emissão de dívida	Taxa de juro	35.118	4.181	(1.439)	3.938	927
			302.118	9.523	3.031	7.494	1.563

(1) Atribuível ao risco coberto.

(2) Inclui o juro corrido.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2008 podem ser analisadas como segue:

Dez 2008							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional Euros '000	Justo valor do derivado ⁽²⁾ Euros '000	Var. justo valor do derivado no ano Euros '000	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾ Euros '000	Varição do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾ Euros '000
<i>Swap</i> de taxa de juro	Depósitos de clientes	Taxa de juro	84.000	157	1.497	496	1.717
<i>Swap</i> de taxa de juro	Recursos	Taxa de juro	120.000	3.594	1.991	2.424	1.818
<i>Swap</i> de taxa de juro	EMTN	Taxa de juro	-	-	(2.452)	-	380
<i>Swap</i> cambial	Emissão de dívida	Taxa de juro	34.405	2.742	(259)	3.011	(63)
			238.405	6.493	777	5.931	3.852

(1) Atribuível ao risco coberto.

(2) Inclui o juro corrido.

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados de exercício na rubrica Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

25 Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>		
Obrigações de emissores públicos nacionais	24.840	24.977
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	15.100	14.935
	39.940	39.912

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentado na nota 42.

A CEMG avaliou com referência a 30 de Junho de 2009, a existência de evidência objectiva da imparidade na sua carteira de investimentos detida até à maturidade, não tendo verificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 30 de Junho de 2009, como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Euros '000
OT - Setembro 98/2013	Maio, 1998	Setembro, 2013	Taxa fixa de 5,450%	99
OT - Julho 99/2009	Janeiro, 1999	Julho, 2009	Taxa fixa de 3,950%	6.377
OT - Junho 02/2012	Fevereiro, 2002	Junho, 2012	Taxa fixa de 5,000%	102
OT - Maio 00/2010	Janeiro, 2000	Maio, 2010	Taxa fixa de 5,850%	6.286
OT - Junho 01/2011	Março, 2001	Junho, 2011	Taxa fixa de 5,150%	1.034
OT - Outubro 05/2015	Julho, 2005	Outubro, 2015	Taxa fixa de 3,350%	6.164
OT - Abril 05/2011	Novembro, 2005	Abril, 2011	Taxa fixa de 3,200%	4.778
Buoni Poliennali				
Del Tes.06/2011	Março, 2006	Março, 2011	Taxa fixa de 3,500%	2.976
Netherlands				
Government 05/15	Junho, 2005	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,250%	5.028
Republic of Austria 04/15	Julho, 2004	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,500%	2.035
Belgium Kingdom 05/15	Março, 2005	Setembro, 2015	Taxa fixa de 3,750%	2.045
Buoni Poliennali				
Del Tes.05/2015	Maio, 2005	Agosto, 2015	Taxa fixa de 3,750%	2.007
Buoni Poliennali				
Del Tes.05/2010	Janeiro, 2005	Janeiro, 2010	Taxa fixa de 3,000%	1.009
				39.940

A análise dos investimentos detidos até a maturidade por prazo remanescente, a 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 é a seguinte:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Até 3 meses	6.377	-
3 meses até 1 ano	7.295	6.280
1 ano até 5 anos	8.989	16.631
Mais de 5 anos	17.279	17.001
	<u>39.940</u>	<u>39.912</u>

26 Investimentos em associadas e outras

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Participações financeiras em associadas e outras – Não cotadas:</i>		
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	8.516	6.668
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	8.633	7.091
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	2.464	2.572
Norfin - Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	419	454
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	28
	<u>20.032</u>	<u>16.813</u>

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

	<u>Activo</u> <u>Euros '000</u>	<u>Passivo</u> <u>Euros '000</u>	<u>Capital</u> <u>Próprio</u> <u>Euros '000</u>	<u>Proveitos</u> <u>Euros '000</u>	<u>Resultado</u> <u>líquido</u> <u>Euros '000</u>	<u>Custo da</u> <u>Participação</u> <u>Euros '000</u>
30 de Junho de 2009						
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	272.877	240.433	32.444	61.297	756	10.816
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	451.991	430.047	21.944	10.851	1.895	9.530
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	53.445	41.126	12.319	3.849	(543)	3.200
Norfin - Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	4.901	667	4.234	2.570	1.138	50
31 de Dezembro de 2008						
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	279.763	254.360	25.403	162.070	2.392	10.816
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	422.310	404.287	18.023	40.405	4.845	9.530
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	55.392	42.531	12.861	9.216	(510)	3.200
Norfin - Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	5.762	1.179	4.583	5.339	1.933	50
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	152	53	99	-	(1)	29
	<u>Percentagem detida</u>		<u>Valor de balanço</u>		<u>Resultados de associadas</u> <u>atribuível à CEMG</u>	
	<u>Jun 2009</u>	<u>Dez 2008</u>	<u>Jun 2009</u>	<u>Dez 2008</u>	<u>Jun 2009</u>	<u>Dez 2008</u>
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	100%	100%	7.001	7.001	517	619
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	26,25%	26,25%	8.516	6.668	199	628
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	39,34%	39,34%	8.633	7.091	745	1.906
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	20%	20%	2.464	2.572	(109)	(102)
Norfin - Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	9,9%	9,9%	419	454	113	191
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	28,9%	-	28	-	-

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Saldo inicial	16.813	20.188
Aquisições	-	29
Alienações	(29)	-
Resultado de associadas	948	2.623
Reserva de justo valor de associadas	3.511	(5.089)
Dividendos recebidos	(1.211)	(938)
Saldo final	<u>20.032</u>	<u>16.813</u>

27 Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Custo:</i>		
Imóveis:		
De serviço próprio	63.515	63.515
Obras em imóveis arrendados	30.898	30.730
Imobilizado em curso	139	120
Equipamento:		
Mobiliário e material	10.476	10.331
Máquinas e ferramentas	2.076	2.125
Equipamento informático	47.401	43.406
Instalações interiores	26.948	26.696
Equipamento de transporte	676	676
Equipamento de segurança	3.520	3.202
Património artístico	985	478
Activos em locação operacional	2.713	2.226
Outras imobilizações corpóreas	32	31
Imobilizações em curso	2.018	495
	<u>191.397</u>	<u>184.031</u>
<i>Depreciações acumuladas:</i>		
Relativas ao exercício corrente	(5.302)	(1.499)
Relativas a exercícios anteriores	(98.081)	(96.582)
	<u>(103.383)</u>	<u>(98.081)</u>
	<u>88.014</u>	<u>85.950</u>

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o primeiro semestre de 2009, são analisados como segue:

Jun 2009					
	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 30 de Junho Euros '000
<i>Custo:</i>					
<i>Imóveis:</i>					
De serviço próprio	63.515	-	-	-	63.515
Obras em imóveis arrendados	30.730	425	-	(257)	30.898
Imobilizado em curso	120	44	-	(25)	139
<i>Equipamento:</i>					
Mobiliário e material	10.331	291	(146)	-	10.476
Máquinas e ferramentas	2.125	23	(72)	-	2.076
Equipamento informático	43.406	3.999	(4)	-	47.401
Instalações interiores	26.696	227	-	25	26.948
Equipamento de transporte	676	-	-	-	676
Equipamento de segurança	3.202	332	(14)	-	3.520
Património artístico	478	507	-	-	985
Activos em locação operacional	2.226	516	(29)	-	2.713
Outras imobilizações corpóreas	31	1	-	-	32
Imobilizações em curso	495	1.266	-	257	2.018
	<u>184.031</u>	<u>7.631</u>	<u>(265)</u>	<u>-</u>	<u>191.397</u>
<i>Depreciações acumuladas:</i>					
<i>Imóveis:</i>					
De serviço próprio	14.830	500	-	-	15.330
Obras em imóveis arrendados	19.785	1.133	-	-	20.918
<i>Equipamento:</i>					
Mobiliário e material	7.436	309	(134)	-	7.611
Máquinas e ferramentas	1.923	49	(72)	-	1.900
Equipamento informático	32.171	2.588	-	-	34.759
Instalações interiores	18.384	648	-	-	19.032
Equipamento de transporte	661	6	-	-	667
Equipamento de segurança	2.615	96	(13)	-	2.698
Activos em locação operacional	276	198	(6)	-	468
	<u>98.081</u>	<u>5.527</u>	<u>(225)</u>	<u>-</u>	<u>103.383</u>

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2008, são analisados como segue:

	Dez 2008				
	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
<i>Custo:</i>					
Imóveis:					
De serviço próprio	63.413	102	-	-	63.515
Obras em imóveis arrendados	33.900	328	(7.798)	4.300	30.730
Imobilizado em curso	105	15	-	-	120
Equipamento:					
Mobiliário e material	9.361	1.200	(230)	-	10.331
Máquinas e ferramentas	2.358	73	(306)	-	2.125
Equipamento informático	36.573	6.833	-	-	43.406
Instalações interiores	25.176	311	(25)	1.234	26.696
Equipamento de transporte	1.133	-	(457)	-	676
Equipamento de segurança	2.835	377	(10)	-	3.202
Património artístico	474	4	-	-	478
Activos em locação operacional	775	1.451	-	-	2.226
Outras imobilizações corpóreas	31	-	-	-	31
Imobilizações em curso	1.374	4.655	-	(5.534)	495
	<u>177.508</u>	<u>15.349</u>	<u>(8.826)</u>	<u>-</u>	<u>184.031</u>
<i>Depreciações acumuladas:</i>					
Imóveis:					
De serviço próprio	13.827	1.003	-	-	14.830
Obras em imóveis arrendados	25.277	2.303	(7.795)	-	19.785
Equipamento:					
Mobiliário e material	6.950	612	(126)	-	7.436
Máquinas e ferramentas	2.123	106	(306)	-	1.923
Equipamento informático	28.249	3.922	-	-	32.171
Instalações interiores	16.529	1.880	(25)	-	18.384
Equipamento de transporte	1.103	15	(457)	-	661
Equipamento de segurança	2.481	144	(10)	-	2.615
Activos em locação operacional	43	233	-	-	276
	<u>96.582</u>	<u>10.218</u>	<u>(8.719)</u>	<u>-</u>	<u>98.081</u>

28 Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Custo:</i>		
<i>Software</i>	48.363	44.988
Adiantamentos por conta de imobilizações	3.291	2.331
	<u>51.654</u>	<u>47.319</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>		
Relativas ao período corrente	(3.899)	(8.152)
Relativas a exercícios anteriores	(32.543)	(24.391)
	<u>(36.442)</u>	<u>(32.543)</u>
	<u>15.212</u>	<u>14.776</u>

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o primeiro semestre de 2009, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 30 de Junho Euros '000
<i>Custo:</i>					
<i>Software</i>	44.988	3.777	-	(402)	48.363
Adiantamentos por conta de imobilizações	2.331	558	-	402	3.291
	<u>47.319</u>	<u>4.335</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>51.654</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>					
<i>Software</i>	<u>32.543</u>	<u>3.899</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36.442</u>

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o exercício de 2008, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
<i>Custo:</i>					
Trespases	33	-	-	(33)	-
Software	36.667	7.737	-	584	44.988
Adiantamentos por conta de imobilizações	1.310	1.748	-	(727)	2.331
	<u>38.010</u>	<u>9.485</u>	<u>-</u>	<u>(176)</u>	<u>47.319</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>					
Software	<u>24.391</u>	<u>8.152</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>32.543</u>

29 Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Aplicações por recuperação de crédito e outros activos	121.798	116.180
Bonificações a receber do Estado Português	18.949	20.468
Outros devedores	92.475	17.279
Outros proveitos a receber	6.751	6.442
Despesas com custo diferido	1.915	1.541
Contas diversas	86.471	24.159
	<u>328.359</u>	<u>186.069</u>
Imparidade para aplicações por recuperação de crédito	(24.781)	(23.868)
Imparidade para bonificações	(3.473)	(3.473)
	<u>300.105</u>	<u>158.728</u>

De acordo com o definido na política contabilística 1.10, a rubrica Aplicações por recuperação de crédito inclui imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respectiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome da CEMG; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora (dação pro-solvendo).

A rubrica Aplicações por recuperação de crédito inclui o montante de Euros 115.399.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 109.774.000) relativo aos imóveis recebidos pela CEMG por arrematação ou dação em cumprimento de créditos e cuja mensuração é efectuada de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.9.

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, as rubricas relativas às responsabilidades da CEMG com pensões de reforma, incluídas na rubrica Contas diversas, são analisadas como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Responsabilidade por benefícios projectados	535.846	514.212
Valor do Fundo	(453.416)	(436.148)
	82.430	78.064
Perdas actuariais		
Corredor	53.585	51.421
Acima do corredor	30.360	29.268
	83.945	80.689
	(1.515)	(2.625)

O valor do corredor e das perdas actuariais foram determinadas em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1.14.

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português, no montante de Euros 18.949.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 20.468.000) corresponde às bonificações referentes a contratos de crédito à habitação, de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados mensalmente.

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	6.381	4.194
Bonificações processadas e ainda não reclamadas	7.201	9.219
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	5.367	7.055
	18.949	20.468

A rubrica Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas inclui, em 30 de Junho de 2009 e a 31 de Dezembro de 2008, um montante de Euros 3.473.000 não reconhecido pela Direcção Geral do Tesouro, estando este totalmente provisionado na rubrica Imparidade para bonificações.

Os movimentos de imparidade para aplicações por recuperação de crédito são analisados como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
<i>Imparidade para aplicações por recuperação de crédito:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	23.868	19.397
Dotação do exercício	915	3.049
Reversão do exercício	(2)	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>24.781</u>	<u>22.446</u>

30 Recursos de bancos centrais

Esta rubrica em 30 de Junho de 2009 regista o montante de Euros 800.122.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 852.803.000) referente aos títulos vendidos, com acordo de recompra (“repos”) por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação, que não são desreconhecidos do balanço.

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Até 3 meses	800.122	751.544
3 meses até 6 meses	-	101.259
	<u>800.122</u>	<u>852.803</u>

31 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009			Dez 2008		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Recursos de instituições de crédito no país	-	65.177	65.177	-	106.829	106.829
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	4.121	557.504	561.625	4.772	632.855	637.627
	<u>4.121</u>	<u>622.681</u>	<u>626.802</u>	<u>4.772</u>	<u>739.684</u>	<u>744.456</u>

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Até 3 meses	18.068	210.021
3 meses até 6 meses	-	53.109
6 meses a 1 ano	91.850	116
1 ano até 5 anos	297.805	306.446
Mais de 5 anos	211.890	172.340
	619.613	742.032
Correcções de valor por operações de cobertura	7.189	2.424
	626.802	744.456

32 Recursos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009			Dez 2008		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Depósitos à ordem	1.938.204	-	1.938.204	1.877.502	-	1.877.502
Depósitos a prazo ^(*)	-	6.521.125	6.521.125	-	5.770.374	5.770.374
Depósitos de poupança ^(*)	-	548.458	548.458	-	681.025	681.025
Outros débitos	193	-	193	177	-	177
Correcções de valor por operações de cobertura	1.881	-	1.881	1.262	-	1.262
	1.940.278	7.069.583	9.009.861	1.878.941	6.451.399	8.330.340

Observações: ^(*) Depósitos estruturados para os quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na nota 24 e na política contabilística 1.4.

Em 30 de Junho de 2009, esta rubrica inclui Euros 128.800.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 210.869.000) de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso n.º 11/94 do Banco de Portugal.

A análise da rubrica Recursos de clientes pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Depósitos à ordem</i>	1.938.204	1.877.502
<i>Depósitos a prazo e de poupança:</i>		
Até 3 meses	1.622.392	1.328.202
3 meses até 6 meses	3.034.358	3.048.990
6 meses até 1 ano	858.207	1.018.856
1 ano até 5 anos	-	966.310
Mais de 5 anos	1.554.626	89.041
	<u>9.007.787</u>	<u>8.328.901</u>
Correcções de valor por operações de cobertura	1.881	1.262
	<u>9.009.668</u>	<u>8.330.163</u>
<i>Outros recursos:</i>		
Até 3 meses	193	177
	<u>9.009.861</u>	<u>8.330.340</u>

33 Responsabilidades representadas por títulos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, decompõe-se como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Euro Medium Term Notes</i>	3.878.234	4.096.489
Obrigações de Caixa	826.989	964.998
	<u>4.705.223</u>	<u>5.061.487</u>

O justo valor das responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentada na nota 42.

Durante o primeiro semestre de 2009, a CEMG procedeu à emissão de Euros 34.650.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 149.700.000) de títulos, tendo sido reembolsados Euros 248.060.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 703.427.000).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, é analisada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Até 6 meses	967.254	188.762
6 meses até 1 ano	2.698.427	988.412
1 ano até 5 anos	358.354	3.094.029
Mais de 5 anos	654.329	773.236
	4.678.364	5.044.439
Correcções de valor por operações de cobertura	26.859	17.048
	4.705.223	5.061.487

As emissões ocorridas no primeiro semestre de 2009, são analisados como segue:

Descrição da emissão	Data de Emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Jun 2009 Euros '000
Obr. caixa – Capitais de Reforma de Prazo Certo – Fevereiro 2009-2014	Fev. 2009	Fev. 2014	Taxa fixa anual de 3,8% (2º ao 5º ano Euribor 3m + 0,84%)	15.000
Obr. caixa – Capitais de Reforma de Prazo Certo – Março 2009-2014	Mar. 2009	Mar. 2014	Taxa fixa anual de 3,5% (2º ao 5º ano Euribor 3m + 0,80%)	19.000
Obr.caixa –Montepio Taxa Fixa 3 Anos – 25/05/2012	Mai. 2009	Mai. 2012	Taxa fixa anual de 2% (2º ano taxa fixa de 3% e 3º ano taxa fixa de 4%)	650
				34.650

O justo valor das rubricas responsabilidades representadas por títulos apresenta-se na nota 42.

Esta rubrica inclui Euros 1.055.173.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 1.448.619.000) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

Em 30 de Junho de 2009, os empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados e antecipados, sendo as suas taxas efectivas compreendidas entre 3,102% e 6,417%.

Os reembolsos ocorridos no decurso do primeiro semestre de 2009 são analisados como segue:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Montante de reembolso Euros '000
<i>Empréstimos Obrigacionistas:</i>				
Obrigações CEMG - 2004	Mar. 04	Mar.09	Taxa variável	10.360
Obrigações CEMG - 2007	Mar. 07	Mar.09	Taxa variável	50.000
				60.360
<i>Obrigações de Caixa:</i>				
MG Aforro 2006 – 1ª série	Fev.06	Fev.09	Taxa variável	40.000
MG Aforro 2006 – 2ª série	Fev.06	Fev.09	Taxa variável	17.000
MG Aforro especial –3 anos –Fev/06	Fev.06	Fev.09	Taxa variável	9.000
MG Aforro 2006 – 3ª série	Mar.06	Mar.09	Taxa variável	17.000
MG Aforro 2006 – 4ª série	Mar.06	Mar.09	Taxa variável	23.000
MG Aforro 2006 – 5ª série	Abr.06	Abr.09	Taxa variável	20.000
MG Aforro 2006 – 6ª série	Mai.06	Mai.09	Taxa variável	20.000
MG Commodities	Mai.06	Mai.09	Taxa fixa anual de 3,75%	4.700
MG Valor Imobiliário	Mai.06	Mai.09	Taxa fixa anual de 1%	2.000
MG Aforro 2006 – 7ª série	Jun.06	Jun.09	Taxa variável	25.000
Obr. caixa – Montepio Portugal Dinâmico	Abr.07	Abr.09	Taxa fixa anual de 3,35%	10.000
				187.700
				248.060

As responsabilidades representadas por títulos com vencimento no decurso do segundo semestre de 2009 ascendem a Euros 727.876.000.

34 Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos	1.130	1.084
Provisões para riscos diversos	584	584
	1.714	1.668

Os movimentos da provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
<i>Provisões para outros riscos e encargos:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	1.084	898
Dotação do período	46	174
Reversão do período	-	(63)
Saldo em 30 de Junho	<u>1.130</u>	<u>1.009</u>

Os movimentos da provisão para riscos diversos são analisados como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
<i>Provisões para riscos diversos:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	584	838
Utilização de imparidade	-	(207)
Saldo em 30 de Junho	<u>584</u>	<u>631</u>

35 Outros passivos subordinados

Em 30 de Junho de 2009, esta rubrica regista o montante de Euros 381.870.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 386.872.000) referente a obrigações de prazo determinado com um prazo residual superior a cinco anos.

Em 30 de Junho de 2009, as principais características dos Outros passivos subordinados são analisadas como segue:

<u>Descrição da emissão</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Maturidade</u>	<u>Valor de emissão</u> <u>Euros '000</u>	<u>Taxa de juro</u>	<u>Valor de balanço</u> <u>Euros '000</u>
<i>Obrigações de prazo determinado:</i>					
CEMG/06	Abr. 2006	Abr. 2016	50.000	Euribor 3 meses + 0,45%	50.108
CEMG/08	Fev. 2008	Fev. 2018	150.000	Euribor 6 meses + 0,13%	150.033
CEMG/08	Jun. 2008	Jun. 2018	28.000	Euribor 12 meses + 0,10%	29.483
CEMG/08	Jul. 2008	Jul. 2018	150.000	Euribor 6 meses + 0,13%	152.246
					<u>381.870</u>

O justo valor da carteira de Outros passivos subordinados encontra-se apresentada na nota 42.

Em 30 de Junho de 2009, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais e semestrais postecipados, sendo as suas taxas de juro efectivas compreendidas entre 2,96% e 6,42%.

36 Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Credores:		
Fornecedores	12.012	8.067
Outros credores	105.191	35.523
Sector público administrativo	8.921	10.393
Passivos financeiros associados a activos transferidos	514.359	485.187
Férias e subsídio de férias a pagar	20.274	19.826
Outros custos a pagar	76	450
Receitas antecipadas	607	647
Operações sobre títulos a liquidar	78.058	6.154
Contas diversas	37.857	45.066
	<u>777.355</u>	<u>611.313</u>

A rubrica Passivos financeiros associados a activos transferidos refere-se a operações de titularização celebradas entre a CEMG e outras instituições financeiras, que não foram objecto de desreconhecimento de acordo com a IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O detalhe das operações de titularização encontra-se analisado na nota 45.

37 Capital

Em 31 de Março de 2009, na sequência da deliberação da Assembleia Geral da CEMG, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de Euros 100.000.000, por entrada de numerário.

Após esta operação, o capital institucional da CEMG, que se encontra integralmente realizado, passou a ser de Euros 760.000.000, pertencendo na sua totalidade ao Montepio Geral – Associação Mutualista.

38 Reserva geral e especial

As reservas geral e especial são constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio. A reserva geral destina-se a fazer face a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias.

Nos termos da legislação portuguesa a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva geral com pelo menos 20% dos lucros líquidos anuais. O limite para formação da reserva geral é de 25% da totalidade dos depósitos. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

A reserva especial destina-se a suportar prejuízos resultantes das operações correntes. Nos termos da legislação portuguesa a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva especial com pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos e para aumentar o capital.

39 Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Outro rendimento integral:</i>		
Reservas de justo valor		
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	(56.204)	(48.064)
<i>Reservas e resultados transitados:</i>		
Reserva geral	163.320	156.197
Reserva especial	62.554	60.788
Outras reservas	7.751	1.995
Resultados transitados	(29.653)	(41.121)
	<u>203.972</u>	<u>177.859</u>

A rubrica Outro rendimento integral inclui proveitos e custos que, de acordo com o definido nas IFRS, são reconhecidos na situação líquida.

A movimentação da reserva de justo valor em instrumentos financeiros disponíveis para venda durante o primeiro semestre de 2009 e de 2008 diz respeito a reservas de reavaliação do período.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do período e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1.6.

A movimentação dos principais títulos incluídos nesta rubrica durante o primeiro semestre de 2009 é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no período Euros '000	Saldo em 30 de Junho Euros '000
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>						
Obrigações de emissores públicos nacionais	(38)	(5)	223	-	-	180
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	(2.187)	644	357	7	(695)	(1.874)
Estrangeiros	(45.581)	(11.209)	692	1.628	(429)	(54.899)
	<u>(47.806)</u>	<u>(10.570)</u>	<u>1.272</u>	<u>1.635</u>	<u>(1.124)</u>	<u>(56.593)</u>
<i>Títulos de rendimento variável:</i>						
Acções de empresas						
Nacionais	(23)	228	(5)	1	(230)	(29)
Estrangeiras	-	544	140	-	22	706
Unidades de participação	(235)	(39)	-	5	(19)	(288)
	<u>(258)</u>	<u>733</u>	<u>135</u>	<u>6</u>	<u>(227)</u>	<u>389</u>
	<u>(48.064)</u>	<u>(9.837)</u>	<u>1.407</u>	<u>1.641</u>	<u>(1.351)</u>	<u>(56.204)</u>

A movimentação durante o ano de 2008 é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>						
Obrigações de emissores públicos nacionais	(64)	(23)	-	49	-	(38)
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	(173)	(1.799)	-	(26)	(189)	(2.187)
Estrangeiros	(8.524)	(20.170)	(370)	(891)	(15.626)	(45.581)
	<u>(8.761)</u>	<u>(21.992)</u>	<u>(370)</u>	<u>(868)</u>	<u>(15.815)</u>	<u>(47.806)</u>
<i>Títulos de rendimento variável:</i>						
Acções de empresas						
Nacionais	-	37	(23)	-	(37)	(23)
Estrangeiras	(30)	762	-	30	(762)	-
Unidades de participação	818	2.902	(50)	(694)	(3.211)	(235)
	<u>788</u>	<u>3.701</u>	<u>(73)</u>	<u>(664)</u>	<u>(4.010)</u>	<u>(258)</u>
	<u>(7.973)</u>	<u>(18.291)</u>	<u>(443)</u>	<u>(1.532)</u>	<u>(19.825)</u>	<u>(48.064)</u>

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	1.197.029	991.613
Imparidade acumulada reconhecida	<u>(26.339)</u>	<u>(24.987)</u>
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	1.170.690	966.626
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	<u>1.114.486</u>	<u>918.562</u>
Ganhos / Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	<u>(56.204)</u>	<u>(48.064)</u>

40 Contas extrapatrimoniais

Os saldos destas contas são analisados como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Garantias e avales prestados	453.509	431.209
Garantias e avales recebidos	29.501.132	30.265.782
Compromissos perante terceiros	1.196.441	1.377.791
Compromissos assumidos por terceiros	19.503	20.791
Activos cedidos em operações de titularização	357.321	389.662
Valores recebidos em depósito	5.509.607	5.510.251

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Garantias e avales prestados:</i>		
Garantias e avales	447.080	428.782
Créditos documentários abertos	6.429	2.427
	<u>453.509</u>	<u>431.209</u>

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte da CEMG.

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
Compromissos irrevogáveis		
Contratos a prazo de depósitos	2.757	2.756
Linhas de crédito irrevogáveis	254.165	281.103
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	19.829	19.634
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	3.209	3.173
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	916.481	1.071.125
	<u>1.196.441</u>	<u>1.377.791</u>

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes da CEMG (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que a CEMG requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, refere-se ao compromisso irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, é relativo à obrigação irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Os instrumentos financeiros registados em contas de ordem estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados ao portfólio de crédito não se prevendo quaisquer perdas materiais nestas operações.

41 Distribuição de resultados

Em 31 de Março de 2009, de acordo com deliberação em Assembleia Geral, a CEMG distribuiu resultados ao Montepio Geral – Associação Mutualista no montante de Euros 11.272.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 25.758.000).

42 Justo valor

O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados, é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado quer as actuais condições da política de *pricing* da CEMG.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Ignora, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico da CEMG.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

- *Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito*

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros.

- *Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Activos com Acordos de Recompra*

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

A taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pela CEMG em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual.

- *Activos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (excepto derivados) e Activos financeiros disponíveis para venda*

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito, determinado de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

No caso de acções não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

- *Derivados de cobertura e de negociação*

Os derivados de cobertura encontram-se contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados "ao balcão", aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinados por métodos de interpolação adequados.

As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

- *Créditos a clientes com maturidade definida*

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações, ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa média de desconto foi de 2,73% em 30 de Junho de 2009 e de 3,29% em Dezembro de 2008. Os cálculos efectuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

- *Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes*

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às actualmente praticadas, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Recursos de clientes*

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa média de desconto foi de 0,96% em Junho de 2009 e de 2,74% em Dezembro de 2008.

- *Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados*

Para estes instrumentos financeiros, foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram reflectidas em balanço. Os instrumentos que são a taxa fixa e para os quais a CEMG adopta contabilisticamente uma política de *hedge-accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos Clientes não institucionais da CEMG.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 30 de Junho de 2009, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas para no apuramento das curvas taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euros, Dólares Norte - Americanos, Libras Esterlinas e Coroa Checas utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros da CEMG:

	Moedas			
	Euros	Dólar Norte - Americano	Libra Esterlina	Coroa Checa
1 dia	1,048%	0,949%	1,050%	2,163%
7 dias	1,095%	0,967%	1,094%	2,212%
1 mês	1,176%	1,112%	1,314%	2,360%
2 meses	1,344%	1,256%	1,469%	2,496%
3 meses	1,550%	1,036%	1,627%	2,532%
6 meses	1,291%	2,035%	1,930%	2,491%
9 meses	1,666%	1,952%	2,274%	2,948%
1 ano	1,874%	1,476%	2,405%	2,647%
2 anos	2,788%	2,878%	3,833%	3,456%
3 anos	3,354%	3,618%	4,336%	3,933%
5 anos	4,002%	4,187%	4,485%	3,945%
7 anos	4,316%	4,404%	4,479%	4,347%
10 anos	4,458%	4,553%	4,105%	4,786%
15 anos	4,461%	4,250%	4,102%	4,414%
20 anos	3,732%	4,098%	4,100%	4,209%
30 anos	3,994%	4,164%	4,129%	4,295%

- *Câmbios e volatilidades cambiais*

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the Money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	Volatilidade (%)						
	Jun 2009	Dez 2008	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,4134	1,3917	12,60	13,12	13,60	13,73	13,80
EUR/GBP	0,8521	0,9525	10,70	10,90	11,20	11,20	11,35
EUR/CHF	1,5265	1,4850	4,77	4,40	4,15	4,10	4,02
EUR/JPY	135,51	126,14	15,40	16,10	16,45	16,75	17,00

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros da CEMG contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é analisada como segue:

		Jun 2009								
Negociação	Designados ao justo valor	Detidos até a maturidade	Empréstimos e aplicações	Disponível para venda	Outros ao custo amortizado	Outros	Valor contabilístico	Justo valor		
Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	
<i>Activos financeiros:</i>										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	88.951	-	-	-	88.951	88.951		
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	123.602	-	-	-	123.602	123.602		
Aplicações em instituições de crédito	-	-	650.232	-	-	-	650.232	650.232		
Crédito a clientes	-	-	14.741.710	-	-	-	14.741.710	14.000.954		
Activos financeiros detidos para negociação	70.039	-	-	-	-	-	70.039	70.039		
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	3.939	-	-	-	-	3.939	3.939		
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	1.114.486	-	-	1.114.486	1.114.486		
Derivados de cobertura	10.092	-	-	-	-	-	10.092	10.092		
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	39.940	-	-	-	39.940	39.940		
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	-	-	20.032	20.032	20.032		
	<u>80.131</u>	<u>3.939</u>	<u>39.940</u>	<u>15.604.495</u>	<u>1.114.486</u>	<u>-</u>	<u>16.863.023</u>	<u>16.122.267</u>		
<i>Passivos financeiros:</i>										
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	800.122	800.122	800.122		
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	626.802	626.802	626.802		
Recursos de clientes	-	-	-	-	-	9.009.861	9.009.861	9.139.597		
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	4.705.223	4.705.223	5.871.772		
Passivos financeiros detidos para negociação	25.843	-	-	-	-	-	25.843	25.843		
Derivados de cobertura	569	-	-	-	-	-	569	569		
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	381.870	381.870	338.703		
	<u>26.412</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.523.878</u>	<u>15.550.290</u>	<u>16.846.575</u>		

Caixa Económica Montepio Geral
Notas às Demonstrações Financeiras
Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2009

Dez 2008

Negociação	Designados ao justo valor	Detidos até a maturidade	Empréstimos e aplicações	Disponíveis para venda	Outros ao custo amortizado	Outros	Valor contabilístico	Justo valor
Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Activos financeiros:</i>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	254.742	-	-	-	254.742	254.742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	114.502	-	-	-	114.502	114.502
Aplicações em instituições de crédito	-	-	166.781	-	-	-	166.781	166.781
Crédito a clientes	-	-	15.009.892	-	-	-	15.009.892	15.402.072
Activos financeiros detidos para negociação	59.118	-	-	-	-	-	59.118	59.118
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	4.031	-	-	-	-	4.031	4.031
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	918.562	-	-	918.562	918.562
Derivados de cobertura	7.727	-	-	-	-	-	7.727	7.727
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	39.912	-	-	-	39.912	39.912
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	-	-	16.813	16.813	16.813
	<u>66.845</u>	<u>4.031</u>	<u>39.912</u>	<u>15.545.917</u>	<u>918.562</u>	<u>-</u>	<u>16.592.080</u>	<u>16.984.260</u>
<i>Passivos financeiros:</i>								
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	852.803	-	852.803	852.803
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	744.456	-	744.456	744.456
Recursos de clientes	-	-	-	-	8.330.340	-	8.330.340	8.407.895
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	5.061.487	-	5.061.487	6.258.969
Passivos financeiros detidos para negociação	37.692	-	-	-	-	-	37.692	37.692
Derivados de cobertura	1.234	-	-	-	-	-	1.234	1.234
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	386.872	-	386.872	367.676
	<u>38.926</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.375.958</u>	<u>-</u>	<u>15.414.884</u>	<u>15.492.439</u>

43 Benefícios a colaboradores

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT). Para a cobertura das suas responsabilidades são efectuadas contribuições para o “Fundo de Pensões” o qual é gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

A análise do custo do exercício é apresentada como segue:

	Jun 2009				Jun 2008			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Custo dos serviços correntes	7.491	211	353	8.055	9.886	566	286	10.738
Custo dos juros	13.834	193	757	14.784	13.381	219	792	14.392
Rendimento esperado dos activos	(11.734)	(163)	(642)	(12.539)	(10.810)	(177)	(639)	(11.626)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	673	-	-	673	-	-	-	-
Reformas antecipadas	2.121	-	-	2.121	5.818	-	-	5.818
Custo do exercício	12.385	241	468	13.094	18.275	608	439	19.322

44 Transacções com partes relacionadas

À data de 30 de Junho de 2009, os débitos detidos pela CEMG sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes e Outros passivos subordinados são analisados como segue:

Empresa	Recursos de clientes Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Total Euros '000
Lusitania - Companhia de Seguros, S.A.	3.848	5.740	9.588
Lusitania Vida - Companhia de Seguros, S.A.	10.534	11.250	21.784
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	115	-	115
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	6	-	6
MG Gestão de Activos Financeiros - S.G.F.I.M., S.A.	44.487	-	44.487
Futuro - Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	134.109	-	134.109
Norfin - Sociedade Gestora de FIM, S.A.	1.398	-	1.398
Bolsimo – Gestão Imobiliária, Lda.	2.174	-	2.174
	196.671	16.990	213.661

À data de 31 de Dezembro de 2008, os débitos detidos pela CEMG sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes e Outros passivos subordinados são analisados como segue:

Empresa	Recursos de clientes Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	13.256	5.490	18.746
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	11.995	11.250	23.245
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	162	-	162
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	105	-	105
MG Gestão de Activos Financeiros - - S.G.F.I.M., S.A.	17.200	-	17.200
Futuro - Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	13.849	-	13.849
Norfin - Sociedade Gestora de FIM, S.A.	6.195	-	6.195
	62.762	16.740	79.502

À data de 30 de Junho de 2009, os proveitos da CEMG sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos similares e Comissões e proveitos são analisados como segue:

Empresa	Juros e rendimentos similares Euros '000	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania - Companhia de Seguros, S.A.	72	2.194	2.266
Lusitania Vida - Companhia de Seguros, S.A.	123	2.333	2.456
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	2	5.696	5.698
MG Gestão de Activos Financeiros - - S.G.F.I.M., S.A.	2	1.387	1.389
Futuro - Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	-	1.493	1.493
Norfin - Sociedade Gestora de FIM, S.A.	-	208	208
	199	13.311	13.510

À data de 31 de Dezembro de 2008, os proveitos da CEMG sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos similares e Comissões e proveitos são analisados como segue:

Empresa	Juros e rendimentos	Comissões e proveitos	Total
	similares		
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Lusitania - Companhia de Seguros, S.A.	229	1.520	1.749
Lusitania Vida - Companhia de Seguros, S.A.	-	2.972	2.972
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	1	-	1
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	3	11.792	11.795
MG Gestão de Activos Financeiros - S.G.F.I.M., S.A.	5	1.997	2.002
Futuro - Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	9	1.734	1.743
Norfin - Sociedade Gestora de FIM, S.A.	6	185	191
	253	20.200	20.453

45 Securitização de activos

Em 30 de Junho de 2009, existem cinco operações de titularização celebradas entre a CEMG e outras instituições financeiras que são apresentadas nos parágrafos seguintes.

Em 19 de Dezembro de 2002, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* (“SPV”) – *Pelican Mortgages No. 1 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 35 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 650.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,016% do par.

Em 29 de Setembro de 2003, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* (“SPV”) – *Pelican Mortgages No. 2 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 33 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 700.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0286% do par.

Em 30 de Março de 2008, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 3*. O prazo total da operação é de 47 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 750.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0165% do par.

Em 20 de Maio de 2008, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 4*. O prazo total da operação é de 48 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1.000.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,083% do par.

Em 25 de Março de 2009, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 5*. O prazo total da operação é de 52 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1.000.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0564% do par.

O *servicer* das operações é a Caixa Económica Montepio Geral, assumindo a cobrança dos créditos cedidos no âmbito da operação e canalizando os valores recebidos, por via da efectivação do devido depósito, para o *Pelican Mortgages No. 1 PLC* e para o *Pelican Mortgages No. 2 PLC*.

Até 31 de Dezembro de 2004, de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Banco de Portugal, os activos, créditos e títulos cedidos pela CEMG no âmbito das referidas operações de titularização foram desreconhecidos. Os títulos adquiridos no âmbito destas operações foram contabilizados como títulos de investimento e provisionados de acordo com as regras definidas pelo Aviso n.º 27/2000 do Banco de Portugal.

Em conformidade com a IFRS 1, o critério de desreconhecimento seguido nas demonstrações financeiras individuais da CEMG, não sofreu alterações para todas as operações realizadas até 1 de Janeiro de 2004. Todas as operações efectuadas a partir desta data terão que ser analisadas no âmbito das regras de desreconhecimento de acordo com a IAS 39, segundo o qual, se forem transferidos uma parte substancial dos riscos e benefícios associados aos activos ou se for transferido o controlo sobre os referidos activos, estes activos deverão ser desreconhecidos.

À data de 30 de Junho de 2009, as operações de titularização efectuadas pela CEMG são apresentadas como segue:

Emissão	Data de início	Moeda	Activo cedido	Montante
Pelican Mortgages No.1	Dezembro de 2002	Euros	Crédito imobiliário	650.000.000
Pelican Mortgages No.2	Setembro de 2003	Euros	Crédito imobiliário	700.000.000
Pelican Mortgages No.3	Março de 2007	Euros	Crédito imobiliário	750.000.000
Pelican Mortgages No.4	Maior de 2008	Euros	Crédito imobiliário	1.000.000.000
Pelican Mortgages No.5	Março de 2009	Euros	Crédito imobiliário	1.000.000.000
				4.100.000.000

O impacto das cedências de crédito no âmbito das operações de securitização, no activo da CEMG, na rubrica Crédito a clientes, pode ser analisado como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Pelican Mortgages No. 1	130.627	142.875
Pelican Mortgages No. 2	226.694	246.788
	357.321	389.663

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 30 de Junho de 2009, como segue:

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal	Valor nominal	Data de reembolso	Rating das obrigações		
		inicial Euros	actual Euros		Fitch	Moody's	S&P
Pelican Mortgages No. 1	Classe A	211.058.614	86.261.149	2037	AAA	Aaa	n.d.
	Classe B	16.250.000	16.250.000	2037	AAA	A2	n.d.
	Classe C	22.750.000	22.750.000	2037	BBB+	Baa2	n.d.
	Classe D	3.250.000	3.250.000	2037	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican Mortgages No. 2	Classe A	422.069.596	186.381.070	2036	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	17.500.000	17.500.000	2036	AAA	A1	AA-
	Classe C	22.750.000	22.750.000	2036	A-	Baa2	BBB
	Classe D	5.600.000	5.600.000	2036	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican Mortgages No. 3	Classe A	701.315.365	434.172.439	2054	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	14.250.000	11.209.718	2054	AA-	Aa2	AA-
	Classe C	12.000.000	9.439.762	2054	A-	A3	A
	Classe D	6.375.000	5.014.874	2054	BBB	Baa3	BBB
	Classe E	7.361.334	-	2054	BBB-	n.d.	BBB-
	Classe F	4.125.000	4.125.000	2054	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican Mortgages No. 4	Classe A	832.000.000	764.382.397	2056	AAA	Aaa	n.d.
	Classe B	55.500.000	55.500.000	2056	AA	Aa	n.d.
	Classe C	60.000.000	60.000.000	2056	A-	A-	n.d.
	Classe D	25.000.000	25.000.000	2056	BBB	Bbb	n.d.
	Classe E	27.500.000	27.500.000	2056	BB	Bb	n.d.
	Classe F	28.600.000	28.600.000	2056	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican Mortgages No. 5	Classe A	750.000.000	736.819.108	2061	AAA	n.d.	n.d.
	Classe B	195.000.000	195.000.000	2061	BBB-	n.d.	n.d.
	Classe C	27.500.000	27.500.000	2061	B	n.d.	n.d.
	Classe D	27.500.000	27.500.000	2061	n.d.	n.d.	n.d.
	Classe E	4.500.000	4.500.000	2061	n.d.	n.d.	n.d.
	Classe F	23.000.000	23.000.000	2061	n.d.	n.d.	n.d.

46 Indicadores do Balanço e Demonstração dos resultados consolidados por segmentos geográficos

Dada a natureza da actividade e dos seus clientes, a CEMG concentra-se num único segmento de negócio.

A CEMG desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros em Portugal e Cabo Verde.

Segmentos geográficos

No âmbito da estratégia de desenvolvimento, a CEMG actua com especial enfoque no mercado Português e Cabo Verdiano. Deste modo, a informação por segmentos geográficos encontra-se estruturada em Portugal e Cabo Verde, sendo que o segmento Portugal representa a actividade desenvolvida pela Caixa Económica Montepio Geral. O segmento Cabo Verde inclui as operações desenvolvidas pelo Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI).

Em 30 de Junho de 2009, a contribuição líquida dos dois segmentos geográficos é apresentada como se segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Portugal	Cabo Verde	Ajustamentos	Consolidado
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Juros e rendimentos similares	492.663	6.296	(6.300)	492.659
Juros e encargos similares	310.590	5.754	(6.300)	310.044
Margem financeira	182.073	542	-	182.615
Rendimentos de instrumentos de capital	1.273	-	(557)	716
Rendimentos de serviços e comissões	41.525	-	-	41.525
Encargos com serviços e comissões	(6.199)	-	-	(6.199)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	4.540	2	-	4.542
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	440	-	-	440
Resultados de reavaliação cambial	1.034	17	-	1.051
Resultados de alienação de outros activos	315	-	-	315
Outros resultados de exploração	11.738	(1)	-	11.737
Total de proveitos operacionais	237.281	18	(557)	236.742
Custos com o pessoal	74.979	-	-	74.979
Gastos gerais administrativos	37.364	41	-	37.405
Depreciações e amortizações	9.424	2	-	9.426
Total de custos operacionais	121.767	43	-	121.810
Imparidade do crédito	84.320	-	-	84.320
Imparidade de outros activos	2.287	-	-	2.287
Outras provisões	46	-	-	46
Resultado operacional	28.319	517	(557)	28.279
Resultados por equivalência patrimonial	948	-	-	948
Resultado consolidado do período	29.267	517	(557)	29.227

Indicadores de balanço	Portugal	Cabo Verde	Ajustamentos	Consolidado
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	88.951	-	-	88.951
Disponibilidades em outras instituições de crédito	123.557	55	(10)	123.602
Aplicações em instituições de crédito	650.232	286.948	(286.948)	650.232
Crédito a clientes	14.741.710	-	-	14.741.710
Activos financeiros detidos para negociação	70.039	-	-	70.039
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.939	-	-	3.939
Activos financeiros disponíveis para venda	1.114.486	-	-	1.114.486
Derivados de cobertura	10.092	-	-	10.092
Investimentos detidos até à maturidade	39.940	-	-	39.940
Investimentos em associadas e outras	27.033	-	(7.001)	20.032
Outros activos tangíveis	87.910	104	-	88.014
Activos intangíveis	15.212	-	-	15.212
Outros activos	300.105	-	-	300.105
Total do Activo	17.273.206	287.107	(293.959)	17.266.354
Recursos de bancos centrais	800.122	-	-	800.122
Recursos de outras instituições de crédito	626.648	164	(10)	626.802
Recursos de clientes	9.017.575	279.234	(286.948)	9.009.861
Responsabilidades representadas por títulos	4.705.223	-	-	4.705.223
Passivos financeiros detidos para negociação	25.843	-	-	25.843
Derivados de cobertura	569	-	-	569
Provisões	1.714	-	-	1.714
Outros passivos subordinados	381.870	-	-	381.870
Outros passivos	777.487	-	(132)	777.355
Total do Passivo	16.337.051	279.398	(287.090)	16.329.359
Capital	760.000	7.001	(7.001)	760.000
Reservas de justo valor	(56.204)	-	-	(56.204)
Outras reservas e resultados transitados	203.092	191	689	203.972
Resultado líquido do período	29.267	517	(557)	29.227
Total da Situação Líquida	936.155	7.709	(6.869)	936.995
Total do Passivo e Situação Líquida	17.273.206	287.107	(293.959)	17.266.354

Em 31 de Dezembro de 2008, a contribuição líquida dos dois segmentos geográficos é apresentada como se segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Portugal	Cabo Verde	Ajustamentos	Consolidado
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Juros e rendimentos similares	971.277	14.921	(14.921)	971.277
Juros e encargos similares	637.508	14.194	(14.921)	636.781
Margem financeira	333.769	727	-	334.496
Rendimentos de instrumentos de capital	1.013	-	(131)	882
Rendimentos de serviços e comissões	84.544	-	-	84.544
Encargos com serviços e comissões	(13.560)	-	-	(13.560)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(22.035)	(5)	-	(22.040)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	3.765	-	-	3.765
Resultados de reavaliação cambial	1.710	(29)	-	1.681
Resultados de alienação de outros activos	498	-	-	498
Outros resultados de exploração	15.069	(25)	-	15.044
Total de proveitos operacionais	404.773	668	(131)	405.310
Custos com o pessoal	151.260	-	-	151.260
Gastos gerais administrativos	85.651	45	-	85.696
Depreciações e amortizações	18.366	4	-	18.370
Total de custos operacionais	255.277	49	-	255.326
Imparidade do crédito	93.530	-	-	93.530
Imparidade de outros activos	25.018	-	-	25.018
Outras provisões	185	-	-	185
Resultado operacional	30.163	619	(131)	31.251
Resultados por equivalência patrimonial	2.623	-	-	2.623
Resultado consolidado do exercício	33.386	619	(131)	33.874

Indicadores de balanço	Portugal	Cabo Verde	Ajustamentos	Consolidado
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	254.742	-	-	254.742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	114.420	87	(5)	114.502
Aplicações em instituições de crédito	166.780	328.772	(328.771)	166.781
Crédito a clientes	15.009.892	-	-	15.009.892
Activos financeiros detidos para negociação	59.120	2	(4)	59.118
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4.031	-	-	4.031
Activos financeiros disponíveis para venda	918.562	-	-	918.562
Derivados de cobertura	7.727	-	-	7.727
Investimentos detidos até à maturidade	39.912	-	-	39.912
Investimentos em associadas e outras	23.814	-	(7.001)	16.813
Outros activos tangíveis	85.848	102	-	85.950
Activos intangíveis	14.776	-	-	14.776
Outros activos	158.728	-	-	158.728
Total do Activo	16.858.352	328.963	(335.781)	16.851.534
Recursos de bancos centrais	852.803	-	-	852.803
Recursos de outras instituições de crédito	744.350	111	(5)	744.456
Recursos de clientes	8.338.014	321.097	(328.771)	8.330.340
Responsabilidades representadas por títulos	5.061.487	-	-	5.061.487
Passivos financeiros detidos para negociação	37.694	2	(4)	37.692
Derivados de cobertura	1.234	-	-	1.234
Provisões	1.668	-	-	1.668
Outros passivos subordinados	386.872	-	-	386.872
Outros passivos	611.309	4	-	611.313
Total do Passivo	16.035.431	321.214	(328.780)	16.027.865
Capital	660.000	7.001	(7.001)	660.000
Reservas de justo valor	(48.064)	-	-	(48.064)
Outras reservas e resultados transitados	177.599	129	131	177.859
Resultado líquido do exercício	33.386	619	(131)	33.874
Total da Situação Líquida	822.921	7.749	(7.001)	823.669
Total do Passivo e Situação Líquida	16.858.352	328.963	(335.781)	16.851.534

47 Gestão de riscos

O Grupo Montepio (“CEMG”) está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A política de gestão de risco da CEMG visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade da CEMG.

A análise e gestão dos riscos é efectuada de um modo integrado e numa óptica de Grupo, através da Direcção de Análise e Gestão de Riscos (“DAGR”), que inclui quatro departamentos:

- Departamento de Risco de Crédito;
- Departamento de Riscos de Mercado;
- Departamento de Risco Operacional;
- Departamento de Análise de Crédito a Empresas.

O Departamento de Análise de Crédito a Empresas iniciou a sua actividade em Dezembro de 2007, integrando a função de análise de crédito a empresas, com o objectivo de segregar de forma mais objectiva a análise de risco nas principais operações ou exposições da função comercial, em linha com as melhores práticas e as recomendações do Comité de Basileia, procedendo-se igualmente à simplificação de processos e ao reforço do papel do risco no *pricing* das operações. Durante o primeiro semestre de 2009, alargou-se o papel dos analistas de crédito com a preparação de uma *watchlist*, discutida semanalmente em Conselho de Crédito.

A DAGR assegura os reportes de solvabilidade, risco de contraparte e risco de taxa de juro, (no âmbito da instrução n.º 19/2005 do Banco de Portugal), assim como o reporte de *gaps* de liquidez, no âmbito do novo reporte de risco de liquidez exigido pelo Banco de Portugal desde Outubro de 2007.

Foram igualmente assegurados os reportes de Disciplina de Mercado e do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno (ICAAP) de acordo com o Aviso nº 10/2007e Instrução nº 15/2007 do Banco de Portugal, respectivamente.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade da CEMG cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela Direcção de Análise e Gestão de Riscos (“DAGR”), que analisa e assegura a gestão dos riscos, numa óptica de grupo.

A Direcção de Auditoria e Inspeção, como órgão de apoio ao Conselho de Administração, tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco de Portugal, de verificar o cumprimento e observância da legislação em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando ao Conselho de Administração as suas conclusões.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Sala de Mercados colabora com a DAGR, de forma a efectuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais da CEMG.

No que diz respeito ao risco de *compliance*, é da competência do *Head of Compliance*, na dependência do Conselho de Administração assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a Direcção de Auditoria e Inspeção avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito - Retalho

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. De facto, a concessão de crédito a particulares obriga à submissão das propostas de crédito aos modelos de *scoring* reactivo existentes para as principais carteiras (crédito à habitação, crédito individual e cartões de crédito).

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. De modo a apoiar as estratégias comerciais, são também utilizados modelos de *scoring* comportamentais.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição da CEMG ao risco de crédito:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	123.602	114.502
Aplicações em instituições de crédito	650.232	166.781
Crédito a clientes	14.741.710	15.009.892
Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda	1.168.087	962.062
Derivados de cobertura	10.092	7.727
Investimentos detidos até à maturidade	39.940	39.912
Investimentos em associadas e outras	20.032	16.813
Outros activos	201.173	64.875
Garantias e avales prestados	453.509	431.209
Compromissos irrevogáveis	256.922	283.859
<i>Credit default swaps</i> (nocionais)	47.000	94.500
	17.712.299	17.192.132

No que respeita a risco de crédito, a carteira de activos financeiros manteve-se concentrada em obrigações *investment grade*, emitidas por instituições financeiras.

Durante o primeiro semestre de 2009, foram também abertas algumas posições em *credit default swaps* sobre emittentes *investment grade*, com o valor nominal das posições de compra e de venda de protecção a atingirem no final do semestre Euros 26.500.000 e de Euros 15.575.138, respectivamente.

Riscos Globais e em Activos Financeiros

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Activos e Passivos (“ALCO”), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à observância dos limites definidos para os *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* estáticos positivos de taxa de juro e de liquidez, de dimensão moderada, exceptuando-se naturalmente os meses em que ocorrem pagamentos relacionados com o serviço da dívida das obrigações emitidas. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de activos financeiros próprias e das diversas entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco, utilizando-se para o efeito a metodologia de *Value-at-Risk* (“*VaR*”).

As carteiras próprias encontram-se concentradas em títulos de dívida de taxa variável, exibindo por isso níveis de *VaR* muito reduzidos (o cálculo do *VaR* é efectuado com base na aproximação analítica definida na metodologia desenvolvida pela *RiskMetrics*, sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um intervalo de confiança estatístico unilateral de 99%). A exposição ao risco de crédito é limitada pelo facto das obrigações em carteira se situarem genericamente em níveis de *investment grade*.

Atendendo à natureza da actividade de retalho, a instituição apresenta habitualmente *gaps* positivos de taxa de juro, que no final do primeiro semestre de 2009 atingiam, em termos estáticos, cerca de Euros 924.000.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 472.000.000) (considerando a globalidade dos prazos de refixação de taxas de juro).

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas, durante os exercícios findos em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008:

	Jun 2009				Dez 2008			
	Junho	Média semestral	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Gap de taxa de juro	924.031	698.115	924.031	472.200	472.200	752.700	1.033.200	472.200

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, a CEMG calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (“BIS”) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

	Até 3 meses Euros '000	3 a 6 meses Euros '000	De 6 meses a 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	Mais de 5 anos Euros '000
30 de Junho de 2009					
Activo					
Fora de balanço	13.167.312	4.442.637	73.511	541.618	108.740
	83.000	30.000	246.600	59.150	15.000
Total	13.250.312	4.472.637	320.111	600.768	123.740
Passivo	11.656.317	2.747.991	955.237	1.793.152	15.000
Fora de balanço	493.092	135.250	12.000	11.500	24.000
Total	12.149.409	2.883.241	967.237	1.804.652	39.000
GAP (Activos – Passivos)	1.100.903	1.589.396	(647.126)	(1.203.884)	84.740
31 de Dezembro de 2008					
Activo	10.723.517	3.944.496	43.111	467.267	82.450
Fora de balanço	143.500	3.000	192.752	103.500	76.020
Total	10.867.017	3.947.496	235.863	570.767	158.470
Passivo	9.540.455	2.443.888	843.929	1.884.268	76.020
Fora de balanço	269.771	245.000	-	-	4.000
Total	9.810.226	2.688.888	843.929	1.884.268	80.020
GAP (Activos – Passivos)	1.056.797	1.258.608	(608.066)	(1.313.501)	78.450

Análise de Sensibilidade

Face aos *gaps* de taxa de juro observados, em Junho de 2009, uma variação instantânea das taxas de juro em 100bp motivaria um aumento dos resultados em Euros 200.000.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 17.000.000).

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros da CEMG, para o período findo em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

Produtos	Jun 2009			Dez 2008		
	Saldo médio do período Euros '000	Taxa de juro média (%)	Proveitos / Custos Euros '000	Saldo médio do exercício Euros '000	Taxa de juro média (%)	Proveitos / Custos Euros '000
Aplicações						
Crédito a clientes	15.184.619	4,45	335.432	15.067.514	5,59	844.039
Disponibilidades	161.716	1,46	1.172	155.963	3,88	6.076
Carteira de Títulos	1.058.130	6,66	34.957	1.570.942	5,83	91.896
Aplicações interbancárias	211.415	1,14	1.198	420.830	4,27	18.004
Outras aplicações	-	-	-	1.922	6,03	116
<i>Swaps</i>	-	-	118.354	-	-	7.457
Total Aplicações	16.615.880		491.113	17.217.171		967.558
Recursos						
Depósitos de clientes	8.496.879	2,17	112.114	8.232.516	2,71	285.291
Recursos titulados	5.820.433	3,37	81.063	6.395.908	5,12	282.464
Recursos interbancários	922.408	1,98	9.048	556.073	4,23	23.979
Recursos de titularização	573.391	3,68	10.452	731.292	4,52	33.151
Outros recursos	741	2,61	10	876	2,62	23
<i>Swaps</i>	-	-	95.811	-	-	8.182
Total Recursos	15.813.853		308.497	15.916.665		633.090

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos, a 30 de Junho de 2009, por moeda, é analisado como segue:

	Jun 2009							
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Doláres Canadianos	Franco Suíço	Coroa Checa	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
	Euros '000	Euros '000	Euros'000	Euros '000	Euros'000	Euros'000	Euros '000	Euros '000
<i>Activo por moeda</i>								
Caixa e disponibilidades bancas centrais	82.859	4.912	193	125	392	-	470	88.951
Disponibilidades em outras instituições de crédito	110.411	8.744	2.314	386	1.647	-	100	123.602
Aplicações em Instituições de Crédito	644.624	4.343	-	1.265	-	-	-	650.232
Crédito a clientes	14.740.078	1.042	-	1	362	-	227	14.741.710
Activos financeiros detidos para negociação	69.858	181	-	-	-	-	-	70.039
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.939	-	-	-	-	-	-	3.939
Activos financeiros disponíveis para venda	1.113.097	1.389	-	-	-	-	-	1.114.486
Derivados de cobertura	9.418	-	-	-	-	674	-	10.092
Investimentos detidos até à maturidade	39.940	-	-	-	-	-	-	39.940
Investimentos em associadas e outras	20.032	-	-	-	-	-	-	20.032
Outros activos tangíveis	88.014	-	-	-	-	-	-	88.014
Activos intangíveis	15.212	-	-	-	-	-	-	15.212
Outros activos	83.123	152.688	8.904	35.529	20	19.318	523	300.105
	<u>17.020.605</u>	<u>173.299</u>	<u>11.411</u>	<u>37.306</u>	<u>2.421</u>	<u>19.992</u>	<u>1.320</u>	<u>17.266.354</u>
<i>Passivo por moeda</i>								
Recursos de bancos centrais	800.122	-	-	-	-	-	-	800.122
Recursos de outras instituições de crédito	618.308	8.413	5	16	2	-	58	626.802
Recursos de clientes	8.939.980	45.545	6.164	17.971	200	-	1	9.009.861
Responsabilidades representadas por títulos	4.683.782	2.123	-	-	-	19.318	-	4.705.223
Passivos financeiros detidos para negociação	25.842	1	-	-	-	-	-	25.843
Derivados de cobertura	569	-	-	-	-	-	-	569
Provisões	1.715	-	-	-	-	-	-	1.715
Outros passivos subordinados	381.870	-	-	-	-	-	-	381.870
Outros passivos	631.396	117.243	5.242	19.319	2.219	674	1.261	777.354
Total Passivo	<u>16.083.584</u>	<u>173.325</u>	<u>11.411</u>	<u>37.306</u>	<u>2.421</u>	<u>19.992</u>	<u>1.320</u>	<u>16.329.359</u>
Activo / (Passivo) líquido por moeda	<u>937.021</u>	<u>(26)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>936.995</u>
Situação Líquida	<u>936.969</u>	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>936.995</u>
Exposição Líquida	52	(52)	-	-	-	-	-	-

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2008, por moeda, é analisado como segue:

	Dez 2008							
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Doláres Canadianos	Dólar de Hong-Kong	Coroa Checa	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
	Euros '000	Euros '000	Euros'000	Euros '000	Euros'000	Euros'000	Euros '000	Euros '000
<i>Activo por moeda</i>								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	247.954	4.359	728	168	-	-	1.533	254.742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	68.766	43.716	687	812	-	-	521	114.502
Aplicações em Instituições de Crédito	40.283	62.399	6.555	29.668	9.271	18.605	-	166.781
Crédito a clientes	15.006.994	2.231	-	-	-	-	667	15.009.892
Activos financeiros detidos para negociação	59.056	62	-	-	-	-	-	59.118
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4.021	3	-	-	7	-	-	4.031
Activos financeiros disponíveis para venda	917.173	1.389	-	-	-	-	-	918.562
Derivados de cobertura	7.504	-	-	-	-	223	-	7.727
Investimentos detidos até à maturidade	39.912	-	-	-	-	-	-	39.912
Investimentos em associadas e outras	16.813	-	-	-	-	-	-	16.813
Outros activos tangíveis	85.950	-	-	-	-	-	-	85.950
Activos intangíveis	14.775	-	-	-	-	-	-	14.775
Outros activos	130.616	117	12	106	9.271	18.605	2	158.729
	<u>16.639.817</u>	<u>114.276</u>	<u>7.982</u>	<u>30.754</u>	<u>18.549</u>	<u>37.433</u>	<u>2.723</u>	<u>16.851.534</u>
<i>Passivo por moeda</i>								
Recursos de bancos centrais	852.803	-	-	-	-	-	-	852.803
Recursos de outras instituições de crédito	628.668	69.926	3.463	14.354	9.271	18.605	169	744.456
Recursos de clientes	8.270.167	39.730	3.897	16.312	-	-	234	8.330.340
Responsabilidades representadas por títulos	5.031.455	2.156	-	-	9.271	18.605	-	5.061.487
Passivos financeiros detidos para negociação	37.547	145	-	-	-	-	-	37.692
Derivados de cobertura	1.234	-	-	-	-	-	-	1.234
Provisões	1.668	-	-	-	-	-	-	1.668
Outros passivos subordinados	386.872	-	-	-	-	-	-	386.872
Outros passivos	605.685	2.369	622	88	7	223	2.319	611.313
Total Passivo	<u>15.816.100</u>	<u>114.325</u>	<u>7.982</u>	<u>30.754</u>	<u>18.549</u>	<u>37.433</u>	<u>2.722</u>	<u>16.027.865</u>
Activo / (Passivo) líquido por moeda	<u>823.717</u>	<u>(49)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>823.669</u>
Situação Líquida	<u>823.621</u>	<u>48</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>823.669</u>
Exposição Líquida	96	(97)	-	-	-	-	1	-

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo a instrução n.º 1/2000 do Banco de Portugal. Em 30 de Junho de 2009, o rácio de liquidez era de 91,94% (31 de Dezembro de 2008: 102,02%).

Risco Operacional

O sistema de gestão de risco operacional implementado baseia-se na identificação, avaliação, acompanhamento, medição e a sua mitigação. Além da existência de uma unidade de estrutura orgânica, o modelo de gestão funciona de forma descentralizada, com interlocutores nas diversas unidades orgânicas do grupo.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, a CEMG está sujeita à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras definem os elementos constitutivos dos Fundos Próprios elegíveis e os modelos de cálculo dos requisitos de capital exigidos pelos riscos assumidos e determinam o cumprimento de um Rácio de Solvabilidade mínimo de 8% (para ser cumprido a partir de Setembro de 2008 de acordo com a carta circular n.º 83/2008), bem como o valor mínimo de 4% para a sua componente principal, a *Tier1*. Estes referenciais mínimos poderão ser aumentados futuramente.

Os elementos de capital da CEMG dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base (“FPB”): Esta categoria inclui o capital realizado, as reservas estatutárias, os resultados transitados e do exercício e um valor, decrescente e extingüível em 2014, que visa compensar o impacto negativo nos Fundos Próprios de diferenças apuradas no Fundo de Pensões, aquando da transição para as NIC’s/ NCA’s. Entram como elementos negativos, os activos intangíveis, os custos diferidos e os desvios actuariais negativos fora do corredor referentes ao Fundo de Pensões, as reservas de reavaliação negativas de títulos de capital e 50% do valor das participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras;
- Fundos Próprios Complementares (“FPC”): Incorporam a dívida subordinada emitida elegível, as reservas de reavaliação do activo imobilizado, 45% das reservas de reavaliação positivas de títulos de capital e sofrem a dedução de 50% do valor das participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras;
- É deduzido aos Fundos Próprios totais um valor referente a imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio há mais de 4 e 5 anos, valor este calculado segundo um critério de progressividade que conduz a que ao fim de 10 ou 13 anos em carteira o valor líquido do imóvel esteja totalmente deduzido aos Fundos Próprios.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

Em Abril de 2007, o Banco de Portugal publicou o Aviso n.º 4/2007 que alterou as regras de determinação dos fundos próprios. Este Aviso veio alterar o tratamento das participações em instituições financeiras e entidades seguradoras, que passaram a ser deduzidas em 50% aos FPB e 50% aos FPC. No caso das participações em instituições sujeitas à supervisão em base consolidada, nos termos do artigo 131.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, ou à supervisão complementar prevista no Decreto-Lei n.º 145/2006, a CEMG não procede à inclusão destas participações nestas deduções. Anteriormente, estas participações eram incluídas nas deduções efectuadas ao total dos fundos próprios.

A repercussão nos Fundos Próprios do impacto referente a diferenças apuradas no Fundo de Pensões, na transição para as NIC's / NCA's, está a ser efectuada de forma progressiva e linear (de acordo com o definido nos Avisos n.º 2/2005, n.º 4/2005, n.º 12/2005 e n.º 7/2008, do Banco de Portugal).

Assim, no final do primeiro semestre de 2009, o impacto líquido negativo nos Fundos Próprios, calculados em base consolidada, da regularização das diferenças antes referidas, foi de Euros 40.071.528, valor que resulta de um impacto negativo de Euros 35.127.074 levados a resultados transitados e de Euros 30.359.508 referentes a excesso face ao corredor, compensados por uma variação positiva de Euros 25.415.055 referentes a impactos ainda por reconhecer em Fundos Próprios (nos termos do n.º 4, do n.º 13.º-A, do Aviso 12/2001). O valor de compensação nos Fundos Próprios irá diminuindo até se extinguir em 2014.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital da CEMG para 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 apresenta-se como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Fundos Próprios de Base</i>		
Capital realizado	760.000	660.000
Resultados, Reservas Gerais, Especiais e		
Resultados não distribuídos	196.224	209.738
Outros ajustamentos regulamentares	(63.804)	(66.045)
Compensação do impacto na transição para as NIC/NCA	25.415	28.623
	<hr/> 917.835	<hr/> 832.316
<i>Fundos Próprios Complementares</i>		
Upper Tier 2	8.840	8.420
Lower Tier 2	378.000	378.000
Deduções	(8.575)	(6.879)
	<hr/> 378.266	<hr/> 379.541
Deduções aos fundos próprios totais	(8.656)	(9.507)
	<hr/> 1.287.444	<hr/> 1.202.350
<i>Requisitos de Fundos Próprios</i>		
Risco de crédito	780.762	776.151
Riscos de mercado	4.432	5.265
Risco operacional	59.053	59.052
	<hr/> 844.247	<hr/> 840.468
<i>Rácios Prudenciais</i>		
Rácio Tier 1	8,70	7,92%
Rácio de Solvabilidade	12,20	11,44%

48 Eventos subsequentes

Em Julho de 2009, o Grupo Montepio adquiriu através da Lusitania Companhia de Seguros, S.A. uma participação maioritária na Real Seguros, S.A., detida anteriormente pela Sociedade Lusa de Negócios, no montante de Euros 42.500.000, dos quais Euros 35.000.000 se destinaram ao reforço dos capitais próprios da adquirida. O objectivo do Grupo CEMG é melhorar a produtividade, a eficiência e a rentabilidade das empresas do Grupo.

Caixa Económica Montepio Geral

**Demonstrações Financeiras
Individuais Intercalares**

30 de Junho de 2009 e 2008

**RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA
ELABORADO PELO AUDITOR REGISTADO NA CMVM
SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL**

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009, da Caixa Económica Montepio Geral, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 18.894.864 milhares de euros e um total de capital próprio de 964.319 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 30.451 milhares de euros) e nas Demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do período de seis meses findo naquela data e nas correspondentes Notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação da IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar, com excepção das matérias definidas nos n.ºs 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e no n.º 2º do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA's") e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
 - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

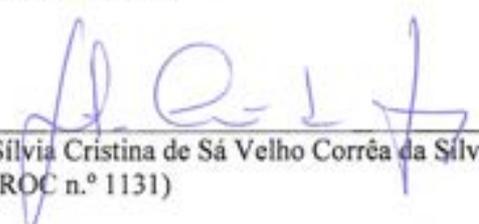
5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira;
 - se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e
- b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante no Relatório de Gestão intercalar com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

PARECER

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as NCA's, e que não seja completa, verdadeira, actual, clara e lícita.

Lisboa, 7 de Agosto de 2009

**KPMG & Associados, Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, S.A.**
representada por



Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes
(ROC n.º 1131)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- NOTAS EXPLICATIVAS

(Páginas 4 a 93)

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração dos Resultados para os períodos findos em 30 de Junho de 2009 e 2008

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	30 de Junho 2009	30 de Junho 2008
Juros e rendimentos similares	3	525.247	550.593
Juros e encargos similares	3	343.174	390.300
Margem financeira		182.073	160.293
Rendimentos de instrumentos de capital	4	2.484	1.585
Rendimentos de serviços e comissões	5	41.525	40.634
Encargos com serviços e comissões	5	(6.199)	(5.947)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6	4.826	(2.415)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	440	(20)
Resultados de reavaliação cambial	8	1.034	749
Resultados de alienação de outros activos		315	697
Outros resultados de exploração	9	11.737	4.946
Total de proveitos operacionais		238.235	200.522
Custos com pessoal	10	74.343	79.045
Gastos gerais administrativos	11	37.364	41.990
Depreciações e amortizações	12	9.424	8.490
Total de custos operacionais		121.131	129.525
Imparidade do crédito	13	84.320	42.480
Imparidade de outros activos	14	2.287	5.796
Outras provisões	15	46	111
Resultado operacional		30.451	22.610
Resultado líquido do período		30.451	22.610

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração Individual do Rendimento Integral para os períodos findos em 30 de Junho de 2009 e 2008

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Nota	30 de Junho 2009	30 de Junho 2008
Reserva de justo valor			
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	38	(56.204)	(23.716)
Resultado líquido do período		30.451	22.610
Total de rendimento integral do período		(25.753)	(1.106)

Caixa Económica Montepio Geral

Balanço em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	30 de Junho 2009	31 de Dezembro 2008
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	88.951	254.742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	105.680	92.125
Aplicações em instituições de crédito	18	650.232	166.781
Crédito a clientes	19	14.492.336	14.724.822
Activos financeiros detidos para negociação	20	69.795	58.655
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	21	3.939	4.031
Activos financeiros disponíveis para venda	22	3.040.797	1.886.107
Derivados de cobertura	23	10.092	7.727
Investimentos detidos até à maturidade	24	39.940	39.912
Investimentos em associadas e outras	25	30.597	30.626
Outros activos tangíveis	26	87.910	85.847
Activos intangíveis	27	15.212	14.776
Outros activos	28	259.383	193.228
		<u>18.894.864</u>	<u>17.559.379</u>
Passivo			
Recursos de bancos centrais	29	800.122	852.803
Recursos de outras instituições de crédito	30	913.596	1.073.122
Recursos de clientes	31	8.730.627	8.009.242
Responsabilidades representadas por títulos	32	4.351.165	4.670.942
Passivos financeiros detidos para negociação	20	25.726	37.643
Derivados de cobertura	23	569	1.234
Provisões	33	102.538	102.908
Outros passivos subordinados	34	381.870	386.872
Outros passivos	35	2.624.332	1.567.317
		<u>17.930.545</u>	<u>16.702.083</u>
Situação Líquida			
Capital	36	760.000	660.000
Reservas de justo valor	38	(56.204)	(48.064)
Outras reservas e resultados transitados	37 e 38	230.072	210.049
Resultado líquido do exercício		30.451	35.311
		<u>964.319</u>	<u>857.296</u>
		<u>18.894.864</u>	<u>17.559.379</u>

Contas extrapatrimoniais (Nota 39)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os períodos findos em 30 de Junho de 2009 e 2008

(Valores expressos em milhares de Euros)

	30 de Junho 2009	30 de Junho 2008
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros recebidos	558.630	489.239
Comissões recebidas	40.690	39.626
Pagamento de juros	(390.636)	(317.816)
Pagamento de comissões	(5.062)	(6.941)
Despesas com pessoal e fornecedores	(108.270)	(112.190)
Recuperação de crédito e juros	1.741	1.611
Outros pagamentos e recebimentos	153.124	(19.802)
	<u>250.217</u>	<u>73.727</u>
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	558.831	837.151
Outros activos	(71.598)	(87)
	<u>487.233</u>	<u>837.064</u>
(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais		
Recursos para com clientes	736.505	(349.928)
Recursos para com instituições de crédito	(655.263)	23.501
Recursos de bancos centrais	450.000	450.000
	<u>531.242</u>	<u>123.573</u>
	<u>1.268.692</u>	<u>1.034.364</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Dividendos recebidos	2.484	1.585
(Compra) / Venda de activos financeiros de negociação	(21.260)	(6.288)
(Compra) / Venda de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	92	207
(Compra) / Venda de activos financeiros disponíveis para venda	(1.164.162)	(1.059.828)
(Compra) / Venda de derivados de cobertura	(2.145)	(1.203)
(Compra) / Venda de activos financeiros detidos até à maturidade	63	(13.827)
(Compra) / Venda de investimentos em associadas	29	-
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	147.411	87.633
Alienação de imobilizações	486	-
Aquisição de imobilizações	(11.955)	(10.117)
	<u>(1.048.957)</u>	<u>(1.001.838)</u>
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Distribuição de resultados	(11.272)	(25.757)
Aumento de capital	100.000	25.000
Emissão de obrigações de caixa e títulos subordinados	(53.311)	254.108
Reembolso de obrigações de caixa e títulos subordinados	(248.060)	(267.000)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	(11.917)	12.471
	<u>(224.560)</u>	<u>(1.178)</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes	(4.825)	31.348
Caixa e equivalentes no início do período	<u>182.025</u>	<u>149.463</u>
Caixa (nota 16)	89.900	86.799
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 17)	92.125	62.664
Caixa e equivalentes no fim do período	<u>177.200</u>	<u>180.811</u>

Caixa Económica Montepio Geral

Mapa de alterações na Situação Líquida
para os períodos findos em 30 de Junho de 2009 e 2008

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total da situação líquida	Capital	Reserva geral e especial	Outras reservas	Reservas de justo valor	Resultados acumulados
Saldos em 1 de Janeiro de 2008	878.044	635.000	200.808	8.404	(7.973)	41.805
Outros movimentos registados directamente na situação líquida:						
Alterações de justo valor	(15.744)	-	-	-	(15.744)	-
Distribuição de resultados	(25.758)	-	-	-	-	(25.758)
Aumento de capital	25.000	25.000	-	-	-	-
Impacto da aplicação da IAS 19	(11.194)	-	-	-	-	(11.194)
Resultado líquido do período	22.610	-	-	-	-	22.610
Total de ganhos e perdas reconhecidos no período	872.958	660.000	200.808	8.404	(23.717)	27.463
Constituição de reservas						
Reserva geral	-	-	12.837	-	-	(12.837)
Reserva especial	-	-	3.210	-	-	(3.210)
Saldos em 30 de Junho de 2008	872.958	660.000	216.855	8.404	(23.717)	11.416
Reservas de justo valor	(24.347)	-	-	-	(24.347)	-
Impacto da aplicação da IAS 19	(4.016)	-	-	-	-	(4.016)
Resultado líquido do período	12.701	-	-	-	-	12.701
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	857.296	660.000	216.855	8.404	(48.064)	20.101
Outros movimentos registados directamente na situação líquida:						
Alterações de justo valor (Nota 38)	(8.140)	-	-	-	(8.140)	-
Aumento de capital (Nota 36)	100.000	100.000	-	-	-	-
Distribuição de resultados (Nota 40)	(11.272)	-	-	-	-	(11.272)
Impacto da aplicação da IAS 19	(4.016)	-	-	-	-	(4.016)
Resultado líquido do período	30.451	-	-	-	-	30.451
Total de ganhos e perdas reconhecidos no período	964.319	760.000	216.855	8.404	(56.204)	35.264
Constituição de reservas						
Reserva geral	-	-	7.063	-	-	(7.063)
Reserva especial	-	-	1.766	-	-	(1.766)
Saldos em 30 de Junho de 2009	964.319	760.000	225.684	8.404	(56.204)	26.435

Caixa Económica Montepio Geral

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares 30 de Junho de 2009

1 Políticas contabilísticas

1.1 Bases de apresentação

A Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por “CEMG”) é uma instituição de crédito, anexa e detida pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 24 de Março de 1844. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, que regulamenta a actividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua actividade. Porém, a CEMG pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal, o que na prática se traduz na possibilidade de realizar a universalidade das operações bancárias.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da CEMG são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (“NCA’s”), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA’s traduzem-se na aplicação, às demonstrações financeiras individuais, das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição, conforme definido no n.º 2 e n.º 3 do Aviso n.º 1/2005 e do n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais intercalares da CEMG agora apresentadas reportam-se ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009 e foram preparadas de acordo com as NCA’s, as quais incluem as IFRS em vigor tal como adoptadas na União Europeia até 30 de Junho de 2009. As demonstrações financeiras individuais intercalares agora apresentadas foram preparadas em conformidade com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e não incluem toda a informação requerida para as demonstrações financeiras completas anuais que serão apresentadas com referência a 31 de Dezembro de 2009.

As políticas contabilísticas utilizadas pela CEMG na preparação das suas demonstrações financeiras individuais intercalares referentes a 30 de Junho de 2009 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2008.

No primeiro semestre de 2009, a CEMG adoptou:

- as alterações à IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras, o qual exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz como obrigatória a Demonstração do rendimento integral. Decorrente destas alterações a CEMG apresentou a Demonstração do rendimento integral dos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2009 e 2008;
- as alterações à IAS 16 - Activos fixos tangíveis, à IAS 19 - Benefícios dos empregados, à IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos, à IAS 28 - Investimentos em associadas, à IAS 32 - Instrumentos Financeiros: apresentação – instrumentos financeiros *puttable* e obrigações decorrentes de liquidação, à IAS 38 - Activos intangíveis, à IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura e à IAS 40 - Propriedades de investimento. A adopção das alterações destas normas não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais da CEMG;
- a IFRS 8 Segmentos Operacionais o qual define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade.

Durante o exercício de 2008, a CEMG adoptou as alterações à IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de informações relativa à transferência de activos financeiros entre categorias, publicadas pelo IASB em Outubro de 2008. Decorrente destas alterações, a CEMG adaptou a sua política contabilística referente a transferências entre categorias. A adopção destas alterações não teve efeito nas demonstrações financeiras da CEMG.

Adicionalmente, a CEMG adoptou ainda em 2008 a IFRIC 14 – IAS 19 – Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e a sua interacção. A adopção destas interpretações não teve qualquer efeito nas demonstrações financeiras da CEMG.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondadas ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA's requer que a CEMG efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 1.22.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 16 de Julho de 2009.

1.2 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

1.3 Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

A CEMG classifica como derivados para gestão de risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados correspondem ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

i) Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- à data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- a eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

ii) Cobertura de justo valor (fair value hedge)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos pela contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

iii) Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, a CEMG executa teste prospectivos na data de início e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

iv) Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

1.4 Crédito a clientes

O Crédito a Clientes inclui os empréstimos originados pela CEMG, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) expiram os direitos contratuais da CEMG relativos aos respectivos fluxos de caixa, (ii) a CEMG transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante a CEMG ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.1, a CEMG aplica nas suas contas as NCA's pelo que, de acordo com o definido nos n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pela CEMG nos exercícios anteriores, como segue:

i) Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos incluindo os créditos vincendos associados, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pela CEMG, tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho de 1995, n.º 7/00 de 27 de Outubro e n.º 8/03 de 30 de Janeiro de 2003.

ii) Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída com base no disposto nos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho de 1995, n.º 2/99, de 15 de Janeiro de 1999 e n.º 8/03 de 30 de Janeiro de 2003, do Banco de Portugal.

iii) Provisão para risco - país

A provisão para risco – país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim Oficial do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no n.º 2.4 da referida Instrução.

iv) Anulação contabilística de créditos (write-offs)

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos.

1.5 Outros activos financeiros

i) Classificação

A CEMG classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A CEMG designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A nota 21 contém um sumário dos activos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, que a CEMG tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a CEMG tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

ii) Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a CEMG se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da CEMG ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a CEMG tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a CEMG tenha transferido o controlo sobre os activos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a CEMG estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição. Os instrumentos financeiros detidos pela CEMG nestas circunstâncias, encontram-se incluídos na carteira de activos financeiros disponíveis para venda e correspondem a instrumentos de capital emitidos por entidades não cotadas e relativamente às quais não foram identificadas transacções recentes no mercado. No entanto, a CEMG efectua uma análise detalhada destes instrumentos com o objectivo de identificar eventuais perdas por imparidade, atendendo nomeadamente à performance económica e financeira das entidades e à sua capacidade de cumprirem com as suas responsabilidades.

iv) Transferências entre categorias

A CEMG apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

As transferências entre estas categorias são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

Durante o mês de Outubro de 2008, o IASB emitiu uma alteração à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. Esta alteração à IAS 39 veio permitir, em circunstâncias raras, que uma entidade transfira activos financeiros não derivados da categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados (com excepção de activos financeiros reconhecidos inicialmente ao justo valor através de resultados), para as categorias de activos financeiros detidos até à maturidade, activos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes. Esta alteração veio também permitir a transferência da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

As transferências para a (i) categoria de activos financeiros detidos até à maturidade só podem ser efectuadas desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade e para a (ii) categoria de crédito a clientes desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros num futuro previsível e os mesmos não sejam transaccionáveis num mercado activo.

v) *Imparidade*

Em conformidade com as NCA's, a CEMG avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo, anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

1.6 Activos cedidos com acordo de recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação, não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na nota 1.5.

1.7 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de outras instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

A CEMG designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pela CEMG, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, a CEMG estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito.

Caso a CEMG recompre dívida emitida, esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

1.8 Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.9 Aplicações por recuperação de crédito

As aplicações por recuperação de crédito incluem imóveis e títulos resultantes da resolução de contratos de crédito a clientes. Estes activos são classificados na rubrica Outros activos, e são registados no seu reconhecimento inicial, pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas pela CEMG.

Subsequentemente, estes activos são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor actual deduzido dos custos esperados de venda, e não são amortizados. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício. A CEMG obtém avaliações regulares, efectuadas por peritos, das aplicações por recuperação de crédito.

1.10 Investimentos em associadas

Os investimentos em associadas, nos quais a CEMG exerce influência significativa mas não exerce controlo, são valorizados ao custo de aquisição. Estes investimentos são sujeitos a testes de imparidade periódicos.

1.11 Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis da CEMG encontram-se valorizados ao custo, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para as NCA's (1 de Janeiro de 2004), a CEMG elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado mensurado de acordo com as NCA's, ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles possam resultar benefícios económicos futuros para a CEMG. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento	4 a 10

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 - Imparidade de activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

1.12 Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela CEMG necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela CEMG, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

1.13 Locações

A CEMG classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

- Como locatário

Os pagamentos efectuados pela CEMG à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

- Como locador

Os activos detidos sob locação operacional são registados no balanço de acordo com a natureza do activo.

Os proveitos decorrentes das rendas facturadas aos clientes de locação operacional são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato.

Os custos, incluindo a depreciação, incorridos na obtenção do proveito de locação são reconhecidos numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato na demonstração dos resultados. Os custos directos iniciais incorridos pelos locadores ao negociar e aceitar uma locação operacional devem ser adicionados à quantia escriturada do activo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação na mesma base do proveito da locação.

A política de depreciação para activos locados depreciáveis é consistente com a política de depreciação normal do locador para activos semelhantes, conforme política contabilística 1.11.

A CEMG procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Locações financeiras

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.14 Benefícios a empregados

Plano de benefícios definidos

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e cuidados médicos nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (“ACT”).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são os abrangidos pelo “Plano ACT - Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário” e pelo “Plano ACTQ - Acordo Colectivo dos Quadros do Sector Bancário”.

A CEMG financia as suas responsabilidades através do fundo de pensões gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Os planos de pensões existentes na CEMG correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

Em 2005, no seguimento da autorização formal do Banco de Portugal, a CEMG aplicou retrospectivamente os Avisos n.º 4/2005 e n.º 12/2005 do Banco de Portugal, através do reconhecimento de todos os ganhos e perdas actuariais acumuladas registados no activo, de acordo com os anteriores princípios contabilísticos, por contrapartida de resultados transitados.

De acordo com o disposto no n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal, foi inicialmente definido um período de diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de Janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Subsequentemente, com a alteração introduzida no ponto 2 do Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, o reconhecimento, em resultados transitados, do impacto que, a 31 de Dezembro de 2008, ainda se encontra por reconhecer, ao abrigo do plano de amortização estabelecido no n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal, pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes com a duração adicional de três anos face à duração inicialmente prevista.

Nesta base, para os Benefícios de Saúde, faltavam 42 meses para 31 de Dezembro de 2011 que acrescidos de 36 meses ficaram com um período de amortização de 78 meses (6 anos e seis meses). Para as Outras Responsabilidades, o prazo de diferimento passou a ser de 54 meses (4 anos e seis meses). O diferimento do impacto contabilístico decorrente desta alteração é analisado como segue:

Rubricas	Período de diferimento
Responsabilidades com benefícios de saúde	10 anos
Abatimento de perdas actuariais diferidas, corredor e decrementos de invalidez	8 anos
Aumento de responsabilidades	8 anos

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso n.º 12/2005, do Banco de Portugal, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA's, o acréscimo de responsabilidades resultantes das alterações dos pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade efectuados posteriormente a 1 de Janeiro de 2005 é adicionado ao limite do corredor.

As responsabilidades da CEMG com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, pela CEMG, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Os ganhos e perdas actuariais determinados semestralmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor, nos termos definidos para a IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do período que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do Fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. A CEMG determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 24 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite (corredor), não são reconhecidos em resultados.

Em cada período, a CEMG reconhece como um custo, na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo e (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor, e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

A CEMG efectua pagamentos ao Fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data do balanço, a CEMG avalia, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pela CEMG a assistência médica pelo Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS, entidade autónoma que é gerida pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo da CEMG, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações da CEMG com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com a IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (bónus) atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

1.15 Fiscalidade

A CEMG encontra-se isenta de Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de Dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

1.16 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a CEMG tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

1.17 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos outros activos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes, para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e rendimentos similares são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito concedido são considerados os seguintes aspectos:

- Os juros de créditos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura, prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- A contagem dos juros relativos a crédito vencido há mais de 90 dias, que não esteja coberto por garantia real, é interrompida sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerarem, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados por forma a resolver um eventual *mismatch* contabilístico é reconhecida nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

1.18 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

1.19 Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

1.20 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

De acordo com o parágrafo 4 da IFRS 8 – Segmentos operacionais, a CEMG está dispensada de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as consolidadas.

1.21 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

1.22 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As NCA's estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela CEMG são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da CEMG e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela CEMG é apresentada nas notas 1.1 a 1.21 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela CEMG poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da CEMG e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A CEMG determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual a CEMG recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição (20% em Junho de 2008) ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses (seis meses em Junho de 2008);
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Perdas por imparidade no crédito a clientes

A CEMG efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na nota 1.4, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida, é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Investimentos detidos até à maturidade

A CEMG classifica como investimentos detidos até à maturidade os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, de acordo com os requisitos da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimentos e Mensuração. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, a CEMG avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso a CEMG não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação, para activos financeiros disponíveis para venda de toda a carteira, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão da CEMG. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

2 Margem financeira e resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda

As NCA's em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira, dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e em activos financeiros disponíveis para venda, quer na rubrica de juros e rendimentos similares, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
Margem financeira	182.073	160.293
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda	5.266	(2.435)
	<u>187.339</u>	<u>157.858</u>

3 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009			Jun 2008		
	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000	De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000	De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000
<i>Juros e rendimentos similares:</i>						
Juros de crédito	359.908	-	359.908	425.148	-	425.148
Juros de outras aplicações	1.182	-	1.182	9.876	-	9.876
Juros de depósitos	1.188	-	1.188	3.157	-	3.157
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	34.025	-	34.025	33.123	-	33.123
Juros de investimentos detidos até à maturidade	754	-	754	852	-	852
Juros de derivados de cobertura	2.837	-	2.837	4.018	-	4.018
Juros de activos financeiros detidos para negociação	-	115.698	115.698	-	63.838	63.838
Outros juros e rendimentos similares	9.655	-	9.655	10.581	-	10.581
	<u>409.549</u>	<u>115.698</u>	<u>525.247</u>	<u>486.755</u>	<u>63.838</u>	<u>550.593</u>
<i>Juros e encargos similares:</i>						
Juros de depósitos	106.369	-	106.369	132.170	-	132.170
Juros de títulos emitidos	72.376	-	72.376	126.553	-	126.553
Juros de empréstimos	4.720	-	4.720	7.569	-	7.569
Juros de outros recursos	19.311	-	19.311	15.898	-	15.898
Juros de derivados de cobertura	2.197	-	2.197	4.596	-	4.596
Juros de passivos financeiros detidos para negociação	-	93.618	93.618	-	73.196	73.196
Outros juros e encargos similares	44.583	-	44.583	30.318	-	30.318
	<u>249.556</u>	<u>93.618</u>	<u>343.174</u>	<u>317.104</u>	<u>73.196</u>	<u>390.300</u>
Margem Financeira	<u>159.993</u>	<u>22.080</u>	<u>182.073</u>	<u>169.651</u>	<u>(9.358)</u>	<u>160.293</u>

4 Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
Dividendos de activos financeiros disponíveis para venda	716	515
Dividendos de empresas associadas	1.768	1.070
	<u>2.484</u>	<u>1.585</u>

5 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
<i>Rendimentos de serviços e comissões:</i>		
Por serviços bancários prestados	29.147	28.274
Por garantias prestadas	3.472	2.769
Por operações realizadas por conta de terceiros	4.479	5.096
Outros proveitos de serviços e comissões	4.427	4.495
	<u>41.525</u>	<u>40.634</u>
<i>Encargos com serviços e comissões:</i>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	5.752	5.539
Por operações realizadas com títulos	218	168
Outros custos com serviços e comissões	229	240
	<u>6.199</u>	<u>5.947</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	<u>35.326</u>	<u>34.687</u>

6 Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009			Jun 2008		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
	Euros '000					
Activos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	25	-	25	70	118	(48)
De outros emissores	567	1	566	14	133	(119)
Acções	565	23	542	130	475	(345)
	1.157	24	1.133	214	726	(512)
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	64.927	63.649	1.278	1.952	1.944	8
Contratos sobre taxas de juro	166.738	151.994	14.744	75.690	87.611	(11.921)
Contratos sobre crédito (CDS)	4.684	4.207	477	3.472	3.322	150
Outros	14.061	27.522	(13.461)	39.089	29.502	9.587
	250.410	247.372	3.038	120.203	122.379	(2.176)
	251.567	247.396	4.171	120.417	123.105	(2.688)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	-	-	-	221	336	(115)
	-	-	-	221	336	(115)
Derivados de cobertura						
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	433	646	(213)	2.025	929	1.096
Recursos de clientes	165	686	(521)	1.315	943	372
Débitos representados por títulos	933	1.688	(755)	477	2.760	(2.283)
Outros passivos	22.842	20.698	2.144	21.779	20.576	1.203
	24.373	23.718	655	25.596	25.208	388
	275.940	271.114	4.826	146.234	148.649	(2.415)

7 Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009			Jun 2008		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
	Euros '000					
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	55	1	54	173	12	161
De outros emissores	462	47	415	37	69	(32)
Acções	10	26	(16)	-	48	(48)
Outros títulos de rendimento variável	2	15	(13)	91	192	(101)
	529	89	440	301	321	(20)

8 Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009			Jun 2008		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
	Euros '000					
Reavaliação cambial	18.625	17.591	1.034	36.897	36.148	749

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.2.

9 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
<i>Outros proveitos de exploração:</i>		
Prestação de serviços	1.931	1.962
Reembolso de despesas	751	904
Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem	3.934	4.469
Dívida readquirida	6.742	-
Outros	1.639	882
	<hr/>	<hr/>
	14.997	8.217
	<hr/>	<hr/>
<i>Outros custos de exploração:</i>		
Impostos	76	38
Donativos e quotizações	151	138
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	874	943
Outros	2.159	2.152
	<hr/>	<hr/>
	3.260	3.271
	<hr/>	<hr/>
Outros resultados líquidos de exploração	<u>11.737</u>	<u>4.946</u>

10 Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
Remunerações	54.244	52.029
Contribuições para o SAMS	3.159	3.136
Encargos sociais obrigatórios	3.887	3.929
Outros encargos com fundo de pensões	11.159	18.503
Outros custos	1.894	1.448
	<hr/>	<hr/>
	74.343	79.045
	<hr/>	<hr/>

Os benefícios de saúde – SAMS incluem o montante de Euros 352.721 (30 de Junho de 2008: Euros 285.827) relativo ao custo do ano com benefícios de saúde pós-emprego, o qual foi determinado com base no estudo actuarial efectuado (ver nota 42).

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da CEMG, durante o primeiro semestre de 2009, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	455	2.474	2.929
Custos com pensões de reforma e SAMS	-	542	542
Remunerações variáveis	3	87	90
	458	3.103	3.561

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da CEMG, durante o primeiro semestre de 2008, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	744	2.395	3.139
Custos com pensões de reforma e SAMS	381	81	462
Remunerações variáveis	5	610	615
	1.130	3.086	4.216

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Directores de primeira linha da CEMG.

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, o valor do crédito concedido pela CEMG ao pessoal chave da gestão ascendia a Euros 5.801.000 e Euros 5.039.000, respectivamente.

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço da CEMG durante o primeiro semestre de 2009 e do exercício de 2008, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	Jun 2009	Dez 2008
Direcção e coordenação	129	128
Chefia e gerência	521	569
Técnicos	648	520
Específicos	150	162
Administrativos	1.411	1.472
Auxiliares	78	80
	2.937	2.931

11 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
Rendas e alugueres	12.077	11.822
Serviços especializados		
Informática	1.953	1.376
Trabalho independente	1.939	1.715
Outros serviços especializados	6.627	7.813
Publicidade e publicações	837	5.428
Comunicações e expedição	3.746	4.333
Água, energia e combustíveis	1.776	1.974
Conservação e reparação	2.003	1.401
Transportes	1.724	1.514
Seguros	1.576	1.279
Deslocações, estadias e despesas de representação	593	828
Material de consumo corrente	703	892
Formação	446	459
Outros gastos administrativos	1.364	1.156
	<u>37.364</u>	<u>41.990</u>

12 Depreciações e amortizações

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
<i>Activos intangíveis:</i>		
<i>Software</i>	3.899	3.640
<i>Outros activos tangíveis:</i>		
Imóveis	1.633	1.630
Equipamento:		
Mobiliário e material	311	299
Máquinas e ferramentas	50	56
Equipamento informático	2.587	1.801
Instalações interiores	646	912
Equipamento de transporte	4	9
Equipamento de segurança	97	61
Locação operacional - <i>Renting</i>	197	82
	<u>5.525</u>	<u>4.850</u>
	<u>9.424</u>	<u>8.490</u>

13 Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
Crédito vencido concedido a clientes:		
Dotação do período	220.757	174.710
Reversão do período	(134.715)	(130.612)
Recuperações de crédito e juros	(1.741)	(1.611)
	<u>84.301</u>	<u>42.487</u>
Aplicações em instituições de crédito:		
Dotação do período	49	107
Reversão do período	(30)	(114)
	<u>19</u>	<u>(7)</u>
	<u><u>84.320</u></u>	<u><u>42.480</u></u>

14 Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
Imparidade para aplicações por recuperação de crédito:		
Dotação do período	915	3.049
Reversão do período	(2)	-
	<u>913</u>	<u>3.049</u>
Imparidade para títulos:		
Dotação do período	1.443	2.756
Reversão do período	(69)	(9)
	<u>1.374</u>	<u>2.747</u>
	<u><u>2.287</u></u>	<u><u>5.796</u></u>

15 Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos:		
Dotação do período	46	174
Reversão do período	-	(63)
	<u>46</u>	<u>111</u>

16 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Caixa	71.520	89.900
Banco de Portugal	17.431	164.842
	<u>88.951</u>	<u>254.742</u>

A rubrica Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm como objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Em 30 de Junho de 2009, a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 1,71% (31 de Dezembro de 2008: 4,14%).

17 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Em instituições de crédito no país	119	75
Em instituições de crédito no estrangeiro	15.912	48.875
Valores a cobrar	89.649	43.175
	<u>105.680</u>	<u>92.125</u>

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

18 Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Aplicações em instituições de crédito no país		
Em bancos centrais	250.000	-
Depósitos	246	590
Aplicações de muito curto prazo	14.202	14.372
Outras aplicações	40.110	26.385
	<u>304.558</u>	<u>41.347</u>
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	105	110
Aplicações de muito curto prazo	300.000	120.337
Outras aplicações	45.630	5.029
	<u>345.735</u>	<u>125.476</u>
	650.293	166.823
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito	(61)	(42)
	<u>650.232</u>	<u>166.781</u>

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 30 de Junho de 2009, vencem juros à taxa média anual de 0,49% (31 de Dezembro de 2008: 2,99%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde a CEMG opera.

A análise da rubrica Aplicações em instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Até 3 meses	649.943	155.539
3 meses até 6 meses	-	9.394
6 meses até 1 ano	-	1.190
Mais de 5 anos	245	590
Duração indeterminada	105	110
	<u>650.293</u>	<u>166.823</u>

Os movimentos ocorridos no período como perdas por imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito são analisados como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
<i>Imparidade para riscos de crédito</i> <i>sobre instituições de crédito:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	42	45
Dotação do período	49	107
Reversão do período	(30)	(114)
Saldo em 30 de Junho	<u>61</u>	<u>38</u>

19 Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Crédito interno:</i>		
A empresas		
Empréstimo	1.135.738	1.053.448
Créditos em conta corrente	2.523.033	2.617.830
Locação financeira	170.353	144.270
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	115.130	139.958
Factoring	57.287	54.169
Descobertos em depósitos à ordem	5.687	6.907
Outros créditos	645.234	814.635
A particulares		
Habitação	8.824.377	8.936.771
Locação financeira	30.967	27.283
Consumo e outros créditos	788.624	786.963
	<u>14.296.430</u>	<u>14.582.234</u>
<i>Crédito ao exterior:</i>		
A empresas		
Descobertos em depósitos à ordem	167	114
	<u>14.296.597</u>	<u>14.582.348</u>
<i>Crédito e juros vencidos:</i>		
Menos de 90 dias	84.793	76.995
Mais de 90 dias	475.132	350.341
	<u>559.925</u>	<u>427.336</u>
	14.856.522	15.009.684
Imparidade para riscos de crédito	(364.186)	(284.862)
	<u>14.492.336</u>	<u>14.724.822</u>

Em 30 de Junho de 2009, esta rubrica incluía cerca de Euros 2.370.069.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 1.450.538.000) relativos a créditos que foram objecto de securitização e, que de acordo com a política contabilística 1.4, não foram objecto de desreconhecimento.

A partir de 2009, na sequência da Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a CEMG passou a abater ao activo apenas os créditos vencidos provisionados a 100% que após uma análise económica sejam considerados como incobráveis por se concluir que não existem perspectivas da sua recuperação. A aplicação deste critério teve um impacto no valor do crédito vencido e respectiva imparidade associada relevado no Balanço que aumentaram em Euros 27.952.000 aproximadamente.

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na nota 41.

A rubrica Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias, inclui os designados “créditos arrematados” no montante de Euros 5.197.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 6.298.000). Os “créditos arrematados” correspondem a dívidas vencidas há mais de três anos em que se extinguiu o vínculo contratual com o anterior mutuário em virtude de arrematação ou adjudicação da caução, declaração de falência ou dação, mas que ainda se encontram pendentes de diligências judiciais.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua totalidade a contratos de crédito a taxa variável.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o período findo em 30 de Junho de 2009, é a seguinte:

Crédito a clientes					
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Crédito com garantias reais	428.194	2.254.534	9.578.224	452.349	12.713.301
Crédito com outras garantias	542.337	190.099	147.521	47.380	927.337
Crédito sem garantias	383.356	225.455	288.198	57.292	954.301
Crédito ao sector público	2.178	354	54.660	456	57.648
Crédito sobre o estrangeiro	167	-	-	-	167
Crédito em locação	54	88.251	113.015	2.448	203.768
	1.356.286	2.758.693	10.181.618	559.925	14.856.522

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

Crédito a clientes					
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Crédito com garantias reais	711.496	2.529.886	9.644.584	363.590	13.249.556
Crédito com outras garantias	627.711	77.820	128.636	18.782	852.949
Crédito sem garantias	305.976	118.244	209.654	42.528	676.402
Crédito ao sector público	25	454	56.195	342	57.016
Crédito sobre o estrangeiro	114	-	-	-	114
Crédito em locação	51	66.306	105.196	2.094	173.647
	1.645.373	2.792.710	10.144.265	427.336	15.009.684

O crédito em locação, em 30 de Junho de 2009, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Total Euros '000
Rendas vincendas	38.643	101.196	84.734	224.573
Juros vencidos	(6.413)	(15.973)	(17.945)	(40.331)
Valores residuais	683	7.462	8.933	17.078
	<u>32.913</u>	<u>92.685</u>	<u>75.722</u>	<u>201.320</u>

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2008, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Total Euros '000
Rendas vincendas	35.673	87.604	95.332	218.609
Juros vencidos	(8.586)	(24.105)	(27.942)	(60.633)
Valores residuais	532	8.244	4.801	13.577
	<u>27.619</u>	<u>71.743</u>	<u>72.191</u>	<u>171.553</u>

A análise do Crédito e juros vencidos por tipo de crédito, é a seguinte:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Crédito com garantias reais	452.349	363.590
Crédito com outras garantias	47.380	18.782
Crédito sem garantias	57.292	42.528
Crédito ao sector público	456	342
Crédito em locação	2.448	2.094
	<u>559.925</u>	<u>427.336</u>

A análise do Crédito e juros vencidos, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Empresas:</i>		
Construção/Produção	131.416	88.952
Investimento	48.824	33.682
Tesouraria	55.946	28.032
Outras finalidades	3.904	620
<i>Particulares:</i>		
Habitação	256.926	226.752
Crédito ao consumo	8.777	4.969
Outras finalidades	27.863	21.331
<i>Sector Público Administrativo</i>	456	390
<i>Outros segmentos</i>	25.813	22.608
	<u>559.925</u>	<u>427.336</u>

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
<i>Imparidade para riscos de crédito:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	284.862	205.197
Dotação do período	198.510	148.282
Reversão do período	(112.052)	(106.595)
Transferências	-	49
Utilização de imparidade	(7.134)	(23.507)
Saldo em 30 de Junho	<u>364.186</u>	<u>223.426</u>

A 30 de Junho de 2009, a CEMG regista Euros 100.824.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 101.240.000) relativo a provisões para riscos gerais de crédito, as quais de acordo com as NCA's são apresentadas no passivo, conforme referido na nota 33.

Em conformidade com a política da CEMG, os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

O quadro seguinte apresenta por classes de incumprimento, a desagregação da análise de crédito e juros vencidos e a imparidade para riscos de crédito existente em 30 de Junho de 2009:

	Classes de incumprimento					Total
	Até 3 meses	3-6 meses	6-12 meses	1-3 anos	Mais 3 anos	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Crédito vencido com garantia	68.399	28.114	54.060	238.233	113.827	502.633
Imparidade existente	524	2.786	13.045	133.696	103.944	253.995
Crédito vencido sem garantia	17.105	6.776	7.997	16.493	8.921	57.292
Imparidade existente	4.738	1.822	5.266	16.493	8.921	37.240
Total de crédito vencido	85.504	34.890	62.057	254.726	122.748	559.925
Total da imparidade para crédito vencido	5.262	4.608	18.311	150.189	112.865	291.235
Total da imparidade para crédito vincendo associado ao vencido e outros	259	1.102	6.244	55.081	10.265	72.951
Total da imparidade para riscos de crédito	5.521	5.710	24.555	205.270	123.130	364.186

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é analisada como segue:

	Jun 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Crédito com garantias reais	300.399	233.277
Crédito com outras garantias	20.555	15.241
Crédito sem garantias	43.232	36.344
	364.186	284.862

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos.

A anulação de crédito por utilização da respectiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
Crédito com garantias reais	3.667	14.601
Crédito com outras garantias	1.383	5.012
Crédito sem garantias	2.084	3.894
	<u>7.134</u>	<u>23.507</u>

As utilizações da imparidade para riscos de crédito correspondem a *write-offs* efectuados durante o primeiro semestre de 2009.

A análise da recuperação de crédito e de juros, efectuada no decorrer do período entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2009 e durante o exercício de 2008, ascendeu ao montante de Euros 1.741.000 e Euros 4.324.000, respectivamente, relacionada com a recuperação de crédito com garantias reais, conforme mencionado na nota 13.

A análise do justo valor dos colaterais associados à carteira de crédito sobre clientes é apresentada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Crédito com imparidade:</i>		
Individualmente significativos:		
Títulos e outros activos financeiros	78.911	87.878
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	5.749	5.074
Outros imóveis (Construção civil)	1.969.763	2.262.535
Outras garantias	4.917	12.769
	<u>2.059.340</u>	<u>2.368.256</u>
Análise paramétrica:		
Títulos e outros activos financeiros	51.638	27.287
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	2.336.991	2.193.801
Outros imóveis (Construção civil)	1.164.406	638.349
Outras garantias	36.377	11.424
	<u>3.589.412</u>	<u>2.870.861</u>
<i>Crédito sem imparidade:</i>		
Títulos e outros activos financeiros	445.756	471.790
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	12.874.200	13.481.391
Outros imóveis (Construção civil)	4.065.934	4.621.677
Outras garantias	84.466	84.403
	<u>17.470.356</u>	<u>18.659.261</u>
	<u>23.119.108</u>	<u>23.898.378</u>

20 Activos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica Activos e passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Activos financeiros detidos para negociação:</i>		
Títulos		
Acções	1.495	1.200
Obrigações	3.077	3.172
	<u>4.572</u>	<u>4.372</u>
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	65.223	54.283
	<u>69.795</u>	<u>58.655</u>
<i>Passivos financeiros detidos para negociação:</i>		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	25.726	37.643
	<u>25.726</u>	<u>37.643</u>

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor, de acordo com a política contabilística 1.5. Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 30 de Junho de 2009 e a 31 de Dezembro de 2008, os títulos desta carteira encontram-se cotados.

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 30 de Junho de 2009 é apresentado como segue:

	Jun 2009				Total Euros '000
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Acções de empresas					
Nacionais	-	-	-	753	753
Estrangeiros	-	-	-	742	742
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.495</u>	<u>1.495</u>
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações					
De outros emissores	200	498	2.379	-	3.077
	<u>200</u>	<u>498</u>	<u>2.379</u>	<u>1.495</u>	<u>4.572</u>

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2008 é apresentado como segue:

	Dez 2008				Total Euros '000
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
<i>Acções de empresas</i>					
Nacionais	-	-	-	14	14
Estrangeiros	-	-	-	1.186	1.186
	-	-	-	1.200	1.200
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
<i>Obrigações</i>					
De outros emissores	-	1.666	1.506	-	3.172
	-	1.666	1.506	1.200	4.372

O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em 30 de Junho de 2009, pode ser analisado como segue:

Produto derivado	Activo / Passivo financeiro associado	Derivado			Activo / Passivo associado			Valor de reembolso na maturidade Euros '000
		Nocional Euros '000	Justo valor Euros '000	Variação de justo valor no ano Euros '000	Justo valor Euros '000	Variação de justo valor no ano Euros '000	Valor de balanço Euros '000	
<i>Interest rate swap</i>	Emissão de obrigações	630.000	17.554	(8.901)	12.186	10.517	315.000	315.000
<i>Interest rate swap</i>	Depósitos	752.252	2.936	(1.886)	962	24	86.800	86.800
<i>Interest rate swap</i>	Recursos	1.336.129	17.675	(11.262)	14.534	1.211	721.927	721.927
<i>Interest rate swap</i>	Titularização	5.803.728	2.344	1.275	-	-	-	-
<i>Swap cambial</i>	Emissão de dívida	386.285	(376)	(2.426)	-	1.128	-	-
Futuros	-	63	10	(12)	-	-	-	-
Opções	Depósitos a prazo e recursos	79.876	(50)	22	-	-	-	-
<i>Credit Default Swaps</i>	-	83.075	(596)	335	-	-	-	-
		<u>9.071.408</u>	<u>39.497</u>	<u>(22.855)</u>	<u>27.682</u>	<u>12.880</u>	<u>1.123.727</u>	<u>1.123.727</u>

O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2008, pode ser analisado como segue:

Dez 2008								
Produto derivado	Activo / Passivo financeiro associado	Derivado			Activo / Passivo associado			
		Nocional Euros '000	Justo valor Euros '000	Variação de justo valor no ano Euros '000	Justo valor Euros '000	Variação de justo valor no ano Euros '000	Valor de balanço Euros '000	Valor de reembolso na maturidade Euros '000
<i>Swap</i> taxa de juro	Emissão de obrigações	450.000	8.652	(8.865)	1.669	5.986	315.000	315.000
<i>Swap</i> taxa de juro	Depósitos	277.388	832	(2.848)	939	2.387	168.619	168.619
<i>Swap</i> taxa de juro	Recursos	1.550.151	6.413	(21.083)	13.323	30.756	954.640	954.640
<i>Swap</i> taxa de juro	Titularização	1.926.961	3.619	(4.820)	-	-	-	-
<i>Swap</i> cambial	Emissão de dívida	151.020	(2.585)	4.044	(1.128)	(2.664)	10.360	10.360
Futuros	-	2.130	(2)	-	-	-	-	-
Opções	Depósitos a prazo e recursos	81.206	(28)	69	-	-	-	-
<i>Credit Default Swaps</i>	-	172.934	(261)	208	-	-	-	-
		4.611.790	16.640	(33.295)	14.803	36.465	1.448.619	1.448.619

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 30 de Junho de 2009, é a seguinte:

Jun 2009						
	Nocionais com prazo remanescente			Justo valor		
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
<i>Swap</i> taxa de juro	426.852	809.900	7.315.357	8.552.109	63.904	23.564
Opções	4.319	10.409	65.148	79.876	434	484
Contratos sobre taxas de câmbio:						
<i>Swap</i> taxa de juro	350.943	35.342	-	386.285	211	418
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	63	-	-	63	10	-
Contratos sobre crédito:						
<i>Credit default swaps</i>	2.500	1.000	79.575	83.075	664	1.260
	784.677	856.651	7.460.080	9.101.408	65.223	25.726

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	Dez 2008					
	Nacionais com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
<i>Swap</i> taxa de juro	252.388	909.300	3.042.812	4.204.500	50.717	31.201
Opções	251	6.341	74.614	81.206	630	658
Contratos sobre taxas de câmbio:						
<i>Swap</i> taxa de juro	115.772	35.248	-	151.020	11	2.596
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	2.130	-	-	2.130	-	2
Contratos sobre crédito:						
<i>Credit default swaps</i>	43.000	2.500	127.434	172.934	2.925	3.186
	<u>413.541</u>	<u>953.389</u>	<u>3.244.860</u>	<u>4.611.790</u>	<u>54.283</u>	<u>37.643</u>

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados incluem a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1.3 no montante de Euros 3.827.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 1.757.000).

21 Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica no montante de Euros 3.939.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 4.031.000) é totalmente composto por obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores.

A opção da CEMG em designar estes activos ao justo valor através de resultados, à luz da IAS 39, está de acordo com a estratégia documentada de gestão de risco da CEMG, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

A 30 de Junho de 2009 e a 31 de Dezembro de 2008, a carteira de títulos incluídos nos activos financeiros ao justo valor através de resultados encontra-se cotada e com uma maturidade superior a um ano.

22 Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009				Valor de balanço Euros '000
	Custo ⁽¹⁾ Euros '000	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade Euros '000	
		Positiva Euros '000	Negativa Euros '000		
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	20.035	223	-	-	20.258
Estrangeiros	998	-	(43)	-	955
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	2.072.810	556	(2.430)	(884)	2.070.052
Estrangeiros	731.486	1.308	(56.206)	(26.358)	650.230
Papel comercial	285.358	-	-	(998)	284.360
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Acções de empresas:					
Nacionais	5.592	2	(31)	(321)	5.242
Estrangeiros	2.186	706	-	(788)	2.104
Unidades de participação	11.116	261	(550)	(3.231)	7.596
	<u>3.129.581</u>	<u>3.056</u>	<u>(59.260)</u>	<u>(32.580)</u>	<u>3.040.797</u>

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

	Dez 2008				Valor de balanço Euros '000
	Custo ⁽¹⁾ Euros '000	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade Euros '000	
		Positiva Euros '000	Negativa Euros '000		
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	4	-	-	-	4
Estrangeiros	1.076	-	(38)	-	1.038
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	1.032.662	79	(2.266)	(189)	1.030.286
Estrangeiros	774.716	346	(45.927)	(25.929)	703.206
Papel comercial	138.153	-	-	(998)	137.155
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Acções de empresas					
Nacionais	5.334	-	(23)	(91)	5.220
Estrangeiros	2.246	-	-	(810)	1.436
Unidades de participação	11.208	35	(270)	(3.211)	7.762
	<u>1.965.399</u>	<u>460</u>	<u>(48.524)</u>	<u>(31.228)</u>	<u>1.886.107</u>

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

Conforme descrito na política contabilística apresentada na nota 1.5 a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo as variações de justo valor registadas por contrapartida de capitais próprios, conforme nota 38.

Os movimentos por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
<i>Imparidade para títulos:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	31.228	11.403
Dotação do período	1.443	2.756
Reversão do período	(69)	(9)
Utilizações	(22)	-
Transferências	-	20
	32.580	14.170

Durante o primeiro semestre de 2009, e conforme referido na nota 1.5, foram reconhecidas perdas por imparidade, no montante de Euros 1.352.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 19.825.000), associadas a títulos de rendimento fixo em resultado da queda prolongada do valor da sua cotação.

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 30 de Junho de 2009, é a seguinte:

	Jun 2009				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	-	-	20.258	-	20.258
Estrangeiros	-	-	955	-	955
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	-	11.562	2.058.490	-	2.070.052
Estrangeiros	29.719	114.620	495.323	10.568	650.230
Papel comercial	252.941	31.419	-	-	284.360
	282.660	157.601	2.575.026	10.568	3.025.855
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Acções de empresas:					
Nacionais	-	-	2.756	2.486	5.242
Estrangeiras	-	-	-	2.104	2.104
Unidades de participação	-	-	-	7.596	7.596
	-	-	2.756	12.186	14.942
	282.660	157.601	2.577.782	22.754	3.040.797

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	Dez 2008				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	-	-	-	4	4
Estrangeiros	-	-	1.038	-	1.038
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	-	-	1.025.261	5.025	1.030.286
Estrangeiros	29.257	71.136	590.959	11.854	703.206
Papel comercial	101.280	35.875	-	-	137.155
	130.537	107.011	1.617.258	16.883	1.871.689
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Acções de empresas:					
Nacionais	-	-	2.757	2.463	5.220
Estrangeiras	-	-	-	1.436	1.436
Unidades de participação	-	1.852	-	5.910	7.762
	-	1.852	2.757	9.809	14.418
	130.537	108.863	1.620.015	26.692	1.886.107

A CEMG reconhece imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda sempre que se verifique uma quebra prolongada ou significativa no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta avaliação implica julgamento, no qual a CEMG tem em consideração entre outros factores, a volatilidade dos preços dos títulos.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros, os seguintes factores foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade:

- Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% (20% em Junho de 2008) face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses (6 meses em Junho de 2008);
- Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Conforme descrito na política contabilística apresentada na nota 1.5 a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida da reserva de justo valor e de imparidade nos montantes de Euros 56.204.000 e de Euros 32.580.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 48.064.000 e de Euros 31.228.000), respectivamente.

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	Jun 2009			Dez 2008		
	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>						
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	20.258	-	20.258	4	-	4
Estrangeiros	955	-	955	1.038	-	1.038
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	31.017	2.039.035	2.070.052	31.227	999.059	1.030.286
Estrangeiros	581.729	68.501	650.230	700.596	2.610	703.206
Papel comercial	-	284.360	284.360	-	137.155	137.155
<i>Títulos de rendimento variável:</i>						
Acções de empresas:						
Nacionais	434	4.808	5.242	166	5.054	5.220
Estrangeiros	1.806	298	2.104	1.278	158	1.436
Unidades de participação	6.145	1.451	7.596	7.762	-	7.762
	642.344	2.398.453	3.040.797	742.071	1.144.036	1.886.107

23 Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Activo:</i>		
Swap de taxa de juro	5.829	4.759
Swap cambial	4.263	2.968
	10.092	7.727
<i>Passivo:</i>		
Swap de taxa de juro	488	1.008
Swap cambial	81	226
	569	1.234

A CEMG contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se a CEMG está exposta às variações de justo valor, ou a variações de *cash-flows* ou se encontra perante coberturas de transacções futuras.

A CEMG realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

O ajustamento efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Recursos de outras instituições de crédito	2.637	(1.510)
Responsabilidades representadas por títulos	3.938	(796)
Recursos de clientes	919	897
	<u>7.494</u>	<u>(1.409)</u>

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 30 de Junho de 2009, é a seguinte:

	Jun 2009							
	Nacionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total	Inferior a três Meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
<i>Swap</i> de taxa de juro	-	84.000	183.000	267.000	-	4.983	3.948	8.931
<i>Swap</i> cambial	-	35.118	-	35.118	-	592	-	592
	<u>-</u>	<u>119.118</u>	<u>183.000</u>	<u>302.118</u>	<u>-</u>	<u>5.575</u>	<u>3.948</u>	<u>9.523</u>

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	Dez 2008							
	Nacionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
<i>Swap</i> de taxa de juro	-	-	204.000	204.000	-	-	3.751	3.751
<i>Swap</i> cambial	-	34.405	-	34.405	-	2.742	-	2.742
	<u>-</u>	<u>34.405</u>	<u>204.000</u>	<u>238.405</u>	<u>-</u>	<u>2.742</u>	<u>3.751</u>	<u>6.493</u>

As operações de cobertura de justo valor em 30 de Junho de 2009 podem ser analisadas como segue:

Jun 2009							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional Euros '000	Justo valor do derivado ⁽²⁾ Euros '000	Var. justo valor do derivado no ano Euros '000	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾ Euros '000	Varição do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾ Euros '000
<i>Swap</i> de taxa de juro	Títulos	Taxa de juro	63.000	32	(32)	-	-
<i>Swap</i> de taxa de juro	Depósitos de clientes	Taxa de juro	84.000	1.683	(1.683)	919	423
<i>Swap</i> de taxa de juro	Recursos	Taxa de juro	120.000	3.627	(3.470)	2.637	213
<i>Swap</i> de taxa de juro	EMTN	Taxa de juro	-	-	3.593	-	-
<i>Swap</i> cambial	Emissão de dívida	Taxa de juro	35.118	4.181	(1.439)	3.938	927
			302.118	9.523	(3.031)	7.494	1.563

(1) Atribuível ao risco coberto.

(2) Inclui o juro corrido.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2008 podem ser analisadas como segue:

Dez 2008							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional Euros '000	Justo valor do derivado ⁽²⁾ Euros '000	Var. justo valor do derivado no ano Euros '000	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾ Euros '000	Varição do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾ Euros '000
<i>Swap</i> de taxa de juro	Depósitos de clientes	Taxa de juro	84.000	157	1.497	496	1.717
<i>Swap</i> de taxa de juro	Recursos	Taxa de juro	120.000	3.594	1.991	2.424	1.818
<i>Swap</i> de taxa de juro	EMTN	Taxa de juro	-	-	(2.452)	-	380
<i>Swap</i> cambial	Emissão de dívida	Taxa de juro	34.405	2.742	(259)	3.011	(63)
			238.405	6.493	777	5.931	3.852

(1) Atribuível ao risco coberto.

(2) Inclui o juro corrido.

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados de exercício na rubrica Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

24 Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>		
Obrigações de emissores públicos nacionais	24.840	24.977
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	15.100	14.935
	39.940	39.912

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentado na nota 41.

A CEMG avaliou com referência a 30 de Junho de 2009, a existência de evidência objectiva da imparidade na sua carteira de investimentos detida até à maturidade, não tendo verificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 30 de Junho de 2009, como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Euros '000
OT - Setembro 98/2013	Maio, 1998	Setembro, 2013	Taxa fixa de 5,450%	99
OT - Julho 99/2009	Janeiro, 1999	Julho, 2009	Taxa fixa de 3,950%	6.377
OT - Junho 02/2012	Fevereiro, 2002	Junho, 2012	Taxa fixa de 5,000%	102
OT - Maio 00/2010	Janeiro, 2000	Maio, 2010	Taxa fixa de 5,850%	6.286
OT - Junho 01/2011	Março, 2001	Junho, 2011	Taxa fixa de 5,150%	1.034
OT - Outubro 05/2015	Julho, 2005	Outubro, 2015	Taxa fixa de 3,350%	6.164
OT - Abril 05/2011	Novembro, 2005	Abril, 2011	Taxa fixa de 3,200%	4.778
Buoni Poliennali Del Tes.06/2011	Março, 2006	Março, 2011	Taxa fixa de 3,500%	2.976
Netherlands Government 05/15	Junho, 2005	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,250%	5.028
Republic of Austria 04/15	Julho, 2004	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,500%	2.035
Belgium Kingdom 05/15	Março, 2005	Setembro, 2015	Taxa fixa de 3,750%	2.045
Buoni Poliennali Del Tes.05/2015	Maio, 2005	Agosto, 2015	Taxa fixa de 3,750%	2.007
Buoni Poliennali Del Tes.05/2010	Janeiro, 2005	Janeiro, 2010	Taxa fixa de 3,000%	1.009
				39.940

A análise dos investimentos detidos até a maturidade por prazo remanescente, a 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 é a seguinte:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Até 3 meses	6.377	-
3 meses até 1 ano	7.295	6.280
1 ano até 5 anos	8.989	16.631
Mais de 5 anos	17.279	17.001
	<u>39.940</u>	<u>39.912</u>

25 Investimentos em associadas e outras

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Participações financeiras em associadas e outras - Não cotadas:</i>		
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	7.001	7.001
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	10.816	10.816
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	9.530	9.530
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	3.200	3.200
Norfin - Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	50	50
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	29
	<u>30.597</u>	<u>30.626</u>

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

	<u>Número de acções</u>	<u>Participação directa no capital</u>	<u>Valor nominal unitário Euros</u>	<u>Custo da participação Euros '000</u>
30 de Junho de 2009				
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	77.200	100,00%	90,69	7.001
Lusitania - Companhia de Seguros, S.A.	1.312.420	26,25%	5,00	10.816
Lusitania Vida - Companhia de Seguros, S.A.	314.736	39,34%	25,00	9.530
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	400.000	20,00%	5,00	3.200
Norfin - Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	9.900	9,90%	5,00	50
				<u>30.597</u>
31 de Dezembro de 2008				
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	77.200	100,00%	90,69	7.001
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	1.312.420	26,25%	5,00	10.816
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	314.736	39,34%	25,00	9.530
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	400.000	20,00%	5,00	3.200
Norfin - Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	9.900	9,90%	5,00	50
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	1.000	28,90%	1,00	29
				<u>30.626</u>

26 Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Custo:</i>		
Imóveis:		
De serviço próprio	63.413	63.413
Obras em imóveis arrendados	30.898	30.730
Imobilizado em curso	139	120
Equipamento:		
Mobiliário e material	10.471	10.326
Máquinas e ferramentas	2.075	2.125
Equipamento informático	47.397	43.405
Instalações interiores	26.946	26.696
Equipamento de transporte	676	676
Equipamento de segurança	3.520	3.202
Património artístico	985	478
Activos em locação operacional	2.713	2.226
Outras imobilizações corpóreas	31	31
Imobilizações em curso	2.019	495
	<u>191.283</u>	<u>183.923</u>
<i>Depreciações acumuladas:</i>		
Relativas ao período corrente	(5.297)	(1.496)
Relativas a exercícios anteriores	(98.076)	(96.580)
	<u>(103.373)</u>	<u>(98.076)</u>
	<u><u>87.910</u></u>	<u><u>85.847</u></u>

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o primeiro semestre de 2009, são analisados como segue:

Jun 2009					
	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 30 de Junho Euros '000
<i>Custo:</i>					
<i>Imóveis:</i>					
De serviço próprio	63.413	-	-	-	63.413
Obras em imóveis arrendados	30.730	425	-	(257)	30.898
Imobilizado em curso	120	44	-	(25)	139
<i>Equipamento:</i>					
Mobiliário e material	10.326	286	(141)	-	10.471
Máquinas e ferramentas	2.125	22	(72)	-	2.075
Equipamento informático	43.405	3.996	(4)	-	47.397
Instalações interiores	26.696	225	-	25	26.946
Equipamento de transporte	676	-	-	-	676
Equipamento de segurança	3.202	332	(14)	-	3.520
Património artístico	478	507	-	-	985
Activos em locação operacional	2.226	516	(29)	-	2.713
Outras imobilizações corpóreas	31	-	-	-	31
Imobilizações em curso	495	1.267	-	257	2.019
	<u>183.923</u>	<u>7.620</u>	<u>(260)</u>	<u>-</u>	<u>191.283</u>
<i>Depreciações acumuladas:</i>					
<i>Imóveis:</i>					
De serviço próprio	14.827	500	-	-	15.327
Obras em imóveis arrendados	19.785	1.133	-	-	20.918
<i>Equipamento:</i>					
Mobiliário e material	7.433	311	(134)	-	7.610
Máquinas e ferramentas	1.923	50	(72)	-	1.901
Equipamento informático	32.168	2.587	-	-	34.755
Instalações interiores	18.385	646	-	-	19.031
Equipamento de transporte	664	4	-	-	668
Equipamento de segurança	2.615	97	(15)	-	2.697
Activos em locação operacional	276	197	(7)	-	466
	<u>98.076</u>	<u>5.525</u>	<u>(228)</u>	<u>-</u>	<u>103.373</u>

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2008, são analisados como segue:

Dez 2008					
	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
<i>Custo:</i>					
Imóveis:					
De serviço próprio	63.413	-	-	-	63.413
Obras em imóveis arrendados	33.900	328	(7.798)	4.300	30.730
Imobilizado em curso	105	15	-	-	120
Equipamento:					
Mobiliário e material	9.356	1.200	(230)	-	10.326
Máquinas e ferramentas	2.358	73	(306)	-	2.125
Equipamento informático	36.572	6.833	-	-	43.405
Instalações interiores	25.176	311	(25)	1.234	26.696
Equipamento de transporte	1.133	-	(457)	-	676
Equipamento de segurança	2.835	377	(10)	-	3.202
Património artístico	474	4	-	-	478
Activos em locação operacional	775	1.451	-	-	2.226
Outras imobilizações corpóreas	31	-	-	-	31
Imobilizações em curso	1.373	4.656	-	(5.534)	495
	<u>177.501</u>	<u>15.248</u>	<u>(8.826)</u>	<u>-</u>	<u>183.923</u>
 <i>Depreciações acumuladas:</i>					
Imóveis:					
De serviço próprio	13.827	1.000	-	-	14.827
Obras em imóveis arrendados	25.277	2.303	(7.795)	-	19.785
Equipamento:					
Mobiliário e material	6.948	611	(126)	-	7.433
Máquinas e ferramentas	2.123	106	(306)	-	1.923
Equipamento informático	28.246	3.922	-	-	32.168
Instalações interiores	16.529	1.881	(25)	-	18.385
Equipamento de transporte	1.106	15	(457)	-	664
Equipamento de segurança	2.481	144	(10)	-	2.615
Activos em locação operacional	43	233	-	-	276
	<u>96.580</u>	<u>10.215</u>	<u>(8.719)</u>	<u>-</u>	<u>98.076</u>

27 Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Custo:</i>		
<i>Software</i>	48.363	44.988
Adiantamentos por conta de imobilizações	3.291	2.331
	<u>51.654</u>	<u>47.319</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>		
Relativas ao período corrente	(3.899)	(8.152)
Relativas a exercícios anteriores	(32.543)	(24.391)
	<u>(36.442)</u>	<u>(32.543)</u>
	<u>15.212</u>	<u>14.776</u>

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o primeiro semestre de 2009, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 30 de Junho Euros '000
<i>Custo:</i>					
<i>Software</i>	44.988	3.777	-	(402)	48.363
Adiantamentos por conta de imobilizações	2.331	558	-	402	3.291
	<u>47.319</u>	<u>4.335</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>51.654</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>					
<i>Software</i>	32.543	3.899	-	-	36.442

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o exercício de 2008, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
<i>Custo:</i>					
Trespases	33	-	-	(33)	-
<i>Software</i>	36.667	7.737	-	584	44.988
Adiantamentos por conta de imobilizações	1.310	1.748	-	(727)	2.331
	<u>38.010</u>	<u>9.485</u>	<u>-</u>	<u>(176)</u>	<u>47.319</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>					
<i>Software</i>	24.391	8.152	-	-	32.543

28 Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Aplicações por recuperação de crédito e outros activos	121.798	116.180
Bonificações a receber do Estado Português	18.952	20.468
Outros devedores	21.643	17.279
Outros proveitos a receber	6.750	6.442
Despesas com custo diferido	33.025	36.669
Contas diversas	85.469	23.531
	<hr/> 287.637	<hr/> 220.569
Imparidade para aplicações por recuperação de crédito	(24.781)	(23.868)
Imparidade para bonificações	(3.473)	(3.473)
	<hr/> <hr/> 259.383	<hr/> <hr/> 193.228

De acordo com o definido na política contabilística 1.9, a rubrica Aplicações por recuperação de crédito inclui imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respectiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome da CEMG; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora (dação pro-solvendo).

A rubrica Aplicações por recuperação de crédito inclui o montante de Euros 115.399.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 109.774.000) relativo aos imóveis recebidos pela CEMG por arrematação ou dação em cumprimento de créditos e cuja mensuração é efectuada de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.9.

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, as rubricas relativas às responsabilidades da CEMG com pensões de reforma, incluídas na rubrica Contas diversas, são analisadas como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Responsabilidade por benefícios projectados	535.846	514.212
Valor do Fundo	(453.416)	(436.148)
	<hr/> 82.430	<hr/> 78.064
Perdas actuariais		
Corredor	84.094	81.931
Acima do corredor	1.757	29
	<hr/> 85.851	<hr/> 81.960
	<hr/> <hr/> (3.421)	<hr/> <hr/> (3.896)

O valor do corredor e das perdas actuariais foram determinadas em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1.14.

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português, no montante de Euros 18.952.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 20.468.000) corresponde às bonificações referentes a contratos de crédito à habitação, de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados mensalmente.

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	6.381	4.194
Bonificações processadas e ainda não reclamadas	7.204	9.219
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	5.367	7.055
	<u>18.952</u>	<u>20.468</u>

A rubrica Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas inclui, em 30 de Junho de 2009 e em 31 de Dezembro de 2008, um montante de Euros 3.473.000 não reconhecido pela Direcção Geral do Tesouro, estando este totalmente provisionado na rubrica Imparidade para bonificações.

A rubrica Despesas com custo diferido inclui, em 30 de Junho de 2009, o montante de Euros 31.111.000 (31 de Dezembro de 2008: 35.127.000) referente ao valor ainda não diferido do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de Janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 relativamente ao apuramento do valor actuarial das responsabilidades do fundo de pensões. Neste caso é aplicado um diferimento de cinco anos ou sete anos conforme se trate de benefícios de saúde ou outros benefícios, conforme a política contabilística descrita na nota 1.14.

Os movimentos de imparidade para aplicações por recuperação de crédito são analisados como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
<i>Imparidade para aplicações por recuperação de crédito:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	23.868	19.397
Dotação do período	915	3.049
Reversão do período	(2)	-
Utilização de imparidade	-	-
Saldo em 30 de Junho	<u>24.781</u>	<u>22.446</u>

29 Recursos de bancos centrais

Esta rubrica em 30 de Junho de 2009 regista o montante de Euros 800.122.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 852.803.000) referente aos títulos vendidos, com acordo de recompra (“repos”) por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação, que não são desreconhecidos do balanço.

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Até 3 meses	800.122	751.544
3 meses até 6 meses	-	101.259
	<u>800.122</u>	<u>852.803</u>

30 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009			Dez 2008		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Recursos de instituições de crédito no país	-	65.177	65.177	-	106.829	106.829
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	4.131	844.288	848.419	4.777	961.516	966.293
	<u>4.131</u>	<u>909.465</u>	<u>913.596</u>	<u>4.777</u>	<u>1.068.345</u>	<u>1.073.122</u>

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Até 3 meses	304.863	538.686
3 meses até 6 meses	-	53.109
6 meses a 1 ano	91.850	116
1 ano até 5 anos	297.804	306.446
Mais de 5 anos	211.890	172.341
	<u>906.407</u>	<u>1.070.698</u>
Correcções de valor por operações de cobertura	7.189	2.424
	<u>913.596</u>	<u>1.073.122</u>

31 Recursos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2009			Dez 2008		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
	Euros '000					
Depósitos à ordem	1.938.204	-	1.938.204	1.877.502	-	1.877.502
Depósitos a prazo (*)	-	6.241.874	6.241.874	-	5.449.219	5.449.219
Depósitos de poupança (*)	-	548.475	548.475	-	681.082	681.082
Outros débitos	193	-	193	177	-	177
Correcções de valor por operações de cobertura	1.881	-	1.881	1.262	-	1.262
	<u>1.940.278</u>	<u>6.790.349</u>	<u>8.730.627</u>	<u>1.878.941</u>	<u>6.130.301</u>	<u>8.009.242</u>

Observações: (*) Depósitos estruturados para os quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na nota 23 e na política contabilística 1.3.

Em 30 de Junho de 2009, esta rubrica inclui Euros 128.800.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 210.869.000) de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso n.º 11/94 do Banco de Portugal.

A análise da rubrica Recursos de clientes pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Depósitos à ordem</i>	1.938.204	1.877.502
<i>Depósitos a prazo e de poupança:</i>		
Até 3 meses	1.578.037	1.270.016
3 meses até 6 meses	2.881.881	2.902.217
6 meses até 1 ano	779.726	906.440
1 ano até 5 anos	-	962.587
Mais de 5 anos	1.550.705	89.041
	<u>8.728.553</u>	<u>8.007.803</u>
Correcções de valor por operações de cobertura	1.881	1.262
	<u>8.730.434</u>	<u>8.009.065</u>
<i>Outros recursos:</i>		
Até 3 meses	193	177
	<u>8.730.627</u>	<u>8.009.242</u>

32 Responsabilidades representadas por títulos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, decompõe-se como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Euro Medium Term Notes</i>	3.524.175	3.705.944
Obrigações de Caixa	826.990	964.998
	<u>4.351.165</u>	<u>4.670.942</u>

Durante o primeiro semestre de 2009, a CEMG procedeu à emissão de Euros 34.650.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 149.700.000) de títulos, tendo sido reembolsados Euros 248.060.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 703.427.000).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 30 de Junho de 2009 e a 31 de Dezembro de 2008, é como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Até 6 meses	967.254	188.762
6 meses até 1 ano	2.698.426	988.413
1 ano até 5 anos	358.354	3.094.029
Mais de 5 anos	300.272	382.690
	<u>4.324.306</u>	<u>4.653.894</u>
Correcções de valor por operações de cobertura	26.859	17.048
	<u>4.351.165</u>	<u>4.670.942</u>

As emissões ocorridas no primeiro semestre de 2009, são como segue:

<u>Descrição da emissão</u>	<u>Data de Emissão</u>	<u>Data de reembolso</u>	<u>Taxa de juro</u>	<u>2009</u> <u>Euros '000</u>
Obr. caixa – Capitais de Reforma de Prazo Certo – Fevereiro 2009-2014	Fev. 2009	Fev. 2014	Taxa fixa anual de 3,8% (2º ao 5º ano Euribor 3m + 0,84%)	15.000
Obr. caixa – Capitais de Reforma de Prazo Certo – Março 2009-2014	Mar. 2009	Mar. 2014	Taxa fixa anual de 3,5% (2º ao 5º ano Euribor 3m + 0,80%)	19.000
Obr. caixa – Montepio Taxa Fixa 3 Anos – 25/05/2012	Mai. 2009	Mai. 2012	Taxa fixa anual de 2% (2º ano taxa fixa de 3% e 3º ano taxa fixa de 4%)	650
				<u>34.650</u>

O justo valor da rubrica Responsabilidades representadas por títulos apresenta-se na nota 41.

Esta rubrica inclui Euros 1.055.173.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 1.448.619.000) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

Em 30 de Junho de 2009, os empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados e antecipados, sendo as suas taxas efectivas compreendidas entre 3,102% e 6,417%.

Os reembolsos ocorridos no decurso do primeiro semestre de 2009 são analisados como segue:

<u>Descrição da emissão</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Data de reembolso</u>	<u>Taxa de juro</u>	<u>Montante de reembolso Euros '000</u>
<i>Empréstimos Obrigacionistas:</i>				
Obrigações CEMG - 2004	Mar. 04	Mar.09	Taxa variável	10.360
Obrigações CEMG - 2007	Mar. 07	Mar.09	Taxa variável	50.000
				60.360
<i>Obrigações de Caixa:</i>				
MG Aforro 2006 – 1ª série	Fev.06	Fev.09	Taxa variável	40.000
MG Aforro 2006 – 2ª série	Fev.06	Fev.09	Taxa variável	17.000
MG Aforro especial –3 anos –Fev/06	Fev.06	Fev.09	Taxa variável	9.000
MG Aforro 2006 – 3ª série	Mar.06	Mar.09	Taxa variável	17.000
MG Aforro 2006 – 4ª série	Mar.06	Mar.09	Taxa variável	23.000
MG Aforro 2006 – 5ª série	Abr.06	Abr.09	Taxa variável	20.000
MG Aforro 2006 – 6ª série	Mai.06	Mai.09	Taxa variável	20.000
MG Commodities	Mai.06	Mai.09	Taxa fixa anual de 3,75%	4.700
MG Valor Imobiliário	Mai.06	Mai.09	Taxa fixa anual de 1%	2.000
MG Aforro 2006 – 7ª série	Jun.06	Jun.09	Taxa variável	25.000
Obr. caixa – Montepio Portugal Dinâmico	Abr.07	Abr.09	Taxa fixa anual de 3,35%	10.000
				187.700
				248.060

As responsabilidades representadas por títulos com vencimento no decurso do segundo semestre de 2009 ascendem a Euros 727.876.000.

33 Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>Jun 2009</u> <u>Euros '000</u>	<u>Dez 2008</u> <u>Euros '000</u>
Provisões para riscos gerais de crédito	100.824	101.240
Provisões para outros riscos e encargos	1.714	1.668
	102.538	102.908

Os movimentos da provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
<i>Provisões para riscos gerais de crédito:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	101.240	96.983
Dotação do período	22.247	26.428
Reversão do período	(22.663)	(24.017)
Saldo em 30 de Junho	<u>100.824</u>	<u>99.394</u>

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos avisos n.º 3/95, de 30 de Junho de 1995, n.º 2/99, de 15 de Janeiro de 1999, e n.º 8/03 de 30 de Janeiro de 2003 do Banco de Portugal, conforme referido na nota 1.4.

Os movimentos da provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Jun 2008 Euros '000
<i>Provisão para outros riscos e encargos:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	1.668	1.737
Dotação do período	46	174
Reversão do período	-	(63)
Utilização de provisões	-	(208)
Saldo em 30 de Junho	<u>1.714</u>	<u>1.640</u>

Estas provisões foram efectuadas tendo como base a probabilidade de ocorrência de certas contingências relacionadas com a actividade da CEMG.

34 Outros passivos subordinados

Em 30 de Junho de 2009, esta rubrica regista o montante de Euros 381.870.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 386.872.000) referente a obrigações de prazo determinado com um prazo residual superior a cinco anos.

Em 30 de Junho de 2009, as principais características dos Outros passivos subordinados são analisadas como segue:

<u>Descrição da emissão</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Maturidade</u>	<u>Valor de emissão Euros '000</u>	<u>Taxa de juro</u>	<u>Valor de balanço Euros '000</u>
<i>Obrigações de prazo determinado:</i>					
CEMG/06	Abr. 2006	Abr. 2016	50.000	Euribor 3 meses + 0,45%	50.108
CEMG/08	Fev. 2008	Fev. 2018	150.000	Euribor 6 meses + 0,13%	150.033
CEMG/08	Jun. 2008	Jun. 2018	28.000	Euribor 12 meses + 0,10%	29.483
CEMG/08	Jul. 2008	Jul. 2018	150.000	Euribor 6 meses + 0,13%	152.246
					381.870

O justo valor da carteira de Outros passivos subordinados encontra-se apresentada na nota 41.

Em 30 de Junho de 2009, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais e semestrais postecipados, sendo as suas taxas de juro efectivas compreendidas entre 2,96% e 6,42%.

35 Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>Jun 2009</u> <u>Euros '000</u>	<u>Dez 2008</u> <u>Euros '000</u>
Credores:		
Fornecedores	12.011	8.067
Outros credores	98.854	27.809
Sector público administrativo	8.921	10.393
Passivos financeiros associados		
a activos transferidos	2.369.129	1.450.122
Férias e subsídio de férias a pagar	20.273	19.826
Outros custos a pagar	73	450
Receitas antecipadas	607	647
Operações sobre títulos a liquidar	78.058	6.154
Contas diversas	36.406	43.849
	2.624.332	1.567.317

A rubrica Passivos financeiros associados a activos transferidos refere-se a operações de titularização celebradas entre a CEMG e outras instituições financeiras, que não foram objecto de desreconhecimento de acordo com a IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O detalhe das operações de titularização encontra-se analisado na nota 44.

36 Capital

Em 31 de Março de 2009, na sequência da deliberação da Assembleia Geral da CEMG, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de Euros 100.000.000, por entrada de numerário.

Após esta operação, o capital institucional da CEMG, que se encontra integralmente realizado, passou a ser de Euros 760.000.000, pertencendo na sua totalidade ao Montepio Geral – Associação Mutualista.

37 Reserva geral e especial

As reservas geral e especial são constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio. A reserva geral destina-se a fazer face a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias.

Nos termos da legislação portuguesa, a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva geral com pelo menos 20% dos lucros líquidos anuais. O limite para formação da reserva geral é de 25% da totalidade dos depósitos. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

A reserva especial destina-se a suportar prejuízos resultantes das operações correntes. Nos termos da legislação portuguesa a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva especial com pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos e para aumentar o capital.

38 Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>Jun 2009</u> <u>Euros '000</u>	<u>Dez 2008</u> <u>Euros '000</u>
<i>Outro rendimento integral:</i>		
Reservas de justo valor		
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	(56.204)	(48.064)
<i>Reservas e resultados transitados:</i>		
Reserva geral	163.130	156.067
Reserva especial	62.554	60.788
Outras reservas	8.404	8.404
Resultados transitados	(4.016)	(15.210)
	<u>230.072</u>	<u>210.049</u>

A rubrica Outro rendimento integral inclui proveitos e custos que, de acordo com o definido nas NCA's, são reconhecidos na situação líquida.

A movimentação da reserva de justo valor em instrumentos financeiros disponíveis para venda durante o primeiro semestre de 2009 e de 2008 diz respeito a reservas de reavaliação do período.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do período e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1.5.

A movimentação durante o primeiro semestre de 2009 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no período Euros '000	Saldo em 30 de Junho Euros '000
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>						
Obrigações de emissores públicos nacionais	(38)	(5)	223	-	-	180
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	(2.187)	644	357	7	(695)	(1.874)
Estrangeiros	(45.581)	(11.209)	692	1.628	(429)	(54.899)
	<u>(47.806)</u>	<u>(10.570)</u>	<u>1.272</u>	<u>1.635</u>	<u>(1.124)</u>	<u>(56.593)</u>
<i>Títulos de rendimento variável:</i>						
Acções de empresas						
Nacionais	(23)	228	(5)	1	(230)	(29)
Estrangeiras	-	544	140	-	22	706
Unidades de participação	(235)	(39)	-	5	(19)	(288)
	<u>(258)</u>	<u>733</u>	<u>135</u>	<u>6</u>	<u>(227)</u>	<u>389</u>
	<u>(48.064)</u>	<u>(9.837)</u>	<u>1.407</u>	<u>1.641</u>	<u>(1.351)</u>	<u>(56.204)</u>

A movimentação durante o ano de 2008 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>						
Obrigações de emissores públicos nacionais	(64)	(23)	-	49	-	(38)
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	(173)	(1.799)	-	(26)	(189)	(2.187)
Estrangeiros	(8.524)	(20.170)	(370)	(891)	(15.626)	(45.581)
	<u>(8.761)</u>	<u>(21.992)</u>	<u>(370)</u>	<u>(868)</u>	<u>(15.815)</u>	<u>(47.806)</u>
<i>Títulos de rendimento variável:</i>						
Acções de empresas						
Nacionais	-	37	(23)	-	(37)	(23)
Estrangeiras	(30)	762	-	30	(762)	-
Unidades de participação	818	2.902	(50)	(694)	(3.211)	(235)
	<u>788</u>	<u>3.701</u>	<u>(73)</u>	<u>(664)</u>	<u>(4.010)</u>	<u>(258)</u>
	<u>(7.973)</u>	<u>(18.291)</u>	<u>(443)</u>	<u>(1.532)</u>	<u>(19.825)</u>	<u>(48.064)</u>

A rubrica Resultados transitados inclui, em 30 de Junho de 2009, o montante de Euros 4.016.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 15.210.000) relativo à amortização dos ajustamentos de transição resultantes da adopção da IAS 19, conforme definido na política contabilística 1.14.

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	3.129.581	1.965.399
Imparidade acumulada reconhecida	(32.580)	(31.228)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	3.097.001	1.934.171
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	3.040.797	1.886.107
Ganhos / Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(56.204)	(48.064)

39 Contas extrapatrimoniais

Os saldos destas contas são analisados como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Garantias e avales prestados	453.509	431.209
Garantias e avales recebidos	29.501.132	30.265.782
Compromissos perante terceiros	1.196.441	1.377.791
Compromissos assumidos por terceiros	19.503	20.791
Activos cedidos em operações de titularização	357.321	389.662
Valores recebidos em depósito	5.509.607	5.510.251

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Garantias e avales prestados:</i>		
Garantias e avales	447.080	428.782
Créditos documentários abertos	6.429	2.427
	<u>453.509</u>	<u>431.209</u>

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte da CEMG.

	Jun 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
Compromissos irrevogáveis		
Contratos a prazo de depósitos	2.757	2.756
Linhas de crédito irrevogáveis	254.165	281.103
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o		
Fundo de Garantia de Depósitos	19.829	19.634
Responsabilidade potencial para com o Sistema		
de Indemnização aos Investidores	3.209	3.173
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	916.481	1.071.125
	1.196.441	1.377.791

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes da CEMG (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que a CEMG requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, refere-se ao compromisso irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, é relativo à obrigação irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Os instrumentos financeiros registados em contas de ordem estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados ao portfólio de crédito não se prevendo quaisquer perdas materiais nestas operações.

40 Distribuição de resultados

Em 31 de Março de 2009, de acordo com deliberação em Assembleia Geral, a CEMG distribuiu resultados ao Montepio Geral – Associação Mutualista no montante de Euros 11.272.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 25.758.000).

41 Justo valor

O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as actuais condições da política de *pricing* da CEMG.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Ignora, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico da CEMG.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

- *Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito*

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros.

- *Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Activos com Acordos de Recompra*

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

A taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pela CEMG em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual.

- *Activos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (excepto derivados) e Activos financeiros disponíveis para venda*

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito, determinado de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

No caso de acções não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

- *Derivados de cobertura e de negociação*

Os derivados de cobertura encontram-se contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados "ao balcão", aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinados por métodos de interpolação adequados.

As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

- *Créditos a clientes com maturidade definida*

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações, ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa média de desconto foi de 2,73% em 30 de Junho de 2009 e de 3,29% em Dezembro de 2008. Os cálculos efectuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

- *Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes*

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às actualmente praticadas, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Recursos de clientes*

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa média de desconto foi de 0,96% em Junho de 2009 e de 2,74% em Dezembro de 2008.

- *Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados*

Para estes instrumentos financeiros, foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram reflectidas em balanço. Os instrumentos que são a taxa fixa e para os quais a CEMG adopta contabilisticamente uma política de *hedge-accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos Clientes não institucionais da CEMG.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 30 de Junho de 2009, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas para no apuramento das curvas taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euros, Dólares Norte - Americanos, Libras Esterlinas e Coroa Checas utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros da CEMG:

	Moedas			
	Euros	Dólar Norte - Americano	Libra Esterlina	Coroa Checa
1 dia	1,048%	0,949%	1,050%	2,163%
7 dias	1,095%	0,967%	1,094%	2,212%
1 mês	1,176%	1,112%	1,314%	2,360%
2 meses	1,344%	1,256%	1,469%	2,496%
3 meses	1,550%	1,036%	1,627%	2,532%
6 meses	1,291%	2,035%	1,930%	2,491%
9 meses	1,666%	1,952%	2,274%	2,948%
1 ano	1,874%	1,476%	2,405%	2,647%
2 anos	2,788%	2,878%	3,833%	3,456%
3 anos	3,354%	3,618%	4,336%	3,933%
5 anos	4,002%	4,187%	4,485%	3,945%
7 anos	4,316%	4,404%	4,479%	4,347%
10 anos	4,458%	4,553%	4,105%	4,786%
15 anos	4,461%	4,250%	4,102%	4,414%
20 anos	3,732%	4,098%	4,100%	4,209%
30 anos	3,994%	4,164%	4,129%	4,295%

- *Câmbios e volatilidades cambiais*

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the Money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	Volatilidade (%)						
	Jun 2009	Dez 2008	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,4134	1,3917	12,60	13,12	13,60	13,73	13,80
EUR/GBP	0,8521	0,9525	10,70	10,90	11,20	11,20	11,35
EUR/CHF	1,5265	1,4850	4,77	4,40	4,15	4,10	4,02
EUR/JPY	135,51	126,14	15,40	16,10	16,45	16,75	17,00

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros da CEMG contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é analisada como segue:

	Jun 2009								
	Negociação	Designados ao justo valor	Detidos até a maturidade	Empréstimos e aplicações	Disponíveis para venda	Outros ao custo amortizado	Outros	Valor contabilístico	Justo valor
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Activos financeiros:</i>									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	88.951	-	-	-	88.951	88.951
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	105.680	-	-	-	105.680	105.680
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	650.232	-	-	-	650.232	650.232
Crédito a clientes	-	-	-	14.492.336	-	-	-	14.492.336	13.760.515
Activos financeiros detidos para negociação	69.795	-	-	-	-	-	-	69.795	69.795
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	3.939	-	-	-	-	-	3.939	3.939
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	3.040.797	-	-	3.040.797	3.040.797
Derivados de cobertura	10.092	-	-	-	-	-	-	10.092	10.092
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	39.940	-	-	-	-	39.940	39.940
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	-	-	-	30.597	30.597	30.597
	<u>79.887</u>	<u>3.939</u>	<u>39.940</u>	<u>15.337.199</u>	<u>3.040.797</u>	<u>-</u>	<u>30.597</u>	<u>18.532.359</u>	<u>17.800.538</u>
<i>Passivos financeiros:</i>									
Recursos de bancos Centrais	-	-	-	-	-	800.122	-	800.122	800.122
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	913.596	-	913.596	913.596
Recursos de clientes	-	-	-	-	-	8.730.627	-	8.730.627	8.860.363
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	4.351.165	-	4.351.165	4.393.065
Passivos financeiros detidos para negociação	25.726	-	-	-	-	-	-	25.726	25.376
Derivados de cobertura	569	-	-	-	-	-	-	569	569
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	381.870	-	381.870	338.703
	<u>26.295</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.177.380</u>	<u>-</u>	<u>15.203.675</u>	<u>15.331.794</u>

Caixa Económica Montepio Geral
Notas às Demonstrações Financeiras
Individuais Intercalares
30 de Junho de 2009

Dez 2008

	Designados ao justo valor	Detidos até a maturidade	Empréstimos e aplicações	Disponíveis para venda	Outros ao custo amortizado	Outros	Valor contabilístico	Justo valor
Negociação	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Activos financeiros:</i>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	254.742	-	-	-	254.742	254.742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	92.125	-	-	-	92.125	92.125
Aplicações em instituições de crédito	-	-	166.781	-	-	-	166.781	166.781
Crédito a clientes	-	-	14.724.822	-	-	-	14.724.822	15.089.645
Activos financeiros detidos para negociação	58.655	-	-	-	-	-	58.655	58.655
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	4.031	-	-	-	-	4.031	4.031
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	1.886.107	-	-	1.886.107	1.886.107
Derivados de cobertura	7.727	-	-	-	-	-	7.727	7.727
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	39.912	-	-	-	39.912	39.912
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	-	-	30.626	30.626	30.626
	<u>66.382</u>	<u>4.031</u>	<u>39.912</u>	<u>15.238.470</u>	<u>1.886.107</u>	<u>-</u>	<u>17.265.528</u>	<u>17.630.351</u>
<i>Passivos financeiros:</i>								
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	852.803	-	852.803	852.803
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	1.073.122	-	1.073.122	1.073.285
Recursos de clientes	-	-	-	-	8.009.242	-	8.009.242	8.086.797
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	4.670.942	-	4.670.942	4.643.065
Passivos financeiros detidos para negociação	37.643	-	-	-	-	-	37.643	37.643
Derivados de cobertura	1.234	-	-	-	-	-	1.234	1.234
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	386.872	-	386.872	367.676
	<u>38.877</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.992.981</u>	<u>-</u>	<u>15.031.858</u>	<u>15.062.503</u>

42 Benefícios a colaboradores

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT). Para a cobertura das suas responsabilidades são efectuadas contribuições para o “Fundo de Pensões” o qual é gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

No primeiro semestre de 2009, a CEMG reconheceu, como encargos com pensões de reforma o montante de Euros 12.458.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 36.811.000).

A análise do custo do exercício é apresentada como segue:

	Jun 2009				Jun 2008			
	Pensões de reforma	Subsídio por morte	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Subsídio por morte	Benefícios de saúde	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Custo dos serviços correntes	7.491	211	353	8.055	9.886	566	286	10.738
Custo dos juros	13.834	193	757	14.784	13.381	219	792	14.392
Rendimento esperado dos activos	(11.734)	(163)	(642)	(12.539)	(10.810)	(177)	(639)	(11.626)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	37	-	-	37	-	-	-	-
Reformas antecipadas	2.121	-	-	2.121	5.818	-	-	5.818
Custo do exercício	11.749	241	468	12.458	18.275	608	439	19.322

43 Transacções com partes relacionadas

À data de 30 de Junho de 2009, os débitos detidos pela CEMG sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes e Outros passivos subordinados são analisados como segue:

Empresa	Recursos de clientes Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Total Euros '000
Lusitania - Companhia de Seguros, S.A.	3.848	5.740	9.588
Lusitania Vida - Companhia de Seguros, S.A.	10.534	11.250	21.784
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	115	-	115
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	6	-	6
MG Gestão de Activos Financeiros - S.G.F.I.M., S.A.	44.487	-	44.487
Futuro - Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	134.109	-	134.109
Norfin - Sociedade Gestora de FIM, S.A.	1.398	-	1.398
Bolsimo – Gestão Imobiliária, Lda.	2.174	-	2.174
	196.671	16.990	213.661

À data de 31 de Dezembro de 2008, os débitos detidos pela CEMG sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes e Outros passivos subordinados são analisados como segue:

Empresa	Recursos de clientes Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	13.256	5.490	18.746
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	11.995	11.250	23.245
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	162	-	162
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	105	-	105
MG Gestão de Activos Financeiros - - S.G.F.I.M., S.A.	17.200	-	17.200
Futuro - Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	13.849	-	13.849
Norfin - Sociedade Gestora de FIM, S.A.	6.195	-	6.195
	62.762	16.740	79.502

À data de 30 de Junho de 2009, os proveitos da CEMG sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos similares e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresa	Juros e rendimentos similares Euros '000	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania - Companhia de Seguros, S.A.	72	2.194	2.266
Lusitania Vida - Companhia de Seguros, S.A.	123	2.333	2.456
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	2	5.696	5.698
MG Gestão de Activos Financeiros - - S.G.F.I.M., S.A.	2	1.387	1.389
Futuro - Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	-	1.493	1.493
Norfin - Sociedade Gestora de FIM, S.A.	-	208	208
	199	13.311	13.510

À data de 30 de Junho de 2008, os proveitos da CEMG sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos similares e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresa	Juros e rendimentos similares Euros '000	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania - Companhia de Seguros, S.A.	229	1.520	1.749
Lusitania Vida - Companhia de Seguros, S.A.	-	2.972	2.972
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	1	-	1
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	3	11.792	11.795
MG Gestão de Activos Financeiros - - S.G.F.I.M., S.A.	5	1.997	2.002
Futuro - Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	9	1.734	1.743
Norfin - Sociedade Gestora de FIM, S.A.	6	185	191
	253	20.200	20.453

44 Securitização de activos

Em 30 de Junho de 2009, existem cinco operações de titularização celebradas entre a CEMG e outras instituições financeiras que são apresentadas nos parágrafos seguintes.

Em 19 de Dezembro de 2002, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* (“SPV”) – *Pelican Mortgages No. 1 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 35 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 650.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,016% do par.

Em 29 de Setembro de 2003, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* (“SPV”) – *Pelican Mortgages No. 2 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 33 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 700.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0286% do par.

Em 30 de Março de 2008, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 3*. O prazo total da operação é de 47 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 750.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0165% do par.

Em 20 de Maio de 2008, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 4*. O prazo total da operação é de 48 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1.000.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,083% do par.

Em 25 de Março de 2009, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 5*. O prazo total da operação é de 52 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1.000.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0564% do par.

O *servicer* das operações é a Caixa Económica Montepio Geral, assumindo a cobrança dos créditos cedidos no âmbito da operação e canalizando os valores recebidos, por via da efectivação do devido depósito, para o *Pelican Mortgages No. 1 PLC* e para o *Pelican Mortgages No. 2 PLC*.

Até 31 de Dezembro de 2004, de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Banco de Portugal, os activos, créditos e títulos cedidos pela CEMG no âmbito das referidas operações de titularização foram desreconhecidos. Os títulos adquiridos no âmbito destas operações foram contabilizados como títulos de investimento e provisionados de acordo com as regras definidas pelo Aviso n.º 27/2000 do Banco de Portugal.

Em conformidade com a IFRS 1, o critério de desreconhecimento seguido nas demonstrações financeiras individuais da CEMG, não sofreu alterações para todas as operações realizadas até 1 de Janeiro de 2004. Todas as operações efectuadas a partir desta data terão que ser analisadas no âmbito das regras de desreconhecimento de acordo com a IAS 39, segundo o qual, se forem transferidos uma parte substancial dos riscos e benefícios associados aos activos ou se for transferido o controlo sobre os referidos activos, estes activos deverão ser desreconhecidos.

À data de 30 de Junho de 2009, as operações de titularização efectuadas pela CEMG são apresentadas como segue:

<u>Emissão</u>	<u>Data de início</u>	<u>Moeda</u>	<u>Activo cedido</u>	<u>Montante</u>
Pelican Mortgages No.1	Dezembro de 2002	Euros	Crédito imobiliário	650.000.000
Pelican Mortgages No.2	Setembro de 2003	Euros	Crédito imobiliário	700.000.000
Pelican Mortgages No.3	Março de 2007	Euros	Crédito imobiliário	750.000.000
Pelican Mortgages No.4	Maió de 2008	Euros	Crédito imobiliário	1.000.000.000
Pelican Mortgages No.5	Março de 2009	Euros	Crédito imobiliário	1.000.000.000
				4.100.000.000

O impacto das cedências de crédito no âmbito das operações de securitização, no activo da CEMG, na rubrica Crédito a clientes, pode ser analisado como segue:

	<u>Jun 2009</u> <u>Euros '000</u>	<u>Dez 2008</u> <u>Euros '000</u>
Pelican Mortgages No. 1	130.627	142.875
Pelican Mortgages No. 2	226.694	246.788
	357.321	389.663

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 30 de Junho de 2009, como segue:

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal	Valor nominal	Data de reembolso	Rating das obrigações		
		inicial Euros	actual Euros		Fitch	Moody's	S&P
Pelican Mortgages No. 1	Classe A	211.058.614	86.261.149	2037	AAA	Aaa	n.d.
	Classe B	16.250.000	16.250.000	2037	AAA	A2	n.d.
	Classe C	22.750.000	22.750.000	2037	BBB+	Baa2	n.d.
	Classe D	3.250.000	3.250.000	2037	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican Mortgages No. 2	Classe A	422.069.596	186.381.070	2036	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	17.500.000	17.500.000	2036	AAA	A1	AA-
	Classe C	22.750.000	22.750.000	2036	A-	Baa2	BBB
	Classe D	5.600.000	5.600.000	2036	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican Mortgages No. 3	Classe A	701.315.365	434.172.439	2054	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	14.250.000	11.209.718	2054	AA-	Aa2	AA-
	Classe C	12.000.000	9.439.762	2054	A-	A3	A
	Classe D	6.375.000	5.014.874	2054	BBB	Baa3	BBB
	Classe E	7.361.334	-	2054	BBB-	n.d.	BBB-
	Classe F	4.125.000	4.125.000	2054	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican Mortgages No. 4	Classe A	832.000.000	764.382.397	2056	AAA	Aaa	n.d.
	Classe B	55.500.000	55.500.000	2056	AA	Aa	n.d.
	Classe C	60.000.000	60.000.000	2056	A-	A-	n.d.
	Classe D	25.000.000	25.000.000	2056	BBB	Bbb	n.d.
	Classe E	27.500.000	27.500.000	2056	BB	Bb	n.d.
	Classe F	28.600.000	28.600.000	2056	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican Mortgages No. 5	Classe A	750.000.000	736.819.108	2061	AAA	n.d.	n.d.
	Classe B	195.000.000	195.000.000	2061	BBB-	n.d.	n.d.
	Classe C	27.500.000	27.500.000	2061	B	n.d.	n.d.
	Classe D	27.500.000	27.500.000	2061	n.d.	n.d.	n.d.
	Classe E	4.500.000	4.500.000	2061	n.d.	n.d.	n.d.
	Classe F	23.000.000	23.000.000	2061	n.d.	n.d.	n.d.

45 Débitos detidos pela CEMG sobre empresas coligadas

À data de 30 de Junho de 2009, os Débitos detidos pela CEMG sobre empresas coligadas, representadas ou não por títulos, incluídos na rubrica Recursos de outras instituições de crédito são analisados como segue:

	Recursos de outras IC's Euros '000
Banco MG – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	<u>286.948</u>

46 Transacções com empresas do Grupo

Os saldos e transacções mais significativas com empresas do Grupo estão discriminados nas notas correspondentes.

47 Gestão de riscos

O Grupo Montepio (“CEMG”) está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A política de gestão de risco da CEMG visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade da CEMG.

A análise e gestão dos riscos é efectuada de um modo integrado e numa óptica de Grupo, através da Direcção de Análise e Gestão de Riscos (“DAGR”), que inclui quatro departamentos:

- Departamento de Risco de Crédito;
- Departamento de Riscos de Mercado;
- Departamento de Risco Operacional;
- Departamento de Análise de Crédito a Empresas.

O Departamento de Análise de Crédito a Empresas iniciou a sua actividade em Dezembro de 2007, integrando a função de análise de crédito a empresas, com o objectivo de segregar de forma mais objectiva a análise de risco nas principais operações ou exposições da função comercial, em linha com as melhores práticas e as recomendações do Comité de Basileia, procedendo-se igualmente à simplificação de processos e ao reforço do papel do risco no *pricing* das operações. Durante o primeiro semestre de 2009, alargou-se o papel dos analistas de crédito com a preparação de uma *watchlist*, discutida semanalmente em Conselho de Crédito.

A DAGR assegura os reportes de solvabilidade, risco de contraparte e risco de taxa de juro, (no âmbito da instrução n.º 19/2005 do Banco de Portugal), assim como o reporte de *gaps* de liquidez, no âmbito do novo reporte de risco de liquidez exigido pelo Banco de Portugal desde Outubro de 2007.

Foram igualmente assegurados os reportes de Disciplina de Mercado e do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno (ICAAP) de acordo com o Aviso n.º 10/2007e Instrução n.º 15/2007 do Banco de Portugal, respectivamente.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade da CEMG cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela Direcção de Análise e Gestão de Riscos (“DAGR”), que analisa e assegura a gestão dos riscos, numa óptica de grupo.

A Direcção de Auditoria e Inspecção, como órgão de apoio ao Conselho de Administração, tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco de Portugal, de verificar o cumprimento e observância da legislação em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando ao Conselho de Administração as suas conclusões.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Sala de Mercados colabora com a DAGR, de forma a efectuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais da CEMG.

No que diz respeito ao risco de *compliance*, é da competência do *Head of Compliance*, na dependência do Conselho de Administração, assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a Direcção de Auditoria e Inspecção avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito - Retalho

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. De facto, a concessão de crédito a particulares obriga à submissão das propostas de crédito aos modelos de *scoring* reactivo existentes para as principais carteiras (crédito à habitação, crédito individual e cartões de crédito).

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. De modo a apoiar as estratégias comerciais, são também utilizados modelos de *scoring* comportamentais.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição da CEMG ao risco de crédito:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	105.680	92.125
Aplicações em instituições de crédito	650.232	166.781
Crédito a clientes	14.492.336	14.724.822
Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda	3.094.155	1.929.144
Derivados de cobertura	10.092	7.727
Investimentos detidos até à maturidade	39.940	39.912
Investimentos em associadas e outras	30.597	30.626
Outros activos	129.340	64.247
Garantias e avales prestados	453.509	431.209
Compromissos irrevogáveis	254.165	281.103
<i>Credit default swaps</i> (nocionais)	47.000	94.500
	<u>19.307.046</u>	<u>17.862.196</u>

No que respeita a risco de crédito, a carteira de activos financeiros manteve-se concentrada em obrigações *investment grade*, emitidas por instituições financeiras.

Durante o primeiro semestre de 2009, foram também abertas algumas posições em *credit default swaps* sobre emitentes *investment grade*, com o valor nocional das posições de compra e de venda de protecção a atingir no final do semestre Euros 26.500.000 e Euros 15.575.138, respectivamente.

Riscos Globais e em Activos Financeiros

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Activos e Passivos (“ALCO”), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à observância dos limites definidos para os *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* estáticos positivos de taxa de juro e de liquidez, de dimensão moderada, exceptuando-se naturalmente os meses em que ocorrem pagamentos relacionados com o serviço da dívida das obrigações emitidas. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de activos financeiros próprias e das diversas entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco, utilizando-se para o efeito a metodologia de *Value-at-Risk* (“*VaR*”).

As carteiras próprias encontram-se concentradas em títulos de dívida de taxa variável, exibindo por isso níveis de *VaR* muito reduzidos (o cálculo do *VaR* é efectuado com base na simulação histórica), sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um intervalo de confiança estatístico unilateral de 99%). Concomitantemente, a duração média da carteira manteve-se reduzida.

Atendendo à natureza da actividade de retalho, a instituição apresenta habitualmente *gaps* positivos de taxa de juro, que no final do primeiro semestre de 2009 atingiam, em termos estáticos, cerca de Euros 911.399.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 458.900.000) (considerando a globalidade dos prazos de refixação de taxas de juro).

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas, durante o primeiro semestre de 2009 e o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008:

	Jun 2009				Dez 2008			
	Junho	Média semestral	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Gap</i> de taxa de juro	911.399	685.149	911.399	458.900	458.900	739.400	1.019.900	458.900

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, a CEMG calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (“*BIS*”) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

	Até 3 meses Euros '000	3 a 6 meses Euros '000	De 6 meses a 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	Mais de 5 anos Euros '000
30 de Junho de 2009					
Activo	13.167.312	4.442.637	73.511	541.619	108.741
Fora de balanço	83.000	30.000	246.600	59.150	15.000
Total	13.250.312	4.472.637	320.111	600.769	123.741
Passivo	11.819.219	2.675.629	877.737	1.792.744	15.000
Fora de balanço	493.092	135.250	12.000	11.500	24.000
Total	12.312.311	2.810.879	889.737	1.804.244	39.000
<i>GAP</i> (Activos – Passivos)	938.001	1.661.758	(569.626)	(1.203.475)	84.741
31 de Dezembro de 2008					
Activo	10.723.517	3.944.496	43.111	467.267	82.450
Fora de balanço	143.500	3.000	192.752	103.500	76.020
Total	10.867.017	3.947.496	235.863	570.767	158.470
Passivo	9.733.744	2.380.049	731.452	1.880.616	76.020
Fora de balanço	269.771	245.000	-	-	4.000
Total	10.003.515	2.625.049	731.452	1.880.616	80.020
<i>GAP</i> (Activos – Passivos)	863.502	1.322.447	(495.589)	(1.309.849)	78.450

Análise de Sensibilidade

Face aos *gaps* de taxa de juro observados, em Junho de 2009, uma variação instantânea das taxas de juro em 100bp motivaria um aumento dos resultados em Euros 20.000.000 (31 de Dezembro de 2008: Euros 17.000.000).

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros da CEMG, para o período findo em 30 de Junho de 2009 e de 31 de Dezembro de 2008, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

Produtos	Jun 2009			Dez 2008		
	Saldo médio do período Euros '000	Taxa de juro média (%)	Proveitos / Custos Euros '000	Saldo médio do exercício Euros '000	Taxa de juro média (%)	Proveitos / Custos Euros '000
Aplicações						
Crédito a clientes	14.818.152	5,01	368.017	14.478.792	6,05	882.724
Disponibilidades	161.716	1,46	1.172	148.424	4,09	6.076
Carteira de Títulos	2.594.471	2,72	34.957	1.602.280	5,74	91.896
Aplicações interbancárias	211.415	1,14	1.197	488.560	3,68	18.003
Outras aplicações	-	-	-	2.217	5,24	116
<i>Swaps</i>	-	-	118.357	-	-	7.457
Total Aplicações	17.785.754		523.700	16.720.273		1.006.272
Recursos						
Depósitos de clientes	8.509.399	2,41	112.655	8.291.152	2,71	286.019
Recursos titulados	1.976.506	4,39	43.037	7.106.555	5,47	354.300
Recursos interbancários	922.822	1,98	9.048	551.699	4,35	23.979
Outros recursos	5.450.631	3,24	81.073	878	2,62	23
<i>Swaps</i>	-	-	95.815	-	-	8.182
Total Recursos	16.859.358		341.628	15.950.284		672.503

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos a 30 de Junho de 2009, por moeda, é analisado como segue:

	Jun 2009							
	Euros	Dólares Norte	Libras	Doláres	Franco	Coroa	Outras	Valor
	Euros '000	Americanos	Esterlinas	Canadianos	Suiço	Checa	Moedas	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros'000	Euros '000	Euros'000	Euros'000	Estrangeiras	Euros '000
<i>Activo por moeda</i>								
Caixa e disponibilidades								
bancos centrais	82.859	4.912	193	125	392	-	470	88.951
Disponibilidades em outras								
instituições de crédito	92.489	8.744	2.314	386	1.647	-	100	105.680
Aplicações em instituições de								
crédito	605.988	4.343	-	1.265	-	38.636	-	650.232
Crédito a clientes	14.490.704	1.042	-	1	362	-	227	14.492.336
Activos financeiros detidos								
para negociação	69.617	178	-	-	-	-	-	69.795
Outros activos financeiros ao								
justo valor através de								
resultados	3.939	-	-	-	-	-	-	3.939
Activos financeiros								
disponíveis para venda	3.039.408	1.389	-	-	-	-	-	3.040.797
Derivados de cobertura	9.418	-	-	-	-	674	-	10.092
Investimentos detidos até à								
maturidade	39.940	-	-	-	-	-	-	39.940
Investimentos em associadas e								
outras	30.597	-	-	-	-	-	-	30.597
Outros activos tangíveis	87.910	-	-	-	-	-	-	87.910
Activos intangíveis	15.212	-	-	-	-	-	-	15.212
Outros activos	49.144	149.456	8.214	32.729	-	19.318	523	259.384
Total Activo	<u>18.617.225</u>	<u>170.064</u>	<u>10.721</u>	<u>34.506</u>	<u>2.401</u>	<u>58.628</u>	<u>1.320</u>	<u>18.894.865</u>
<i>Passivo por moeda</i>								
Recursos de bancos centrais	800.122	-	-	-	-	-	-	800.122
Recursos de outras instituições								
de crédito	832.748	22.198	3.494	16.369	93	38.636	58	913.596
Recursos de clientes	8.694.126	31.933	2.727	1.729	111	-	1	8.730.627
Responsabilidades								
representadas por títulos	4.329.724	2.123	-	-	-	19.318	-	4.351.165
Passivos financeiros detidos								
para negociação	25.725	1	-	-	-	-	-	25.726
Derivados de cobertura	569	-	-	-	-	-	-	569
Provisões	102.538	-	-	-	-	-	-	102.538
Outros passivos subordinados	381.870	-	-	-	-	-	-	381.870
Outros passivos	2.485.455	113.838	4.501	16.408	2.196	674	1.261	2.624.333
Total Passivo	<u>17.652.877</u>	<u>170.093</u>	<u>10.722</u>	<u>34.506</u>	<u>2.400</u>	<u>58.628</u>	<u>1.320</u>	<u>17.930.546</u>
Activo / (Passivo) líquido por								
moeda	<u>964.348</u>	<u>(29)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>964.319</u>
Situação Líquida	<u>964.293</u>	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>964.319</u>
Exposição Líquida	55	(55)	(1)	-	1	-	-	-

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos a 31 de Dezembro de 2008, por moeda, é analisado como segue:

	Dez 2008							
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Doláres Canadianos	Dólar de Hong-Kong	Coroa Checa	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
	Euros '000	Euros '000	Euros'000	Euros '000	Euros'000	Euros'000	Euros '000	Euros '000
<i>Activo por moeda</i>								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	247.954	4.359	728	168	-	-	1.533	254.742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	46.515	43.716	687	807	-	-	400	92.125
Aplicações em instituições de crédito	72.679	47.716	3.150	15.360	9.271	18.605	-	166.781
Crédito a clientes	14.721.924	2.231	-	-	-	-	667	14.724.822
Activos financeiros detidos para negociação	58.593	62	-	-	-	-	-	58.655
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4.021	3	-	-	7	-	-	4.031
Activos financeiros disponíveis para venda	1.884.718	1.389	-	-	-	-	-	1.886.107
Derivados de cobertura	7.504	-	-	-	-	223	-	7.727
Investimentos detidos até à maturidade	39.912	-	-	-	-	-	-	39.912
Investimentos em associadas e outras	30.626	-	-	-	-	-	-	30.626
Outros activos tangíveis	85.847	-	-	-	-	-	-	85.847
Activos intangíveis	14.776	-	-	-	-	-	-	14.776
Outros activos	164.966	117	12	255	9.271	18.605	2	193.228
Total Activo	17.380.035	99.593	4.577	16.590	18.549	37.443	2.602	17.559.379
<i>Passivo por moeda</i>								
Recursos de bancos centrais	852.803	-	-	-	-	-	-	852.803
Recursos de outras instituições de crédito	957.334	69.926	3.463	14.354	9.271	18.605	169	1.073.122
Recursos de clientes	7.981.150	25.252	577	2.147	-	-	116	8.009.242
Responsabilidades representadas por títulos	4.640.910	2.156	-	-	9.271	18.605	-	4.670.942
Passivos financeiros detidos para negociação	37.499	144	-	-	-	-	-	37.643
Derivados de cobertura	1.234	-	-	-	-	-	-	1.234
Provisões	102.908	-	-	-	-	-	-	102.908
Outros passivos subordinados	386.872	-	-	-	-	-	-	386.872
Outros passivos	1.561.982	2.163	537	88	7	223	2.317	1.567.317
Total Passivo	16.522.692	99.641	4.577	16.589	18.549	37.433	2.602	16.702.083
Activo / (Passivo) líquido por moeda	857.343	(48)	-	1	-	-	-	857.296
Situação Líquida	857.248	48	-	-	-	-	-	857.296
Exposição Líquida	95	(96)	-	1	-	-	-	-

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte da CEMG dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores de liquidez da CEMG:

	Jun 2009	Dez 2008
Rácio de liquidez (%) ⁽¹⁾	89,49%	75,48%

⁽¹⁾ Rácio de liquidez calculado de acordo com a Instrução n.º 1/2000 do Banco de Portugal.

Risco Operacional

O sistema de gestão de risco operacional implementado baseia-se na identificação, avaliação, acompanhamento, medição e a sua mitigação. Além da existência de uma unidade de estrutura orgânica, o modelo de gestão funciona de forma descentralizada, com interlocutores nas diversas unidades orgânicas do grupo.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, a CEMG está sujeita à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras definem os elementos constitutivos dos Fundos Próprios elegíveis e os modelos de cálculo dos requisitos de capital exigidos pelos riscos assumidos e determinam o cumprimento de um Rácio de Solvabilidade mínimo de 8% (para ser cumprido a partir de Setembro de 2008 de acordo com a carta circular n.º 83/2008), bem como o valor mínimo de 4% para a sua componente principal, a *Tier1*. Estes referenciais mínimos poderão ser aumentados futuramente.

Os elementos de capital da CEMG dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base (“FPB”): Esta categoria inclui o capital realizado, as reservas estatutárias, os resultados transitados e do exercício e um valor, decrescente e extingüível em 2014, que visa compensar o impacto negativo nos Fundos Próprios de diferenças apuradas no Fundo de Pensões, aquando da transição para as NIC’s/ NCA’s. Entram como elementos negativos, os activos intangíveis, os custos diferidos e os desvios actuariais negativos fora do corredor referentes ao Fundo de Pensões, as reservas de reavaliação negativas de títulos de capital e 50% do valor das participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras;
- Fundos Próprios Complementares (“FPC”): Incorporam a dívida subordinada emitida elegível, as reservas de reavaliação do activo imobilizado, 45% das reservas de reavaliação positivas de títulos de capital e sofrem a dedução de 50% do valor das participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras;

- É deduzido aos Fundos Próprios totais um valor referente a imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio há mais de 4 e 5 anos, valor este calculado segundo um critério de progressividade que conduz a que ao fim de 10 ou 13 anos em carteira o valor líquido do imóvel esteja totalmente deduzido aos Fundos Próprios.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

Em Abril de 2007, o Banco de Portugal publicou o Aviso n.º 4/2007 que alterou as regras de determinação dos fundos próprios. Este Aviso veio alterar o tratamento das participações em instituições financeiras e entidades seguradoras, que passaram a ser deduzidas em 50% aos FPB e 50% aos FPC. No caso das participações em instituições sujeitas à supervisão em base consolidada, nos termos do artigo 131.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, ou à supervisão complementar prevista no Decreto-Lei n.º 145/2006, a CEMG não procede à inclusão destas participações nestas deduções. Anteriormente, estas participações eram incluídas nas deduções efectuadas ao total dos fundos próprios.

A repercussão nos Fundos Próprios do impacto referente a diferenças apuradas no Fundo de Pensões, na transição para as NIC's / NCA's, está a ser efectuado de forma progressiva e linear (de acordo com o definido nos Avisos n.º 2/2005, n.º 4/2005, n.º 12/2005 e n.º 7/2008, do Banco de Portugal).

Assim, no final do primeiro semestre de 2009, o impacto líquido negativo nos Fundos Próprios, calculados em base individual, da regularização das diferenças antes referidas, foi de Euros 11.469.114, valor que resulta de um impacto negativo de Euros 4.016.473 levados a resultados transitados e de Euros 32.867.696 registados em encargos diferidos, compensados por uma variação positiva de mais Euros 25.415.055 referentes a impactos ainda por reconhecer em Fundos Próprios (nos termos do n.º 4, do n.º 13.º-A, do Aviso 12/2001).

O valor de Euros 32.867.696, dos quais Euros 8.145.345 são referentes a benefícios de saúde e Euros 1.757.094 referentes a excesso face ao corredor e Euros 22.965.257 a outros benefícios pós-reforma será progressivamente levado a resultados transitados até se extinguir em 2014. De igual modo, o valor de compensação nos Fundos Próprios irá diminuindo até se extinguir em 2014. No final do período, as diferenças apuradas no Fundo de Pensões terão sido totalmente absorvidas pelas reservas estatutárias.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital da CEMG para 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 apresenta-se como segue:

	Jun 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
<i>Fundos Próprios de Base</i>		
Capital realizado	760.000	660.000
Resultados, reservas gerais, especiais e resultados não distribuídos	221.668	236.956
Outros ajustamentos regulamentares	(62.333)	(63.898)
Impacto na transição para as NIC/NCA	25.415	28.623
	<u>944.750</u>	<u>861.681</u>
<i>Fundos Próprios Complementares</i>		
<i>Upper Tier 2</i>	8.840	8.420
<i>Lower Tier 2</i>	378.000	378.000
<i>Deduções</i>	(13.673)	(13.674)
	<u>373.167</u>	<u>372.746</u>
Deduções aos fundos próprios totais	(8.656)	(9.507)
<i>Fundos próprios totais</i>	<u>1.309.261</u>	<u>1.224.920</u>
<i>Requisitos de Fundos Próprios</i>		
Risco de crédito (Aviso n.º 5/2007)	772.725	775.786
Risco de mercado (Aviso n.º 8/2007)	4.432	5.265
Risco operacional (Aviso n.º 9/2007)	58.981	58.981
	<u>836.138</u>	<u>840.032</u>
<i>Rácios Prudenciais</i>		
Rácio Tier 1	9,04%	8,21%
Rácio de Solvabilidade	12,53%	11,67%